



UNIVERSIDADE FEDERAL
DE UBERLÂNDIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE LETRAS E LINGUÍSTICA - ILEEL
MESTRADO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**



OLDEN HUGO SILVA FARIAS

**A REALIZAÇÃO DE *MAS* E *EMBORA* EM ARTIGOS DE
OPINIÃO E CONTOS FANTÁSTICOS**

**Uberlândia
Julho de 2015**

OLDEN HUGO SILVA FARIAS

**A REALIZAÇÃO DE *MAS E EMBORA* EM ARTIGOS DE
OPINIÃO E CONTOS FANTÁSTICOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Uberlândia como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Estudos em Linguística e Linguística Aplicada

Linha de pesquisa: Linguagem, texto e discurso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elisete Maria de Carvalho Mesquita.

**Uberlândia
Julho de 2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F224r
2015 Farias, Olden Hugo Silva.
A realização de mas e embora em artigos de opinião e contos
fantásticos / Olden Hugo Silva Farias. - 2015.
137 f.

Orientadora: Elisete Maria de Carvalho Mesquita.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Linguística.
Inclui bibliografia.

1. Linguística - Teses. 2. Linguística aplicada - Teses. 3. - Teses. 4.
Análise do discurso - Teses. I. Mesquita, Elisete Maria de Carvalho. II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em
Linguística. III. Título.

CDU: 801

A REALIZAÇÃO DE *MAS E EMBORA* EM ARTIGOS DE OPINIÃO E CONTOS FANTÁSTICOS

OLDEN HUGO SILVA FARIAS

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Elisete Maria de Carvalho Mesquita (UFU – Orientadora)

Prof. Dr. Acir Mário Karwoski (UFTM)

Prof. Dr. Luiz Carlos Travaglia (UFU)

Uberlândia, 03 de julho de 2015

*Dedico à minha família, que por amor me faz ter fé em meus sonhos.
A meus colegas, que sempre contribuíram para meu avanço.
Dedico a meus professores, dedicados à profissão mais trabalhosa que há.
E àqueles que usam a Língua Portuguesa como expediente máximo de expressão.*

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, que incansavelmente preparava minha mala para as viagens e o lanche para o trajeto, e nunca deixou de enviar uma mensagem de amor quando o ônibus semanalmente desatracava de Montes Claros.

Às minhas irmãs, que compreenderam minha ausência porque entendiam que eu precisava desse conhecimento para subverter a condição de vida em que nasci.

À professora Elisete Maria de Carvalho Mesquita que me resgatou em meu momento de turbulência e me acolheu junto de seus discípulos que sempre herdaram humanidade e intelectualidade.

À Universidade Federal de Uberlândia que nunca me deixou faltar excelentes professores, nem ótimas salas de aula, nem comida, nem sombra para eu esperar meu ônibus, nem conhecimentos de que me lembrarei por toda a vida.

Ao Amor que Deus me achou digno de receber e que me deu como esposa repleta das inúmeras qualidades que porta, sobretudo a aquiescência a estes meus planos tão fatigantes à nossa relação.

A meus colegas em Uberlândia e em Montes Claros que sempre contribuem para que eu me descubra e me transforme.

A todos agradeço.

“A língua é um instrumento de comunicação. Se, porém, ao homem comum é suficiente dominar a língua para comunicar-se, ao estudioso satisfaz dissecar o objeto e desvendar o segredo de sua funcionalidade.”

Normelio Zanotto

RESUMO

Esta pesquisa objetiva verificar como a argumentação, instaurada pelos operadores argumentativos MAS e EMBORA, é construída em textos ficcionais e não ficcionais, examinando, para isso, os aspectos textuais e discursivos de contos fantásticos e artigos de opinião. Os principais objetivos são investigar se há distinções nas estratégias argumentativas instaladas por aqueles operadores, e se o fato de ocorrerem em textos de ficção ou não ficção influencia o comportamento de MAS e EMBORA. Esses textos formam um *corpus* que se compõe de quatro contos fantásticos, de Edgar Allan Poe, e 37 artigos de opinião publicados no Brasil, por Claudio de Moura Castro. A quantidade dos textos foi medida de maneira proporcional, considerada matematicamente a extensão em número de caracteres, o que denota o caráter qualitativo-quantitativo desta pesquisa. Quanto às perguntas de investigação, foram propostas as três seguintes: A argumentação se constrói do mesmo modo em textos ficcionais e não ficcionais quando envolve os operadores MAS e EMBORA?; Quais diferenças e semelhanças de comportamento podem se verificar entre MAS e EMBORA?; Os operadores MAS e EMBORA mantêm relação específica com os tipos textuais (narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo) em que ocorrem? Algo hipotetizado, desde o início da pesquisa, é que a relação entre as tipologias e os operadores é dependente, e que o funcionamento dos operadores é diretamente ligado ao caráter de materialização dos propósitos comunicativos em gêneros. Consideradas essas hipóteses, verificou-se de que modo a argumentação, promovida pelos operadores argumentativos MAS e EMBORA, é construída em textos ficcionais e não ficcionais. Para levar a efeito este trabalho, tomaram-se como subsídios teóricos principalmente os estudos de Anscombre e Ducrot (1983), Ducrot (1987, 1988), Bronckart (1999), Adam (1992, 2008), Koch (2003) e Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012). Com esta pesquisa se pretende promover os estudos linguísticos acerca dos operadores MAS e EMBORA com vistas a compreender detalhes de seu funcionamento na hipótese maior de que a argumentação tem fórmulas e propósitos distintos em diferentes tipos e gêneros de texto, e que, portanto, esses operadores apresentam comportamento variável a depender das características textuais e discursivas dos gêneros. Os resultados apresentam conclusões relevantes da ordem semântica e argumentativa. As diferenças argumentativas são patentes e mais previsíveis quando se comparam os empregos de MAS e EMBORA, no entanto as distinções relacionadas a textos de ficção e não ficção se revelam menos óbvias e mais instigantes à pesquisa em Linguística Textual. O que se mostra igualmente importante são equivalências que foram verificadas em contextos nos quais não se esperava igualdade em aspectos argumentativos no emprego de MAS e EMBORA.

Palavras-chave: Argumentação. Gêneros Textuais. Artigos de opinião. Contos fantásticos. Mas. Embora.

ABSTRACT

This research aimed to verify how the arguments introduced by the argumentative operators BUT and ALTHOUGH are built in fiction and non-fiction texts by examining textual and discursive aspects of fantastic stories and articles of opinion. The objectives were to investigate whether there are distinctions in the argumentative strategies installed by those operators, and to analyze if their occurrence in works of fiction or non-fiction influences their behavior. These texts form a corpus which consists of four fantastic tales of Edgar Allan Poe, and of 37 opinion articles published in Brazil by Claudio de Moura Castro. Such texts were collected in proportional amount and their extension was mathematically considered, denoting the qualitative-quantitative nature of this research. Facing this problem, we asked three follow up questions: Is an argument constructed similarly with BUT or ALTHOUGH in fiction and non-fiction texts? What are the behavioral differences and similarities between these operators? Are BUT and ALTHOUGH operators that maintain a specific relationship with the text types (narrative, descriptive, argumentative, injunctive) in which they occur? Our original hypothesis was that the relationship between types of texts and operators is very dependent, and that the functioning of these operators relates to the materialization character of the genre's communicative purpose. Grounded on those hypotheses, we verified how the arguments promoted by the argumentative of BUT and ALTHOUGH are built in fiction and non-fiction texts. The theoretical basis of this study was built by texts of Anscombe and Ducrot (1983), Ducrot (1987, 1988), Bronckart (1999), Adam (1992, 2008), Koch (2003) and Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012). This research is intended to make researchers in linguistics aware of the behavior of the operators BUT and ALTHOUGH in order to understand details on the way they operate from the hypothesis that there are specific formulas and different purposes in different text types and genres, and that therefore these operators have variable behavior depending on the textual and discursive characteristics of genres. These results are relevant for the studies of semantic and argumentative order. The argumentative differences are patent and more predictable when comparing the use of BUT and ALTHOUGH, however distinctions related to works of fiction and non-fiction are revealed less obvious and more exciting to Textual Linguistics. The most important finding of this thesis is the fact that certain types of equivalences were verified in contexts where parity of argumentative aspects from the use of BUT or ALTHOUGH were not expected.

Keywords: Argumentation. Text Genre. Opinion articles. Fantastic tales. But. Although.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Distinções entre Tipos e Gêneros textuais	43
Quadro 02: Tipos psicológicos e mundos discursivos	58
Quadro 03: Caracterização do gênero conto fantástico.....	72
Quadro 04: Caracterização do gênero artigo de opinião	80
Quadro 05: Extensão em número de caracteres (contos fantásticos)	83
Quadro 06: Extensão em número de caracteres (artigos de opinião).....	84
Quadro 07: Ocorrências de MAS e EMBORA nos artigos de opinião	90
Quadro 08: Ocorrências de MAS e EMBORA nos contos fantásticos	91

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema do valor adversativo de desconexão	32
Figura 02: Esquema do valor adversativo por obrigatoriedade ou compulsivo	33
Figura 03: Esquema do valor adversativo pela apresentação de outro enfoque	35
Figura 04: Esquema do valor adversativo de desencontro ou de decepção	37
Figura 05: Esquema do valor adversativo de inclusão	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 01: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
1.1 MAS e EMBORA: da tradição gramatical aos estudos textual-discursivos	18
1.2 Contributos das teorias tipológicas na análise textual-discursiva	39
1.3 Gêneros textuais: a vinculação de MAS e EMBORA a textos socialmente situados.	59
1.4 O gênero conto fantástico.....	65
1.5 O gênero artigo de opinião.....	73
CAPITULO 02: METODOLOGIA	81
CAPÍTULO 03: ANÁLISE DO CORPUS	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

O estabelecimento desta pesquisa se fundamenta no reconhecimento da importância dos estudos da argumentação que envolvem a relação estreita entre operadores argumentativos e gêneros textuais¹. Ao serem levantados alguns problemas relacionados aos interesses deste trabalho, têm-se as seguintes questões, que serão consideradas ao longo do desenvolvimento da pesquisa:

- 1- A argumentação se constrói do mesmo modo em textos ficcionais e não ficcionais², quando envolve os operadores MAS e EMBORA?
- 2- Quais diferenças e semelhanças de comportamento podem se verificar entre os operadores MAS e EMBORA?
- 3- Os operadores MAS e EMBORA mantêm relação específica com os tipos textuais (narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo) em que ocorrem?

As questões de investigação propostas abrem perspectivas de reflexão que são oportunas às seguintes hipóteses:

- 1- A argumentação tem formulações, estruturações, propósitos e expedientes distintos em textos ficcionais e não ficcionais, em função de diferentes fatores desses textos, como os composicionais e os estilísticos, por exemplo.
- 2- As relações entre enunciados com MAS e EMBORA aparentemente apresentam diferenças sintáticas e equivalência de sentido de oposição, mas além das implicações sintáticas, há motivações semântico-argumentativas, que envolvem as especificidades dos gêneros, o que pode fazer com que os operadores, por exemplo, se coloquem a serviço da objetividade em gêneros da não ficção ou se coloquem a serviço da inobjetividade em textos ficcionais.
- 3- Os operadores estudados, ainda que ocorram em diversos tipos textuais, mantêm relação estreita com o tipo argumentativo.

Essas hipóteses levantadas, com fundamento em estudos de texto e argumentação, são submetidas a exame, tendo objetivos delimitados a se alcançarem. O mais amplo objetivo

¹ Neste trabalho, considera-se mais adequada a expressão “Gênero textual” pela abordagem enfática de uma questão linguística, os operadores argumentativos, e por optar por mecanismos de análise oferecidos pela Linguística Textual. Além disso, a terminologia “Gênero textual” é recorrente nos estudos de autores que fundamentam e orientam esta pesquisa.

² Travaglia (2002b, p. 204) utiliza a nomenclatura *textos factuais e ficcionais*. Preferiu-se a expressão “não ficcional”, nesta pesquisa, por se entender que a oposição ficará mais bem demarcada e que essa oposição é substancial para que o funcionamento dos operadores argumentativos seja estudado.

é a análise, respaldada pela Linguística Textual e pela Semântica Argumentativa, do funcionamento dos operadores argumentativos MAS e EMBORA em contos fantásticos e em artigos de opinião. Ao objetivo geral, que é verificar como a argumentação, instaurada por MAS e EMBORA, é construída em textos ficcionais e não ficcionais, seguem os objetivos específicos:

- 1- Investigar, em textos ficcionais e não ficcionais, o funcionamento de MAS e EMBORA, buscando motivações, nos níveis sintático, semântico, argumentativo, para seus comportamentos diversos.
- 2- Averiguar se fatores composicionais e sociocomunicativos dos contos fantásticos e artigos de opinião, como exemplos de textos ficcionais e não ficcionais, influenciaram as semelhanças ou diferenças de funcionamento de MAS e EMBORA.
- 3- Examinar se os empregos de MAS e EMBORA estão atrelados mais especificamente a algum dos tipos textuais (narrativo, descritivo, argumentativo, injuntivo).

Esse percurso direcionado pelas questões de investigação, hipóteses e objetivos ressalta, conforme mencionado, o valor da argumentação, que tem inequívoco lugar de importância nos estudos linguísticos, e sua contribuição associa-se à pesquisa e à vida social, considerando que o ser humano é essencialmente interativo e que se relaciona rotineira e diuturnamente com familiares, vizinhos e colegas de trabalho com propósitos argumentativos. A etimologia da palavra *convencer* implica as palavras *adversário* e *certeza* (REZENDE, 2005, p. 82 e CUNHA, 2010, p. 177), no entanto, argumentar relaciona-se menos a isso e mais a interação, que pressupõe acordo e não adversidades ou adversários. Antônio Suárez Abreu (2009) advoga que “Argumentar (...) não é tentar provar o tempo todo que temos razão, impondo nossa vontade. Aqueles que agem assim não passam de pessoas irritantes e quase sempre mal-educadas” (ABREU, 2009, p. 97). Talvez seja problema generalizado a equivocada compreensão do que venha a ser argumentar. Em algumas famílias, um irmão (sem argumentos) fala mais alto que o outro, grita para impor sua vontade; no shopping, namorados trocam indicações de defeitos e depois, profundamente magoados, ficam dias sem se falar, até que o perdedor ceda; nas repartições públicas e privadas, os problemas se resolvem em encenações com plateia, pouco convincentes e muito agressivas; nas ruas, se mostra a opinião com ameaças ou alguma violência.

Clarice Lispector (2006) celebrou a frase “A arte de discordar consiste especialmente em não agredir.” (LISPECTOR, 2006, p. 31), que orienta bem para o real sentido de

convencer: vencer com. As relações humanas, políticas, afetivas e profissionais se tornam outras se se pensar que argumentar não se trata de manipular a vontade e a conduta do outro, nem tampouco derrotá-lo mediante ultrajes. Argumentar, ato presente nas interações rotineiras, implica valorização também das escolhas do outro.

Os relacionamentos humanos são mediados pela linguagem, e esse processo vai se moldando, se formulando, se instituindo com o duplo influxo *língua ↔ relações humanas*, processo em que a língua é moldada pelo contexto interativo ao mesmo tempo em que esses contextos se constituem pela língua. A argumentação é fundamental nesse complexo, visto que se deve propiciar o acordo, a conjunção, pois “Argumentar é, em primeiro lugar, convencer, ou seja, **vencer junto com o outro**, caminhando ao seu lado, utilizando, com ética, as técnicas argumentativas, para remover os obstáculos que impedem o consenso” (ABREU, 2009, p. 97, grifo adicionado). Convencer, nesse sentido, vai subverter uma concepção bastante comum, e é, dessa forma subversiva que contraria os valores egocêntricos tantas vezes predominantes, entendido como uma interação pela linguagem que requer empatia e altruísmo.

Ducrot (1987, 1988) se opõe à tradicional visão de argumentação, afirmando que a escolha linguística é que define a argumentatividade, contribuindo para (ou determinando) os argumentos extralinguísticos. Se, para a visão ortodoxa de argumentação, com base na Retórica Aristotélica, os argumentos estão nos fatos do mundo, para Ducrot, a argumentação é imanente à língua. A importância de assim se entender a argumentação consiste em verificar que, dominados os recursos linguísticos, a argumentação será tanto mais eficaz e produtiva para o enunciador, bem como mais esclarecida para o enunciatário.

Considerando essa importância atemporal da argumentação é que esta pesquisa investiga o emprego de MAS e EMBORA, diferentes operadores argumentativos, em distintos gêneros: contos fantásticos e artigos de opinião. Parte-se da hipótese de que as estratégias argumentativas usadas pelos produtores desses dois distintos gêneros são diferentes, já que os primeiros são ficcionais e os segundos não o são. Os contos se apresentam como objetos satisfatórios de estudo em função de explorarem e representarem os aspectos do texto ficcional³, principalmente e inquestionavelmente os contos fantásticos, ao passo que os artigos de opinião não devem, por seus objetivos empíricos, explorar essencialmente o ficcional.

³ Em sua teoria tipológica, Travaglia considera o ficcional e o factual como tipos (conferir TRAVAGLIA, 2012, p. 364). Ainda que o termo “factual” tenha sido preterido nesta pesquisa e substituído por “não ficcional”, considera-se, em conformidade com Travaglia (2012), que ficcional e factual (não ficcional) são tipos de textos.

O problema epistemológico referente à relação entre textos ficcionais e operadores argumentativos é desafiador para a Semântica Argumentativa e para a Linguística Textual, visto que a composição dos gêneros ficcionais é bastante distinta da composição dos gêneros tradicionalmente ditos argumentativos (editoriais, reportagens, teses, dissertações, artigos científicos, artigos de opinião etc.). É instigador, portanto, perceber de que modo a argumentação é direcionada por operadores argumentativos específicos nessas duas situações distintas, envolvendo ficção e não ficção.

De todos os operadores da natureza contrajuntiva, mencionados por Koch (2003), serão levados em conta apenas MAS e EMBORA, uma vez que costumam ser classificados como os mais representativos de sua categoria (DUCROT, 1987; CARONE, p. 57, 1993).

Outro problema se inscreve entre os próprios operadores de contrajunção analisados, uma vez que o comportamento de MAS e de EMBORA apresenta diferenças sensíveis, que precisam ser ainda mais elucidadas pelos estudos linguísticos. Os preceitos tradicionais, por exemplo, regem que as chamadas “orações adverbiais concessivas” não se constroem com a conjunção MAS (ou outras ditas “coordenativas”). Esse fato é problemático, em vista de ambos os operadores apresentarem, tantas vezes, ideia de “contrário à expectativa” (NEVES, 2000, pp. 864-865), analisada obviamente do ponto de vista semântico, levando *a priori* à convergência de efeitos de sentido em muitos casos, ainda que se realizem em estruturas distintas.

Questiona-se, nesta pesquisa, se os critérios sintáticos tradicionais utilizados para diferenciação do emprego de MAS e EMBORA são satisfatórios. Como a resposta tende a ser negativa, em razão de a interação linguística envolver tantos aspectos além do formal, continua-se a questionar se (quais) elementos sintático-semântico-pragmáticos estão envolvidos nos diferentes efeitos de sentido resultantes do empenho daqueles operadores argumentativos. O que por ora se mostra é a hipótese de que, sendo os gêneros textuais diversificados em fatores composicionais e objetivos sociocomunicativos, serão consequentemente diversificados o funcionamento e os efeitos dos operadores argumentativos.

Características do insólito e do imprevisível de diversos textos ficcionais, do conto fantástico inclusive, que se orienta pelo suspense, não são fatos típicos do texto não ficcional, visto que a orientação argumentativa deste direciona para um sentido cada vez mais definido e flagrante, para que a argumentação seja sólida. Nesse sentido, sustenta-se e reafirma-se a tese de que a argumentação tem formulações, estruturações e propósitos distintos em textos

ficcionalis e não ficcionalis, em função de diferentes fatores composicionais e objetivos sociocomunicativos desses textos.

Para cumprir o objetivo estabelecido de verificar a realização⁴ desses operadores em gêneros específicos, investigaram-se, como ponto de partida, as diferentes estratégias argumentativas estabelecidas por MAS e EMBORA esclarecidas por Guimarães (1987, pp. 120-121), quando este comenta a estratégia do suspense e a estratégia da antecipação, ponto em que a discussão será mais detida na fundamentação teórica. É claro que o suspense a que se refere Guimarães (1987) não é aquele típico das narrações que têm um suspense orientado pela “escamoteação provisória de certos incidentes ou episódios ou da antecipação de outros” (GARCIA, 2006, p. 287). Esse retardo no esclarecimento dos fatos e a revelação de dados em hora precisa, associados ao gênero narrativo, são comentados por Garcia (2006, p. 287):

No gênero narrativo, adota-se normalmente a ordem da sucessão dos fatos. Não se deve, assim, relatar *antes* o que ocorre *depois*, salvo se se pretende conseguir o que, nos romances policiais e seus similares, se chama de *suspense*, em que o interesse da narrativa decorre muitas vezes da escamoteação provisória de certos incidentes ou episódios ou da antecipação de outros. São frequentes os romances policiais ou de mistério que se iniciam por onde deviam terminar – digamos, o relato sumário de crime –, reconstituindo-se depois, paulatinamente, os antecedentes (causas, motivos, circunstâncias) com a apresentação dos personagens. É o que em técnica cinematográfica se chama *flashback* (GARCIA, 2006, p. 287).

Essas observações de Garcia (2006) nos remetem a reflexões diferentes das de Guimarães (1987, pp. 120-121), quando este comenta a estratégia do suspense e a estratégia da antecipação, fatos linguísticos específicos das características argumentativas dos operadores MAS e EMBORA. A manifestação do suspense relacionada a esses operadores acontece como uma “frustração da expectativa instaurada” (GUIMARÃES, 1987, pp. 120-121). Portanto, esse suspense não é característico apenas de textos narrativos, mas também ocorre em textos de outros tipos, visto que se relaciona mais aos operadores do que a uma organização da revelação de fatos, constituindo, conforme Ducrot (1988), uma questão linguística.

A fim de cumprir os objetivos propostos, dividiu-se este trabalho em três capítulos. O primeiro apresenta a revisão bibliográfica de estudos da Semântica Argumentativa,

⁴ Por *realização* (que, a partir do título deste trabalho, implica algo mais que uso ou emprego, visto que se compromete com um fato ou um acontecimento) tem-se a associação à postura de Bronckart quanto ao Interacionismo Sociodiscursivo desde a concepção que o autor tem de *textos*: “uma língua natural só pode ser apreendida através das produções verbais efetivas, que assumem aspectos muito diversos, principalmente por serem articuladas a situações de comunicação muito diferentes. São essas formas de realização que chamamos de **textos**” (BRONCKART, 2012, p. 69, grifo do autor).

fundamentados em Anscombe e Ducrot (1983), Ducrot (1987, 1988), e estudos da Linguística Textual, representados por Bronckart (1999⁵), Koch (2003, 2009, 2012) e Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012). Nessa parte do trabalho, apresentam-se também contribuições dos estudos das gramáticas tradicionais e a justificativa de se recorrer a esses estudos.

O segundo capítulo constitui-se no espaço destinado ao tratamento das questões metodológicas. Esse capítulo é construído com base na consideração de fatores composicionais dos contos fantásticos e dos artigos de opinião, como exemplares de textos ficcionais e não ficcionais, respectivamente, na hipótese de que isso influenciou as semelhanças ou diferenças de funcionamento de MAS e EMBORA com, portanto, distintas estratégias argumentativas. Analisaram-se os contos fantásticos de Edgar Allan Poe (EUA, 1809-1849) em razão do número de ocorrências dos operadores MAS e EMBORA que se apresentam em grande quantidade. A escolha exata desse escritor se deu pelos motivos claros de seu reconhecimento internacional na história da Literatura como escritor eminente de contos fantásticos. Preferiu-se não investigar um *corpus* formado por vários escritores a fim de eliminar variáveis de estilo de cada autor, favorecendo assim uma análise mais precisa. Quanto aos artigos de opinião, a deliberada escolha pelos textos de Cláudio de Moura Castro (nascido em 1938, no Rio de Janeiro) se justifica em função de que seus artigos oferecem um material de análise propício, visto que os usos de MAS e de EMBORA se mostram variados semanticamente, demonstrando haver estratégias argumentativas distintas. Além disso, o escritor foi professor com vasta formação e experiência no Brasil e no exterior, o que faz com que figure frequentemente em suas discussões o tema educacional, e tais discussões ligam-se intrinsecamente à realidade de nosso país. Esse critério de realidade dos artigos é fundamental para a oposição com a irrealidade dos contos fantásticos, visto que os artigos de opinião não devem ter, rigorosamente, compromisso com a ficção, mas com a empiria, isto é, com fatos experienciados, a qual será, pelas recorrências de fatores composicionais desse gênero, associada à argumentação que tem como ponto de partida um fato social⁶. Do mesmo modo que se deu com os contos, delimitar um autor, e também, neste caso, um conteúdo temático (a educação), teve o propósito de eliminar variáveis e estabelecer condições mais exatas e focalizadas de investigação.

⁵ Nesta pesquisa, opera-se com a edição de 2012.

⁶ Fato social “é aquilo em que as pessoas acreditam e passam a tomar como se fosse verdade, agindo de acordo com essa crença. Muitos fatos sociais são realidades constituídas tão-somente pelo discurso situado.” (Bazerman, 2005, p. 150).

O terceiro, e último, capítulo apresenta as análises e os resultados, vislumbrando, no infinito universo da interação linguística, as possíveis motivações, funcionamentos e efeitos dos empregos de MAS e EMBORA em textos de formulações ficcionais e não ficcionais.

Nas Considerações Finais, comentam-se, de maneira global, os resultados que as análises orientadas pela fundamentação teórica permitiram alcançar, e se justificam, com base nos avanços epistemológicos auferidos, a importância desta pesquisa e as referências usadas.

CAPÍTULO 1

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 MAS E EMBORA: da tradição gramatical aos estudos textual-discursivos

Ainda que não estejam os fins pedagógicos entre os objetivos deste trabalho, deve-se dizer que o debate nunca encerrado acerca do ensino de Língua Portuguesa, sobre suas metodologias, a respeito do que (não) se deve ensinar, também sobre a conduta do professor diante de uma diversidade de estudos linguísticos, por vezes tem como inevitável tópico de discussão o papel da Gramática Tradicional (GT, sempre à frente) na educação linguística. Isso ainda se dá porque, embora haja considerável avanço na ciência linguística, grande parte dos educadores em língua materna baseia o ensino nos parâmetros tradicionais, enfrentando, sem sucesso, todos os problemas decorrentes desse posicionamento, como a metalinguagem por si mesma ou o menor investimento na busca da proficiência na competência comunicativa (HYMES, 1995) dos estudantes. Deve-se considerar que a educação linguística está em processo de transição, e que os estudos tendem a deixar de se basearem em um receituário e passam gradativamente a trabalhar não em função de expedientes prescritivos (estéreis, algumas vezes), mas sim como construtores das habilidades linguísticas ao alcance de muitos outros aspectos da língua além da Norma Urbana de Prestígio.

Não se pode, no entanto, em razão de modismos, relegar a GT ao lugar de conhecimento inútil (com o argumento comum de que não se trata de uma ciência), visto que sua importância para a instituição da ciência linguística é inquestionável e pode ser verificada no rol de termos técnicos da Linguística moderna inspirados na GT, também nas deliberações entre linguistas ou áreas da Linguística que buscam na GT princípios teóricos, refutando-os ou mesmo os favorecendo. Essa certeza se confirma em John Lyons:

Muitos trabalhos recentes, descrevendo os grandes avanços na investigação científica da linguagem feitos nos últimos cem anos, mais ou menos, deixaram de enfatizar a continuidade da teoria linguística ocidental desde seus primórdios até os dias de hoje. Muitas vezes foram também anacrônicos, por não tratar a gramática tradicional em termos dos objetivos que ela estabeleceu para si mesma. Não se deve esquecer que os termos ‘ciência’ e ‘científico’ (ou seus precursores) foram concebidos de forma diferente em diferentes épocas (LYONS, 1987, p. 47).

Lyons assegura que os propósitos iniciais da GT eram científicos, o que leva à já trivial conclusão de que o caráter prescritivo foi ulterior. Deve ser destacada a ideia de que a

concepção de ciência é instável durante a história da humanidade, e essa instabilidade quanto ao lugar do cientista (emerso ou imerso no objeto, observador isento ou participante contributivo) e também quanto à visão de racionalidade faz com que a negação do caráter científico da GT seja ao menos questionável.

Os estudos dos gregos antigos tinham interesse pela linguagem e buscavam compreender seu funcionamento, conforme o mostram os estudos de Platão e Aristóteles sobre as categorias gramaticais. Posteriormente, o aspecto das hierarquias sociais passou, de fato, a influenciar fortemente algumas concepções de usos da língua, definindo mesmo o *status* de língua certa e língua errada, construindo, por consequência, visões estereotipadoras e pouco científicas acerca das manifestações linguísticas. O que houve antes disso foi uma satisfatória produção de conhecimentos sobre a relação entre homem e linguagem, como atesta Lyons:

O raciocínio analógico foi largamente utilizado por Platão e Aristóteles e por seus seguidores, não apenas em matemática, mas também no desenvolvimento de outros ramos da ciência e da filosofia, incluindo a gramática. Sem levar isto em conta, é impossível compreender um dos princípios básicos da gramática tradicional: o de paradigma. (...) É isto, então, o que significa ‘analogia’ na gramática tradicional, e mais particularmente na controvérsia entre analogistas e anomalistas, surgida no segundo século antes de Cristo e que durou, de uma forma ou de outra, até a atualidade, e exerceu uma influência profunda no desenvolvimento da teoria linguística. (...) Não precisamos entrar nos detalhes dessa controvérsia confusa e perturbadora. No entanto, é importante ter em mente que tudo isso faz parte das bases sobre as quais os neogramáticos estabeleceram a sua própria noção de analogia e o papel desta no desenvolvimento das línguas (LYONS, 1987, pp. 189-190).

O que se verifica dos estudos linguísticos antes de Cristo é, como diz Lyons (1987), que exerceram influência profunda na ciência Linguística e que não se pode tirar o crédito da tradição gramatical a despeito de seus tão conhecidos equívocos, sendo o principal a instauração de um pensamento elitista de língua privilegiada. Mário Perini (1989, p. 5) admite com segurança que “a gramática tradicional é uma preciosa fonte de perguntas a respeito da língua.” Antes de fazer essa afirmação, Perini comenta algumas impropriedades da GT, mas acrescenta que “Muitas das questões levantadas [pela GT] são altamente pertinentes, e os linguistas perdem por não as considerarem devidamente” (PERINI, 1989, p. 5). Na visão desse linguista, é possível promover uma descrição “que se poderia conceber como a tradicional, expurgada de suas inconsistências internas e de suas falhas de observação” (PERINI, 1989, p. 19).

Não se justifica, como já dito, a indiferença aos estudos tradicionais percebida de forma intensa na academia, justamente no reduto de promoção da ciência. Essa indiferença é

motivada, em diversos casos, por equívocos de leitura da localização da GT no vasto quadro de descrição das línguas: para descrever uma língua hoje, novos métodos e teorias devem surgir conforme a necessidade, mas os métodos e teorias antigos não devem desaparecer sem a gratidão das contribuições que prestaram aos avanços. Os estudos tradicionais representam, sem dúvida, séculos de estudos linguísticos e podem se considerar parte da Linguística, pois, conforme Lyons (1987), a abordagem tradicional pode ser tão satisfatória, para determinados propósitos, quanto outras teorias:

Ao contrário do que está em muitos livros de linguística, é a ‘flexão’ e não a ‘morfologia’ que se opõe à ‘sintaxe’ na gramática tradicional. O termo ‘morfologia’ não só é relativamente recente, mas quando contrasta com ‘sintaxe’ – especialmente se definido em termos do ainda mais recente ‘morfema’ – seu uso implica uma visão muito pouco tradicional da estrutura gramatical das línguas. Apesar de suas inegáveis falhas, a gramática tradicional não estava necessariamente errada quanto a este particular. Se bem explicada e precisamente formulada, a abordagem tradicional é pelo menos tão boa quanto qualquer outra alternativa que tenha sido até agora apresentada (LYONS, 1987, p. 101).

A importância de se ponderar, como fez Lyons, acerca do *status* da GT consiste, como referido anteriormente, em pensar a orientação que se deu por muito tempo, e ainda se dá, ao ensino de Língua Portuguesa, baseado na GT, além de suas contribuições para a ciência. O argumento incontestável de que a proficiência linguística se forma pelo contato com os diversos textos parece adquirir em muitos contextos o caráter de anulação dos aspectos formais. No entanto, o fato é que o trabalho com textos subsume esses aspectos gramaticais que, portanto, não são, e não devem ser, anulados.

Por outro lado, a GT dispõe de discussões suficientes quanto a diversos fatos de língua que devem ser levados aos estudos linguísticos como estratégia de conhecimento de, por exemplo, recursos da língua, o que representa um sensível legado à linguística hoje:

Também deveria ser salientado que o que geralmente se conhece por ‘gramática tradicional’ – ou seja, a teoria linguística ocidental voltando pela Renascença e pela Idade Média até a erudição romana e, antes dela, a grega – é muito mais rica e variada do que normalmente se supõe. Além do mais, inúmeras vezes o que se ensinou foi uma versão equívoca e distorcida da gramática tradicional, para muitas gerações de alunos relutantes e desinteressados (LYONS, 1987, p. 47).

Nessa visão de Lyons (1987), percebe-se uma congruência com a visão de Perini (1989), citada anteriormente, acerca do valor da GT, mas de sua aplicação equívoca, motivada por um pensamento que se entranhou na GT e definiu seus rumos ao longo da história, aquilo que Lyons denominou o “erro clássico”. E, se tal erro, relacionado a fatores de organização

social, não existisse, teria a GT alcançado o *status* de ciência por seus tantos empreendimentos linguísticos bem-sucedidos, que não a firmaram como disciplina científica, mas alimentam a Linguística em suas investigações.

Rosa Virgínia Mattos e Silva (1996) indica o exato momento histórico do surgimento do “erro” quando aponta que os “Continuadores históricos dos estóicos são os filólogos de Alexandria que fixaram na tradição gramatical o ‘erro clássico’, como batizou John Lyons, ‘o privilegiar a língua escrita dos grandes escritores, em detrimento dos outros usos, negativamente avaliados’” (SILVA, 1996, p. 17). Esse é o problema mais grave da GT, mas não o único. É o mais grave por envolver relações sociais de estigmatização, hierarquização e nazismo linguístico em busca da língua pura, mas não o único por insistir em diversas inconsistências conceituais:

É bastante fácil apontar falhas nas definições tradicionais: “Substantivo é o que se usa para dar nomes a pessoas, lugares e coisas”, “Verbo é o que denota ação”, “Adjetivo é o que modifica o substantivo”, “O pronome é o que faz papel de substantivo”, etc. Ainda assim, a maioria dos linguistas ainda opera em termos de ‘substantivos’, ‘verbos’, ‘adjetivos’, etc., e os interpreta, implícita ou explicitamente, de forma bastante tradicional. E todos têm razão (LYONS, 1987, p. 110).

Lyons afirma que muitos linguistas citam os termos tradicionais, e ainda trabalham, de alguma forma, até mesmo com conceitos recorrentes na GT, embora sejam estes insatisfatórios em muitos casos. Um conciso exemplo dessa conceituação tangencial é constatado no “adjetivo”, que, em Cunha e Cintra (2001), deste modo se define: “O ADJETIVO é essencialmente um modificador do substantivo” (CUNHA e CINTRA, 2001, p. 259, destaque dos autores). Essa definição é mais ou menos consensual entre representantes da GT e se encontra de maneira muito semelhante em Campedelli e Souza (1999, p. 104) e também em Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante (1998, p. 245), para citar poucos exemplos de livros bem divulgados de que os estudantes da educação básica lançam mão.

Conforme se atesta na última citação de Lyons, a tendência é associar os “adjetivos” aos “substantivos”, como o fazem as gramáticas citadas. O mais recorrente é que os adjetivos se refiram a substantivos: menino risonho, céu azul, mulher bonita, livro interessante. No entanto, há casos em que isso não ocorre: “Ela é simpática.” Nessa sequência, o adjetivo “simpática” modifica “Ela”, que não é um substantivo, mas um pronome. Domingos Paschoal Cegalla conceitua adjetivos de forma um pouco diferente dos manuais citados. Para ele, os adjetivos “São palavras que expressam as qualidades ou características dos seres” (CEGALLA, 2007, p. 159). Essa definição representa um avanço, pois descreve melhor o

emprego dos adjetivos tanto em “menino risonho” quanto em “Ela é simpática”, visto que nesses casos o modificador se refere a seres, representados não só por substantivo, mas também por pronome. No entanto, a conceituação se fragiliza e se fratura quando se analisam sentenças como “A história é comovedora”, em que o substantivo “história” não designa um ser, mas uma abstração, isto é, um dado conceitual. Ainda mais grave: nenhuma das definições citadas despreveria com sucesso o empenho do adjetivo em “Fumar é prejudicial à saúde”, porque “prejudicial” não modifica substantivo nem se refere a um ser.

Tais gramáticas deveriam, portanto, ter seus conceitos reformulados, quando fazem concluir, por exemplo, que nessa última sentença não há adjetivo, pelo fato de ser imprecisa a definição dada por elas. Ernani Terra traz uma definição que funcionaria bem em todos os exemplos em que as outras gramáticas falharam. Segundo ele, “Adjetivo é a palavra variável em gênero, número e grau que caracteriza o substantivo ou qualquer palavra com valor de substantivo, indicando-lhe atributo, estado, modo de ser ou aspecto” (TERRA, 2002, p.106). Essa definição, embora bem lacônica para as propriedades do adjetivo, não falha como as outras, porque, quando associada aos exemplos aqui dados, comprova que o adjetivo se refere a outra palavra de caráter nominal: um substantivo, mas também um pronome ou um verbo na forma nominal de infinitivo.

Lyons comenta ainda outras incongruências da GT relacionadas às categorias gramaticais ou classes de palavras:

Um dos problemas da teoria tradicional sobre as partes do discurso é que [...] ela se viu obrigada a reconhecer que determinadas palavras [...] pertenciam simultaneamente a duas partes do discurso. Este é conhecidamente o caso dos participípios (cujo rótulo tradicional reflete seu *status* duplo) (LYONS, 1987, p. 110).

Acerca desse problema, discute-se a desorientação gerada pela GT quando afirma que os verbos no participípio podem funcionar como adjetivos, mas, páginas à frente, analisa o suposto adjetivo como uma “Oração Subordinada (Adverbial ou Adjetiva) Reduzida de Participípio”, infringindo o fato de que o *status* de oração na teoria tradicional só se realiza em verbos e nunca em adjetivos. Exemplos como “Esta é a notícia *divulgada pela imprensa.*” (CEGALLA, 2007, p. 413, grifo do autor), em que o trecho em destaque é classificado como “Oração Subordinada Adjetiva Reduzida de Participípio”, permitem questionar se se trata, de fato, de oração ou de adjetivo, já que “divulgada” se refere ao nome “notícia”.

E, como se notou, há ainda o problema das conceituações impróprias quanto às categorias gramaticais, além de incoerências internas da teoria como um todo:

O que tradicionalmente, e de forma bem enganadora, é denominado de partes do discurso – substantivos, verbos, adjetivos, preposições, etc. – desempenha um papel crucial na formulação das regras gramaticais da língua. É importante observar, entretanto, que a tradicional lista de dez partes do discurso, mais ou menos, é muito heterogênea em sua composição, refletindo, em muitos detalhes das definições que as acompanham, traços específicos da estrutura gramatical grega ou latina que estão longe de ser universais. Além do mais, as próprias definições são muitas vezes logicamente deficientes (LYONS, 1987, p. 109).

A essas definições logicamente deficientes, nas palavras de Lyons, e incoerentes podemos associar o conceito de “verbos” muito comum na forma de “palavra que exprime ação, estado, fato ou fenômeno” (CEGALLA, 2007, p. 194). Tal conceituação se frustra porque nem toda palavra que expresse ação, estado, fato ou fenômeno será um verbo, visto que “substantivos abstratos” podem indicar ação, estado, fato ou fenômeno, adjetivos podem indicar estado, e substantivos concretos podem indicar fenômenos naturais como o “vento” ou a “chuva”. Tantas outras incoerências poderiam ser citadas, como a visão tradicional de que o “**Morfema** é a menor unidade portadora de sentido de uma palavra.” (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 97, destaque como no original) e de que um dos tipos de morfemas é o Tema, que “É o radical somado à vogal temática” (CEREJA; MAGALHÃES, 2009, p. 97). Se o morfema é apresentado como menor unidade, indivisível portanto, de que modo o tema, dividido em radical + vogal temática, poderá ser morfema?

A tradição afirma, ainda, que a análise linguística com que opera é sincrônica e que “O estudo das raízes foge à finalidade da gramática normativa, só interessa à gramática histórica ou, mais precisamente, à etimologia” (CEGALLA, 2007, p. 91), mas os estudos da GT sempre trazem listas exaustivas de prefixos, sufixos e radicais gregos e latinos, e o espaço que essa lista toma nos manuais de gramática parece ser índice do tamanho da importância que a GT dá ao assunto.

Quando se explica que o verbo “pôr” pertence à segunda conjugação (grupo de verbos que apresenta a vogal “e” no infinitivo), o que há é uma justificativa (parcamente exposta⁷) etimológica (CEGALLA, 2007, p. 238), eis outra postura contraditória.

Mas ainda que haja tais equívocos na GT, o legado aos linguistas ainda é significativo, e a contribuição dos estudos tradicionais para o avanço constante da Linguística, como se afirmou no início deste capítulo, pode se verificar, quando menos, pela herança de alguns termos técnicos. Mas, mais que isso, esses estudos tradicionais devem ser

⁷ Não é a melhor explicação dizer que “pôr” está no grupo verbal da segunda conjugação porque vem de “poer” (CEGALLA, 2007, p. 238), visto que isso, embora explique que, em *pusemos*, o “e” é vogal temática, não explica a presença do “n” em *pondes*, *ponho* ou do “m” em *pomos* ou ainda da nasalização em *põe*, fatos que são explicados pela verdadeira raiz *ponére* em vez do antigo *poer* (COUTINHO, 2005, p. 320).

conclusivamente considerados como estudos linguísticos, em acordo com Silva (1996), a despeito das reverberações perniciosas do “erro clássico”:

Independente da origem elitista dessa tradição de pensamento sobre a linguagem humana que veio a favorecer com este instrumento, entre outros, um segmento social em detrimento da maioria, o processo cumulativo que se desenvolveu durante vinte e três séculos e que perpetua até nossos dias é do maior interesse para a história cultural do homem e para a percepção de como se foi construindo um campo do saber, o da reflexão sobre a linguagem humana, o da Linguística, portanto. O embate político-ideológico que se inicia na Grécia Clássica abriu, sem dúvida, um espaço para o início da criação de um discurso científico não só sobre a linguagem, mas também sobre o homem e o mundo (SILVA, 1996, p. 14).

Silva (1996) argumenta que o elitismo nos estudos linguísticos tradicionais é fato, o que não representa dúvida a nenhum cientista da língua, assim como não se questiona que se deve extirpar esse elitismo para o alcance do emprego democrático da linguagem. Reconhecido o problema maior da GT, nota-se que os estudos linguísticos da tradição gramatical representam, para ecoar as palavras de Silva (1996, p. 14), “um espaço para o início da criação de um discurso científico não só sobre a linguagem, mas também sobre o homem e o mundo”. Isso reafirma o caráter da herança e influência da GT sobre a Linguística. Mas podemos ainda acrescentar fatos específicos para comprovar isso: “É em Prisciano [século V d.C] que se encontra a primeira sintaxe da língua latina. [...] Nele também já se estabelece a noção de *palavra regente* e *palavra regida*, conceitos que até hoje vigoram nas terminologias da gramática tanto tradicional, como em outras” (SILVA, 1969, p. 20). Esse fato se nota, por exemplo, na Gramática do Português Brasileiro de Ataliba Teixeira de Castilho, obra considerada funcionalista, de abordagem rigorosamente científica dos fatos linguísticos. Nela Castilho (2010) emprega diversas vezes o termo “regência” em alusão explícita à GT ou em citação direta de linguistas como Mário Perini.

A importância da GT como parte integrante dos estudos linguísticos ao longo da história da humanidade é incontestada, serve a linguística de vários termos técnicos, vários raciocínios fundadores e é fonte de diversas questões para problematização, como afirmou Perini (1989, p. 5). Em reafirmação das contribuições da GT para a Linguística, Lyons diz que

A gramática tradicional apresentou um tratamento apenas parcial e altamente impreciso da gramaticalidade. Conseguiu estabelecer muitos dos princípios mais específicos com que os linguistas ainda operam e, no caso de determinadas línguas bem estudadas, pode codificar um grande número de construções gramaticais diversas, notando um número ainda maior de fatos marginais que, embora sancionados pelo uso e assim chegando de certa forma a uma determinada gramaticalidade, ficaram fora do escopo das regras do sistema linguístico como tal (LYONS, 1987, p. 107).

Se ainda se discute que a GT é anacrônica e não científica, considere-se que seus propósitos variaram durante a história dos estudos linguísticos, além de terem variado as concepções de ciência, como afirmou Lyons (1987, p. 47) e tenha-se em mente que, se seus estudos não satisfazem muitas descrições de fatos da língua, representaram indubitavelmente um passo para a Linguística avançar. É com fundamentos nesse raciocínio dos legados da GT que se convocam aqui algumas de suas contribuições para a análise de ocorrências dos articuladores em pesquisa.

No que diz respeito aos estudos tradicionais, os operadores MAS e EMBORA são classificados como “conjunção”, definida como “palavra invariável que une orações ou termos de uma mesma oração” (CEGALLA, 2007, p. 289). MAS recebe, então, a classificação de conjunção adversativa, em acordo com algumas definições e critérios normativos expostos a seguir:

- 1- (a) “Adversativas, que exprimem oposição, contraste, ressalva, compensação” (CEGALLA, 2007, p. 290);
- 1- (b) “Adversativas, que ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma idéia de contraste” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 581);
- 1- (c) “Adversativas são as que ligam orações de sentido adverso ou contrário” (ALMEIDA, 1998, p. 350).

Por essas conceituações, se percebe o consenso de que a ideia de oposição é fundamental na definição de conjunção adversativa, o que fica claro em exemplos também colhidos da GT:

- 2- (a) “Apetece cantar, **mas** ninguém canta.” (M. TORGA, CH, 44, in CUNHA; CINTRA, 2001, p. 580, grifo dos autores).
- 2- (b) “Hoje não atendo, *em todo caso* entre.” (CEGALLA, 2007, p. 290, grifo do autor)⁸.

Nessa mesma orientação tradicional, EMBORA também se classifica como “conjunção” e faz parte do grupo das conjunções concessivas, que, segundo Cegalla (2007, p. 291) “Iniciam orações que exprimem um fato que se concede, que se admite, em oposição a outro”.

Em Cunha e Cintra (2001, p. 600), as conjunções concessivas são aquelas que “iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas

⁸ A expressão “Em todo caso” é listada entre as conjunções adversativas (CEGALLA, 2007, p. 290) e poderia ser chamada de locução conjuntiva (ainda que esse termo não apareça nessa explicação do autor), visto que é comum na GT diferenciar conjunção (uma só palavra) de locução conjuntiva (mais de uma palavra funcionando como conjunção).

incapaz de impedi-la”. Para Bechara (2004), há as chamadas Conjunções Subordinativas Concessivas “quando introduzem oração que exprime que um obstáculo – real ou suposto – não impedirá ou modificará a declaração da oração principal” (BECHARA, 2004, p. 327). A esses conceitos as gramáticas tradicionais associam alguns exemplos de empregos de Conjunções Subordinativas Concessivas:

3- (a) Célia vestia-se bem, *embora* fosse pobre (CEGALLA, 2007, p. 291, grifo do autor).

3- (b) *Quando mesmo* te laves em água de nitro, não te limparás (ALMEIDA, 1998, p. 358, grifo do autor).

Pela orientação dada por esses conceitos de concessão e pelos exemplos que as acompanham, pode ser percebida a noção fronteiriça que têm adversidade e concessão, visto que os conceitos de ambos os tipos de conjunção tratam de ideias de oposição e contrariedade. A tradição gramatical admite essa aproximação conceitual e estabelece três princípios básicos, discutidos a seguir, para confrontar as Orações Coordenadas Adversativas com as Orações Subordinadas Adverbiais Concessivas, com o intuito de acentuar nelas as suas diferenças, já que em tantos momentos tais estruturas oracionais se confundem quando ambas apresentam sentido de oposição e de quebra de expectativa.

Um dos três princípios de distinção estabelecidos pela tradição gramatical é aquele segundo o qual uma diferença básica entre Conjunções Adversativas e Conjunções Concessivas é a Coordenação (Parataxe), quando os termos não exercem funções sintáticas entre si, e a Subordinação (Hipotaxe), quando os termos desempenham funções sintáticas entre si, descritas tradicionalmente como relações de independência ou de dependência. Desse modo, se o período for coordenado, a conjunção será adversativa, se subordinado, será concessiva. Outro princípio é a subclassificação das conjunções, visto que as formas das adversativas são, por excelência, adversativas (mas, porém, contudo etc.), assim como as concessivas terão suas formas particulares (embora, ainda que, mesmo que, por mais que etc.), formando grupos distintos e imiscíveis, em que os elementos nunca são permutáveis. A terceira distinção, sem ordem necessária, é feita a partir dos próprios conceitos de Adversativas e Concessivas, e com isso se retorna ao conceito de concessivas de Bechara (2004, p. 327) para perceber que na frase 3- (a) “Célia vestia-se bem, *embora* fosse pobre.”, a conjunção EMBORA introduz “um obstáculo que – no entanto – não impedirá ou modificará a declaração da oração principal”. Já na frase 2- (b) “Hoje não atendo, *em todo caso* entre.”, a locução conjuntiva não introduz o obstáculo, que, por sua vez, se encontra na primeira oração.

Em análise mais minuciosa se vai perceber que esses meios tradicionais são predominantemente relacionados a fatos sintáticos, o que não representa critério satisfatório para a distinção desejada e, ainda que haja princípios semânticos além dos formais, não são exploradas outras distinções como as de caráter argumentativo.

Nota-se, nos dados exemplos de adversativas, 2- (a) em CUNHA; CINTRA (2001) e 2- (b) CEGALLA (2007), que não há fatos diametralmente opostos, há antes fatos que se realizam mesmo que não haja favorecimento para essa realização, portanto esses exemplos de adversativas tendem a se confundir com os aspectos semânticos do conceito tradicional de concessão.

Ainda que se possam encontrar construções que se adéquem às regras, será trabalho custoso e passível de obscurecimentos ou ainda arbitrariedades, o que não condiz com a análise científica do fato linguístico, cujo papel é o de descrever o fenômeno como ele ocorre em vez de adequá-lo forçosamente a uma teorização.

Flávia de Barros Carone (1993) cita um emprego da adversativa MAS que indica, em distinção das concessivas, ideia de antagonismo, adversidade que é marcada por uma oposição que pode mesmo chegar à antítese, ou melhor, aos antônimos, como se pode ver no exemplo 4, a seguir:

4- Parece santo, mas é um demônio (CARONE, 1993, p. 57)⁹.

Nesse exemplo, a oposição é clara em “santo x demônio”, o que conduz à inequívoca conclusão de que se lida nesses casos com adversidades, antagonismos e não com concessões, estas compreendidas, por sua característica mais marcante, como a superação de um obstáculo. Mas essa distinção, mesmo que esclareça alguns fatos linguísticos, é ainda insuficiente para delimitar a diferença entre adversativas e concessivas¹⁰, visto que o comportamento do MAS opera numerosos tipos de oposição (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-60), que se aproximam da interposição de um obstáculo, fato comum na concessão.

⁹ A esse exemplo, Carone (1993) acrescenta: “A oração que vem opor-se à primeira traz consigo a marca adversativa, que lhe pertence por direito semanticamente inegável” (CARONE, 1993, p. 57).

¹⁰ Não se deseja invalidar aqui as demais ocorrências das tradicionais conjunções Adversativas e Concessivas. O enfoque dado nesse trabalho é para a contrajunção sem, entretanto, ignorar que esses operadores podem tomar outra função: “Mas o que houve com você?”. Nessa frase, por exemplo, a palavra MAS tem, com efeito, um emprego diferente daquele de unir orações ou termos da oração que tenham mesma função sintática, descrito assim pela GT, o que não a configura como tradicional conjunção. Pesquisa coordenada por Olívia (Cília C. Pereira Leite) arrolou vinte valores distintos da palavra MAS, como “uma pequena amostra” (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-68), e descreve (item 3.16, p. 64) satisfatoriamente usos como esse exemplificado aqui. Segundo a pesquisa há uma oposição entre uma interrogação adversa a uma expectativa implícita: no exemplo desta nota, a orientação argumentativa indica que o emissor esperava que nada tivesse acontecido.

Ainda que se marquem diferenças sintáticas, semânticas e argumentativas entre enunciados com Conjunções Adversativas e Concessivas, é preciso levar em consideração que muitas gramáticas normativas arrolam, como foi dito, as conjunções adversativas e concessivas em subdivisões imiscíveis, isto é, as conjunções adversativas serão sempre adversativas e as concessivas terão sempre esta classificação. A observação de alguns trechos presentes no *corpus* deste trabalho pode dar uma noção de como é problemático proceder com essa orientação da GT. O primeiro dos trechos foi retirado do conto “A queda da casa de Usher”, (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), de Edgar Allan Poe. O segundo trecho (02) foi retirado do artigo de opinião “Os meninos-lobo”, (Artigo n.º 34, Quadro 06, p. 84) de Claudio de Moura Castro, o terceiro excerto (03) é extraído do conto “Willian Wilson” (Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83). E, por último, o quarto trecho (04) é originado do artigo “A mágica da educação” (Artigo n.º 36, Quadro 06, p. 84)¹¹:

(01)

Era Wilson; **MAS**¹² ele não falava mais sussurrando, e eu podia ter imaginado que eu mesmo estava falando enquanto ele dizia:

“Venceste, e eu me rendo. Porém, de agora em diante, também estás morto – morto para o Mundo, para o Céu e para a Esperança! Em mim é que existias – e, em minha morte, vê, por esta imagem, que é a tua própria, quão irremediavelmente assassinaste a ti mesmo.”

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83, itálico conforme o original)

(02)

Portanto, se pensamos com palavras e com as conexões entre elas, a nossa capacidade de usar palavras tem muito a ver com a nossa capacidade de pensar. Dito de outra forma, pensar bem é o resultado de saber lidar com palavras e com a sintaxe que conecta uma com a outra. O psicólogo Howard Gardner, com sua tese sobre as múltiplas inteligências, talvez diga que Garrincha tinha uma “inteligência futebolística” que não transitava por palavras. **MAS** grande parte do nosso mundo moderno requer a inteligência que se estrutura por intermédio das palavras. Quem não aprendeu bem a usar palavras não sabe pensar. No limite, quem sabe poucas palavras ou as usa mal tem um pensamento encolhido.

(Artigo n.º 34, Quadro 06, p. 84)

(03)

Digo, para meu espanto. Glendinning havia sido descrito, em resposta às minhas impacientes investigações, como incomensuravelmente rico; e as quantias que ele já havia perdido, **EMBORA** em si enormes, não podiam, supunha eu, prejudicá-lo muito seriamente, muito menos afetá-lo tão violentamente. Que ele estivesse transtornado pelo vinho recém-tomado foi a ideia que mais prontamente se apresentou a mim; e, mais com vistas a preservar meu próprio caráter aos olhos dos colegas do que por qualquer motivo menos interesseiro, eu estava prestes a insistir, peremptoriamente, na suspensão do jogo, quando algumas expressões ao meu alcance por parte do grupo e uma exclamação reveladora de extremo desespero por

¹¹ Comentários mais detalhados sobre o conteúdo dos textos analisados são feitos no Capítulo 3 (Análise do *corpus*).

¹² Os destaques para a escrita de **MAS** e **EMBORA** em letras maiúsculas negritadas são sempre procedimentos desta pesquisa e nunca dos textos que compõem o *corpus*.

parte de Glendinning deram-me a entender que eu havia causado sua total ruína em circunstâncias que, tornando-o objeto da piedade de todos, deveriam tê-lo protegido dos malefícios até mesmo de um demônio.

(Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83)

(04)

Vale a pena refletir sobre o elo entre a Educação e o que acontece com nossa vida profissional. Sabemos que, ao deixar a Escola e encontrar um emprego, o número de anos de estudo é o mais poderoso determinante do que vamos ganhar. Como regra geral, quanto mais se estuda, mais o salário inicial é elevado — **EMBORA** varie de acordo com a oferta e a procura de competências. Se acreditamos que o contracheque reflete a nossa contribuição para a produtividade da empresa, os anos de estudo são a maior fonte de progresso. É o que Adam Smith dizia e que já foi exaustivamente medido.

(Artigo n.º 36, Quadro 06, p. 84)

Como se pode perceber pelos trechos em análise, torna-se problemático o procedimento tradicional de classificar a conjunção a partir de sua classe de origem e não por seu sentido. O operador argumentativo MAS, em maiúsculas nos trechos (01) e (02), é tradicionalmente adversativo, bem como o operador EMBORA, dos trechos (03) e (04), é concessivo, entretanto o emprego desses operadores se assemelha muito semanticamente, visto que em todos os contextos há uma contrariedade ao que se esperava que acontecesse. No trecho (01), Wilson era um personagem que trazia uma característica importante na composição do conto que era a fala sussurrada, no entanto, naquela ocasião, ele não sussurrou, conforme era de se esperar. Como houve uma quebra de expectativa, o sentido é comum ao que geralmente se conceitua como concessão, sendo empregada, no entanto, uma “conjunção adversativa”. O mesmo aconteceu em (02), em que se abre um precedente para se supor que haja naturalmente inteligência sem palavra, mas, após, essa expectativa é quebrada ao se afirmar que “grande parte do nosso mundo moderno requer a inteligência que se estrutura por intermédio das palavras”. Pelos dados da organização linguística de (03), espera-se que a perda de grandes quantias possa prejudicar as finanças do personagem, mas o emprego de EMBORA indicia que essa expectativa não se confirma. Em (04), a quebra de expectativa se resume no fato de que se espera que quanto mais graduado é o diploma, mais elevado é o salário, mas isso não se confirma exatamente, pois há a variável da “oferta e a procura de competências”. A carga semântica é a mesma, a realização de uma oposição ao que se esperava, alterando-se, além da estrutura, a estratégia argumentativa, mas os critérios de classificação da GT se prendem mais a aspectos formais e se interessam menos por aspectos semântico-argumentativo-pragmáticos.

Um exame cuidadoso revelará, no entanto, que o que há efetivamente, no emprego de “conjunções” concessivas e adversativas que também tenham sentido de quebra de expectativa, são ênfases diferentes, fato descrito por Neves (2000, pp. 864-865) que pondera acerca desse comportamento diverso dos operadores mencionados:

As construções **concessivas** têm sido enquadradas, juntamente com as **adversativas**, entre as conexões **contrastivas**, cujo significado básico é “contrário à expectativa”, um significado que se origina não apenas do conteúdo do que está sendo dito, mas, ainda, do processo comunicativo e da relação falante-ouvinte. Em muitos dos enunciados concessivos pode-se tornar evidente essa noção fazendo-se uma comparação com enunciados paralelos: ‘**EMBORA** fosse um homem silencioso, o seu silêncio, agora, era mais denso e triste.’ ‘Era sempre um homem silencioso, **MAS** o seu silêncio, agora, era mais denso e triste.’ ‘**EMBORA** ninguém prestasse atenção, alisou de novo a saia.’ ‘Ninguém prestava atenção, **MAS** alisou de novo a saia.’ Uma das definições mais aceitas para a construção **concessiva** é a que diz que nela se combinam uma **oração principal** e uma **oração concessiva** (ou sintagma **concessivo**) que expressa um fato (ou noção), apesar do qual a proposição principal se mantém. Isso equivale a dizer que, numa construção **concessiva**, o fato (ou noção) expresso na **oração principal** é asseverado, a despeito da proposição contida na **oração concessiva** (NEVES, 2000, pp. 864-865).

Neves (2000) afirma, portanto, que há contiguidade semântica entre construções adversativas e concessivas, porque diz que são enquadradas conjuntamente como conexões contrastivas. Posicionamento similar se encontra em Koch (2009) que classifica ambos os tipos de construção no mesmo grupo da contrajunção, diferentemente da GT, que, como já mencionado, arrola os operadores em dois grupos imiscíveis. Essa autora descreve, além das semelhanças, as diferenças entre os operadores e disserta acerca da *conexão*: “outro tipo de sinais de articulação são os conectores interfrásticos, responsáveis pelo tipo de encadeamento a que se tem denominado *conexão* ou *junção*.” Entre os “diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmáticas” estabelecidas por esses conectores está a *contrajunção* “através da qual se contrapõem enunciados de orientações argumentativas diferentes” (KOCH, 2009, pp. 68-73). Neves (2000) caracteriza e define as construções concessivas em consonância com a conceituação de Bechara (2004), citada anteriormente. Mesmo que a carga semântica seja semelhante (por isso os dois tipos de operadores classificam-se por Koch no mesmo grupo da contrajunção¹³), é irrevogável a percepção de que a preferência do enunciador por uma ou outra estrutura favorece a efetivação de ênfases diferentes:

¹³Koch (2009) diferencia os operadores, afirmando que o operador MAS orienta o sentido para o enunciado introduzido por ele, ao passo que no emprego do operador EMBORA, “prevalece a orientação argumentativa do enunciado não introduzido pelo operador” (KOCH, 2009, p. 73). Reflexões sobre essa distinção serão desenvolvidas no Capítulo 3.

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo do MAS e os do grupo do EMBORA têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à *estratégia argumentativa* utilizada pelo locutor: no caso do MAS, ele emprega (segundo E. Guimarães) a “*estratégia do suspense*”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R; ao empregar *embora*, o locutor utiliza a *estratégia da antecipação*, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale” (KOCH, 2012, p. 37) (Grifos da autora).

O suspense e a antecipação representam ao menos uma diferença dentro do grupo dos operadores de contrajunção, que atuam de um ou de outro modo para a quebra de expectativa. Não se deve esquecer que a GT admite que as conjunções adversativas funcionem também em enunciados com essa mesma ideia de quebra de expectativa, ainda que a conceituação tradicional se refira, de maneira sumular, a apenas uma ideia de oposição, sem distinguir mais o funcionamento desses operadores.

A estratégia argumentativa é um aspecto motivador dessa distinção, como se notou na reflexão de Koch (2012, p. 37) citada há pouco, e há de se destacar o potencial argumentativo e a legítima importância na argumentação instaurada por tais operadores argumentativos.

Acerca do funcionamento de EMBORA, comentam Fávero e Koch (1968):

O locutor admite, pois, que um enunciado seja argumentativamente utilizável a favor de certa conclusão, reconhecendo-lhe certa validade, mas acaba por recusar tal conclusão, apresentando argumentos mais fortes em favor da conclusão contrária. Assim, toda concessão encerra um valor justificativo, já que o fato de se incorporarem no discurso as objeções do adversário, real ou virtual, confere às próprias teses maior seriedade e imparcialidade: reconhecem-se estrategicamente as razões do outro, evitando apresentar o discurso como autoritário, manobra bastante conhecida e descrita nos manuais de retórica e redação sob a denominação de concordância parcial (FÁVERO; KOCH, 1986, p. 62).

O valor argumentativo irrefutável de tais operadores realiza, portanto, a concordância parcial e se efetiva como altamente dissuasivo, pois seu emprego “significa admitir a legitimidade dos argumentos do outro, mas ir além quando se trata de concluir” (VOGT, 1980, p. 123 *apud*, FÁVERO; KOCH, 1986, p. 62).

Olívia et al. (1979) realizaram um importante estudo acerca dos valores semânticos das estruturas adversativas encabeçadas por MAS, que descreveu vinte empregos distintos:

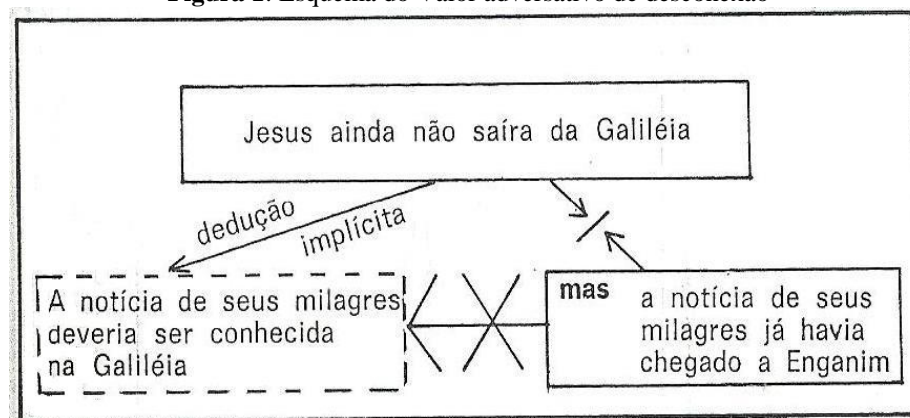
1. Valor adversativo de inclusão;
2. Valor adversativo de exclusão;
3. Valor adversativo excludor de um elemento implícito;
4. Valor adversativo objetativo;

5. Valor adversativo contrastante;
 6. Valor adversativo descompensador pela consequência;
 7. Valor adversativo compensador;
 8. Valor adversativo atenuante;
 9. Valor adversativo atenuante pela possibilidade de vencer o obstáculo;
 10. Valor adversativo superativo;
 11. Valor adversativo pela apresentação de outro enfoque;
 12. Valor adversativo justificativo;
 13. Valor adversativo comparador por diferença;
 14. Valor adversativo entre algo negado e algo afirmado;
 15. Valor adversativo de desconexão;
 16. Valor adversativo de desencontro ou de decepção;
 17. Valor adversativo de reprovação (ou de aprovação);
 18. Valor adversativo refutativo;
 19. Valor adversativo por algo inaceitável;
 20. Valor adversativo de obrigatoriedade ou compulsivo
- (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-69).

Desses valores, destacam-se, neste momento, por sua relevância para esta pesquisa, dois tipos: “Valor adversativo de desconexão” (item 15) e “Valor adversativo por obrigatoriedade ou compulsivo” (item 20). O Valor adversativo de desconexão é assim descrito em Olívia et al. (1979, p. 63):

- a) três conjuntos de significados;
- b) dos quais, dois estão explícitos e um, implícito;
- c) o primeiro explícito é uma premissa;
- d) o implícito é a sua dedução;
- e) o segundo explícito não se explica pela premissa; nem pela dedução que o texto apresenta; há uma quebra do nexu lógico;
- f) o adversativo ocorre nessa desconexão entre, de um lado, a premissa e sua dedução, e, do outro, o segundo conjunto explícito;
- g) o receptor nota que linguisticamente não é apresentado o nexu que na ordem extralinguística deve existir.

Figura 1: Esquema do Valor adversativo de desconexão



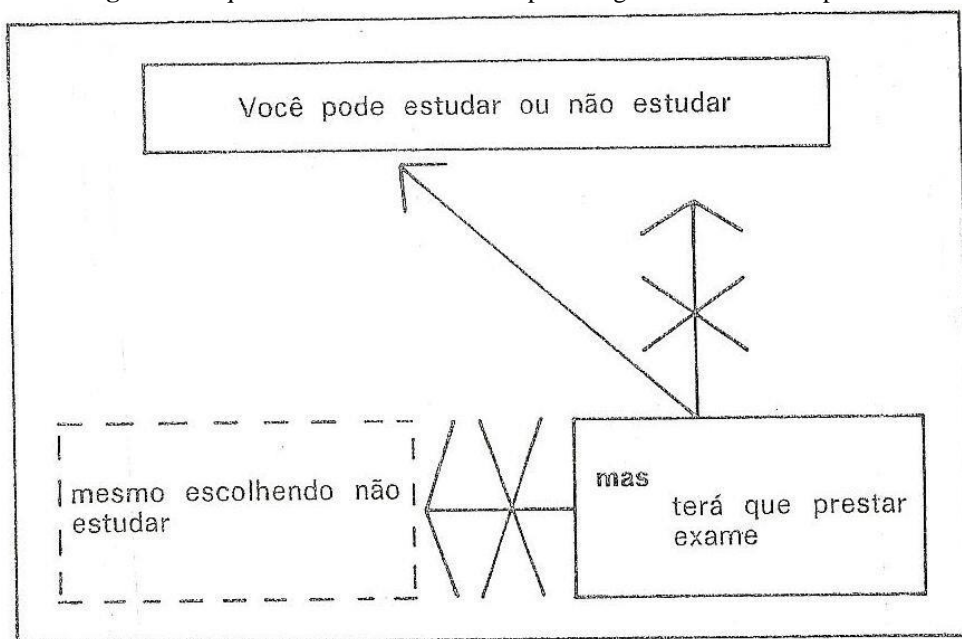
Fonte: Olívia et al. (1979, p. 63).

Essa desconexão¹⁴ descrita, operada pelo MAS, e esse contrassenso notado pelo receptor (item g) são muito facilmente identificados com a tradicional concessão, a superação de um obstáculo. Houve uma quebra de expectativa, em acordo com Neves (2000, p. 864), pois, se “Jesus ainda não saíra da Galiléia”, espera-se, por essa orientação linguística, que a divulgação de suas obras também não saia dali, no entanto acontece algo contrário ao que se esperava: “a notícia de seus milagres já havia chegado a Enganim”.

O Valor adversativo por obrigatoriedade ou compulsivo, mesmo que com suas singularidades, também se paraleliza com a concessão, e “consiste em” (OLÍVIA et al., 1979, p. 67):

- a) três conjuntos de significados;
- b) dois explícitos e um implícito;
- c) o primeiro explícito apresenta alternativas entre algo positivo e algo negativo;
- d) o adversativo está entre a possibilidade da escolha da alternativa negativa e a obrigatoriedade de escolher a positiva.

Figura 2: Esquema do Valor adversativo por obrigatoriedade ou compulsivo



Fonte: Olívia et al. (1979, p. 68).

O conjunto implícito apresenta uma estrutura concessiva, conforme comenta uma observação de pesquisadores coordenados por Olívia: “Entre o implícito e o segundo conjunto explícito, estabelece-se uma relação tradicionalmente chamada *concessiva*” (OLÍVIA et al., 1979, p. 68, destaque dos autores), pois se considera que embora não estude, “terá que prestar

¹⁴ Não parece uma incoerência teórica apontar a “conexão”, citada por Koch (2009, pp. 68-73), ao lado da “desconexão”, citada por Olívia et al. (1979, p. 63), ambas as relações com sentidos coincidentes. O que há são opções terminológicas distintas para o mesmo fenômeno linguístico.

exame”. São próximos esses valores justamente pelo aspecto concessivo que têm, mas não se invalida, óbvio, que há particularidades que os diferenciam, como a relação entre um explícito negativo e o implícito da tendência para a hipótese de se escolher a alternativa negativa, embora haja a obrigatoriedade de escolher a positiva. Tais valores de quebra de expectativa do operador MAS, próximos do valor tradicionalmente dito “concessivo”, devem estar em consideração quando se analisa o seu emprego paralelizado ao operador EMBORA (“conjunção concessiva”).

Fabri (2001), ao desenvolver pesquisa sobre estruturas adversativas e sua relação com diferentes tipos de textos escritos, dá relevo à dimensão argumentativa da abordagem dos operadores argumentativos e cita exemplos de Travaglia para demonstrar diferentes meios de expor uma causa:

a - Eu não fiz os exercícios **porque** estava doente.

b - Eu não fiz os exercícios **mas** estava doente. (TRAVAGLIA, 1997, p. 180).

Fabri reitera que o “**mas**, altamente argumentativo, significa a oposição a uma imagem implícita que o locutor faz do seu interlocutor.” O que nos reforça a conclusão da autora ao afirmar que as conjunções não são meros elementos relacionais, como querem as gramáticas normativas em geral, mas sim operadores argumentativos que orientam o sentido e que “são responsáveis pelos efeitos de sentidos que o autor se propõe a estabelecer com o seu interlocutor” (FABRI, 2001, p. 108). A autora comenta ainda a aproximação que Ducrot (1981) estabelece entre o operador MAS e o antigo advérbio latino *magis*, étimo de “mas” e “mais”¹⁵. A terminologia empregada por Ducrot, e esclarecida por Fabri (FABRI, 2001, p. 50) adiante, é *MASsn* e *MASpa*, que atribui a MAS duas funções distintas:

a) uma de “*MASsn*” (do alemão “sondern” e do espanhol “sino”) que serve para retificar e que vem sempre após uma proposição negativa.

Ele não é inteligente, **mas** apenas esperto. (*MASsn*)

b) outra função de “*MASpa*” (equivalente ao alemão “aber” e ao espanhol “pero”), que introduz uma proposição que orienta para uma conclusão não esperada, como nos exemplos a seguir:

Ele é inteligente, **mas** estuda pouco (*MASpa*) (FABRI, 2001, p. 50).

Percebe-se a relação entre o *MASsn*, de Ducrot, e o MAS com “Valor adversativo pela apresentação de outro enfoque”, de Olívia et al. (1979). Esse último valor de MAS é

¹⁵ Botaro (2010, p. 12) comenta o fato de que a distinção entre conjunções e advérbios, às vezes, é impossível, exatamente por aspectos diacrônicos.

descrito a seguir, conforme Olívia et al. (1979, p. 59), e os exemplos listados pela autora acompanham a descrição:

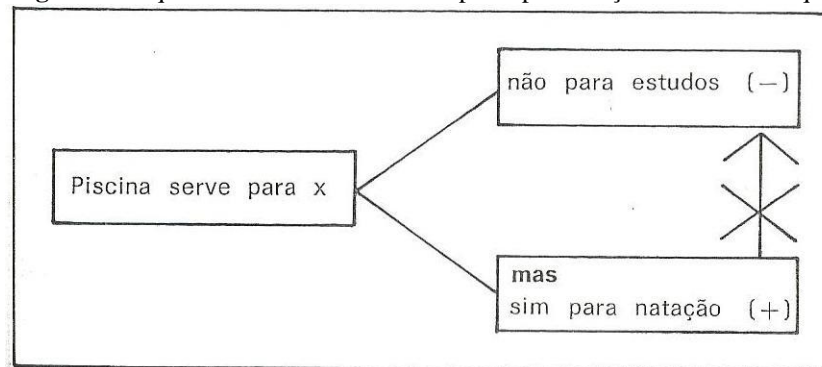
“Valor adversativo pela apresentação de outro enfoque”:

- a) dois conjuntos de significados em torno de um termo comum aos dois;
- b) ambos explícitos;
- c) o jogo adversativo está em que um enfoque é rejeitado e o outro é aceito.

Exemplos:

- 1. Piscina não serve para estudos, mas para natação.
- 2. A escola não é lugar de desordem, mas de respeito.
- 3. Amar não é olhar um para o outro, mas os dois na mesma direção.
- 4. Aviões não são salas de espera, mas rápidos meios de transporte.
- 5. O homem na terra não está em cidade permanente, mas em viagem para Deus.

Figura 3: Esquema do Valor adversativo pela apresentação de outro enfoque



Fonte: Olívia et al. (1979, p. 59).

O que há claramente em comum entre o *MAS_{sn}* e o *MAS* com “Valor adversativo pela apresentação de outro enfoque” é a proposição negativa antes do *MAS* e o caráter retificador após ele, de forma que se pode afirmar com segurança que ambas as descrições tratam do mesmo fenômeno linguístico. Quanto ao *MAS_{pa}*, sua orientação para uma conclusão não esperada é fundamentalmente a expressa pelo *MAS* de “Valor adversativo de desconexão”, e também pelo “Valor adversativo por obrigatoriedade ou compulsivo”, consideradas as sutis particularidades deste.

As relações de quebra de expectativa costumam ser mais associadas a *EMBORA*, enquanto ao operador *MAS* se associa a ideia básica de oposição. Essa distinção, geralmente tradicional, não é suficiente para compreender a aproximação desses valores. Tal aproximação semântica começa a ser entendida quando Fávero e Koch (1986, p. 60) citam a reflexão de Leite de Vasconcellos (1928) para o aparecimento da conjunção *EMBORA*:

Como é que surgiu a conjunção? Do seguinte modo, no meu entender. Suponhamos que uma pessoa há de fazer uma coisa que outra pessoa, por qualquer motivo, sabe de antemão terá mau resultado, por exemplo, ir à caça. Esta pessoa diz-lhe: “embora vás à caça (desejo), saís-te mal (fatalidade do destino). Isto é: “em boa hora vás à

caça (desejo que vás à caça em boa hora, com êxito): contudo é certo que te sairás mal”. Juntando singelamente as duas frases, sem manifestação optativa e portanto sem ênfase, fica: *embora vás à caça, saís-te mal*, como idéia concessiva que depois se generaliza para outros casos (Vasconcelos, 1928, p. 374 *apud* FÁVERO; KOCH, 1986, p. 60).

A relação limítrofe entre operadores de contrajunção do tipo do MAS e do EMBORA resulta, é o que se deduz, desse fator etimológico refletido por Leite de Vasconcellos, visto que inicialmente a construção com quebra de expectativa era realizada com operadores da categoria do MAS de modo subentendido:

Interessante notar que, de acordo com esta interpretação, fica implícito um conectivo de valor adversativo (contudo, mas), que introduziria a segunda parte do enunciado: exprime-se, na primeira, um desejo ou manifestam-se bons augúrios, que são, porém, anulados pela “fatalidade” expressa na segunda (FÁVERO; KOCH, 1986, p. 60).

Essa motivação etimológica satisfaz questões quanto à origem da relação íntima entre MAS e EMBORA, ainda assim muitas outras necessidades de investigação linguística se põem quanto ao empenho sincrônico desses operadores. Quais suas distinções mais marcantes? Quais suas motivações de seleção? Por que MAS e não EMBORA? Por que EMBORA e não MAS? Quais efeitos sintático-semântico-argumentativos resultam dessa seleção? Por todas as necessidades de pesquisa quanto ao funcionamento de MAS e EMBORA, entende-se que se torna necessário rever, sob a luz da Semântica Argumentativa e da Linguística Textual, o emprego dos operadores em questão, a fim de dar a conhecer possibilidades de uso e de se atingirem efeitos desejados em cada uso.

Ducrot (1981, p.179), acerca do valor argumentativo de MAS, “o operador argumentativo por excelência”, afirma que

não se poderia compreender o papel da conjunção *mas*, se se diz somente que ela assinala a oposição de duas proposições que une. Por essa razão, propusemos descrever *A mas B* como “A, você tende a tirar de A uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois B, tão verdadeiro quanto A, sugere uma conclusão não-*r*” (DUCROT, 1981, p. 179).

A partir desse raciocínio de Ducrot, já se nota que a noção tradicional de que as conjunções adversativas “ligam dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes, porém, uma ideia de contraste” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 594) é uma noção problemática, pois a oposição não está, via de regra, entre os termos ou orações, mas entre a conclusão que se tiraria de A e a conclusão imposta por B.

Há, ainda, um outro valor associado a MAS, intimamente relacionado ao nível interativo, que foi discutido por Olívia et al. (1979), “Valor adversativo de desencontro ou de decepção” (OLÍVIA et al., 1979, p. 64), e comentado por Botaro (2010) quando esta trata do “Funcionamento interacional de *mas*” (BOTARO, 2010, pp. 35-36, grifo da autora). Em ambas as discussões, o MAS se constitui como elemento ligado a aspectos discursivos relativos ao momento da interlocução e apresenta diferenças do MAS em sua função prototípica de interpor dois segmentos de uma mesma sentença.

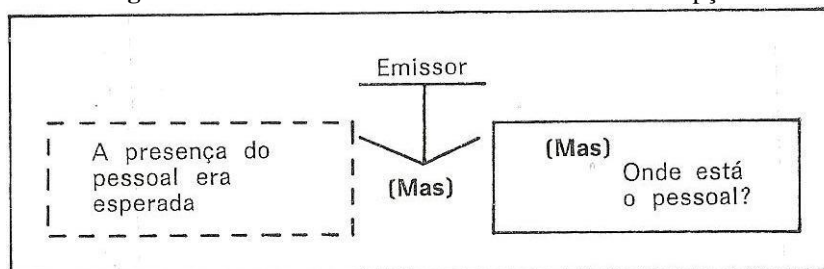
Segundo Olívia et al. (1979, p. 64), “Valor adversativo de desencontro ou de decepção” consiste em:

- a) dois conjuntos de significados;
- b) dos quais um está explícito e o outro implícito;
- c) o explícito, por ser uma interrogação adversa, manifesta o fato implícito que o emissor esperava encontrar.

Exemplos:

1. “Mas onde está o pessoal?”
2. “Mas por que não avisaram?”
3. “Mas quando foi que ele partiu?” (OLÍVIA et al., 1979, p. 64).

Figura 4: Valor adversativo de desencontro ou de decepção



Fonte: Olívia et al. (1979, p. 64).

Deve-se ressaltar que, no item C, Olívia et. al. (1979) discutem uma espécie de quebra de expectativa ou “contrário à expectativa” (NEVES, 2000, pp. 864-865), o que paraleliza esse efeito semântico com o efeito da concessão. Nos exemplos dados por Olívia et al., nota-se o teor coloquial que têm os enunciados, os quais se adéquam a momentos de interlocução oral. O fato de Olívia et al. (1979) terem afirmado que há uma relação de adversidade nesse emprego de MAS se opõe, de alguma maneira, ao que Botaro (2010) discute acerca do “Funcionamento interacional de *mas*” (BOTARO, 2010, pp. 35-36, grifo da autora):

Avançando nos estudos analíticos de *mas*, além dos usos mais fortemente textuais, em que vai além do nível oracional e articula sequências textuais, o juntor adversativo multifuncional é usado em contextos mais interacionais, no qual o item

não estabelece relação de contraste, ou seja, não há um S1 para ser retomado contrastivamente pelo S2 (BOTARO, 2010, pp. 35-36, grifo da autora).

Como se nota, são bem distintas as abordagens, sobre esse fenômeno linguístico, de Olívia et al. (1979) e Botaro (2010). Olívia et al. (1979) argumentam em favor da adversidade que se institui na cena enunciativa em que o emissor esperava encontrar algo que, no entanto, não encontrou, o que estabelece a relação opositiva. Botaro (2010), diferentemente, defende que, o MAS, em contextos interacionais, é um marcador discursivo que não estabelece relação de contraste nem de quebra de expectativa e que os aspectos semânticos, genuinamente adversativos, de MAS se tornam, ao menos parcialmente, obliterados. Essa autora, ao refletir sobre situações em que o MAS ocorre como um marcador interacional, analisa que, “Nesses casos, a relação semântica da construção adversativa é opaca, ou seja, o sentido contrastivo não é percebido, portanto não há quebra de expectativa”. Ela acrescenta que geralmente “o contexto desse uso mais interacional de *mas* é uma pergunta retórica e, muitas vezes, o item é seguido de um vocativo, o que reforça a interação entre os interlocutores” (BOTARO, 2010, p. 36, grifo segundo o original).

A contraposição das análises de Olívia et al. (1979) e Botaro (2010) é evidente e suscita mais investigação do problema. Na abordagem desse fenômeno, Botaro (2010) deixa claras as bases de sua investigação científica:

Para dar conta desses casos, chamados de Marcadores Discursivos (RISSO *et al.*, 1996, 2006; DUQUE, 2008)¹⁶, que são recorrentes no português, Risso *et al.* (1996, 2006), a partir de uma abordagem textual-interativa, definem Marcadores Discursivos como elementos que atuam nas relações textuais e interacionais do texto, sinalizando pragmaticamente o monitoramento local da produção textual. Em geral, são expressões exteriores ao conteúdo proposicional, que mantêm parcialmente o aspecto semântico da classe que o origina, apresentando, algumas vezes, opacidade de sentido. Além disso, possuem formas relativamente fixas e são sintaticamente independentes (BOTARO, 2010, pp. 35-36, grifos segundo o original).

O MAS é analisado, em Botaro (2010), como um marcador discursivo, considerando que tal uso relaciona-se com a situação interacional sem a característica habitualmente contrastiva. Em Olívia et al. (1979), não há uma discussão mais detalhada desse uso interacional de MAS em razão do caráter sintético da obra, no entanto os exemplos que se

¹⁶ RISSO, M. S. *et al.* Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, v.1, 1996, p.21- 94.
RISSO, M. S. *et al.* Traços Definidores dos Marcadores Discursivos. In: JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C.; KOCH, I. (Orgs). **Gramática do Português Culto Falado no Brasil: construção do texto falado**. Campinas: Editora da Unicamp, vol. I, 2006.
DUQUE, P. H. **Contrastes e Confrontos**: Um estudo funcional do elemento *mas* na fala e na escrita. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

seguem à explicação dos autores (exemplos transcritos neste trabalho, poucas linhas atrás) têm características nítidas de interação e diálogo, como o conteúdo das proposições, a linguagem menos formal e o requerimento de respostas. E, conforme afirmado, são analisados como casos em que o MAS tem valor de oposição, diferentemente do que analisa Botaro (2010).

Todas essas questões atestam a necessidade de se buscarem mais descrições quanto ao emprego de MAS e de EMBORA, verificando se as distinções e semelhanças estão no nível sintático, semântico, pragmático, argumentativo ou ainda no somatório dos diferentes níveis de análise linguística. Essas problematizações é que motivam a investigação do comportamento de MAS e EMBORA em contos fantásticos e em artigos de opinião, gêneros representativos da língua portuguesa do Brasil.

No tópico seguinte, a Linguística Textual é explorada em suas teorias referentes às tipologias, a fim de que se esclareçam fatores estruturais nos textos que possam vir a influenciar o funcionamento de MAS e EMBORA em narrações, descrições, argumentações e injunções.

1.2 Contributos das Teorias Tipológicas na Análise Textual-discursiva

Neste tópico se faz um percurso por algumas teorias tipológicas de modo a buscar uma compreensão satisfatória para o funcionamento de MAS e EMBORA dentro do artigo de opinião e do conto fantástico. As perspectivas teóricas em que esta pesquisa se fundamenta quanto às teorias tipológicas (BRONCKART, 1999, TRAVAGLIA, 1991) foram adotadas em razão de encamparem um posicionamento epistemológico, advogado neste trabalho, que defende claramente que a língua é um fenômeno compartilhado na interação social, em oposição ao pensamento de que ela é um sistema autônomo ou apenas cognitivo ou tão menos biologizante. Os trabalhos de Bronckart (1999) se baseiam na orientação de um interacionismo sociodiscursivo pelo qual se aponta que o desenvolvimento de uma competência textual-discursiva em falantes de uma comunidade está intimamente associado a fatores sociais. Também os estudos de Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012) se fundam em uma perspectiva pautada pela língua em ação, em uso, em enunciação, realizada de modo que se pressuponha a existência de interlocutores e propósitos comunicativos situados, com procedimentos linguísticos convencionados em âmbitos sociais específicos, como se afirma desde a definição de “texto”, assumida por esse autor:

O **Texto** será entendido como uma unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua em uma situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função/intenção comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente da sua extensão (TRAVAGLIA, 1991, p. 23).

As posturas teóricas adotadas oferecem, portanto, um conjunto de conceitos e reflexões que encaminham, de maneira contributiva, as análises desenvolvidas nesta pesquisa. Essas orientações oferecidas pelos teóricos seguidos, e que são empenhadas neste trabalho, sintetizam-se em:

- I) operar, na pesquisa, com a língua em ação e não com simulacros;
- II) considerar que o sistema linguístico se constitui no âmbito discursivo, embora não haja uma questão determinista;
- III) analisar a importância dos mecanismos linguísticos envolvidos nas interações;
- IV) perceber a relação intrínseca e imanente entre língua e sociedade e entre gêneros e tipos textuais.

Parece consensual que os tipos entram na composição de gêneros. Marcuschi (2008) afirma que “os gêneros não são opostos a tipos e que ambos não formam uma dicotomia e sim são complementares e integrados” (MARCUSCHI, 2008, p. 156). Bronckart (2012) e Travaglia (2007b) também compartilham a afirmação de que os tipos compõem os gêneros e estudam com profundidade os aspectos linguísticos, estruturais e discursivos relacionados à tipologia e à composição geral dos gêneros. A verificação desse fato implica que a importância dos estudos desses autores para este trabalho se constitui na descrição detalhada que oferecem dos gêneros e tipos e da imbricação entre ações sociais e textos, o que permite uma visão mais efetiva da realização de operadores argumentativos em situações concretas de enunciação.

A relação entre operadores e gênero é significativa neste momento em que se trabalha com a hipótese de que o funcionamento dos operadores argumentativos é diferente quando se comparam gêneros distintos quanto à sua caracterização textual, por exemplo. Como os gêneros se caracterizam essencialmente pela sua função social e pelo cunho que têm de instrumentos para atos interativos realizados com a linguagem, a estrutura composicional dos artigos de opinião se distingue da estrutura dos contos fantásticos, variando muito sua finalidade sociocultural, já que esses gêneros divergem em objetivos sociais. Considere-se, em conformidade com Travaglia ([2003], 2007a), que

a explicitação das funções sociais dos gêneros é comumente dificultada; a) quando se trata de gênero que surgiu em épocas remotas e fica difícil dizer hoje qual era então a sua função; b) pela possibilidade de mudança de função do gênero em épocas distintas ou até mesmo em grupos sociais distintos (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 104).

Ainda assim, é seguro afirmar que as finalidades sociocomunicativas dos gêneros estudados neste trabalho são de natureza diversa, o que, como já comentado, diversifica a estrutura composicional, a superestrutura, a realização dos gêneros em situações de interação, e isso inclui o comportamento dos operadores argumentativos.

Também importa muito a inter-relação que se estabelece entre tipos e gêneros textuais. Se os gêneros se qualificam essencialmente por sua função sociocomunicativa, os tipos envolvem o comportamento dos elementos linguísticos, sobredeterminados por aspectos discursivos, que os compõem (relações temporais, aspectualizadoras, modalizadoras, argumentativas, sintáticas e lógico-semânticas). As relações sociais configuram formas de agir, modos de ser e de atuar, maneiras de (se) apresentar e de (se) fazer, e os gêneros não são apenas instrumentos (embora o sejam com eficácia) que medeiam tais relações, mas são os próprios construtores dessas relações, definindo *status*, início, manutenção e fim de vínculos.

Se os gêneros forem pensados como meros instrumentos de comunicação, isso produzirá a rasteira reflexão de que eles tão somente comunicam, quando o que há, com efeito, é que os gêneros fazem ações serem levadas a cabo, produzem alterações na vida factual; partem de ações concretas, realizam-se como ações concretas e são capazes de tornar feliz um dia de alguém ou de malsuceder esse dia, são capazes de provocar a morte ou de dar a vida; atuam na resolução de problemas e contribuem na consecução de propósitos; efetivam ações sociais, o que faz constatar que comunicam, mas vão além disso. Bawarshi e Reiff (2013), discutindo a visão sociológica dos gêneros, citam Bazerman¹⁷ quando este diz que

Gêneros não são apenas formas. Gêneros são formas de vida, modos de ser. São *enquadres* para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares onde o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos [...] (Bazerman, 2006, p. 23 *apud* BAWARSHI e REIFF, 2013, p. 82, grifo como no original).

Com essa citação de Bazerman, os autores confirmam o valor da estrutura interna dos gêneros (“não são apenas formas”), e seguem esse raciocínio que avança na concepção de que os gêneros têm, somado ao caráter estrutural, o valor sociointerativo. Ao comentarem as

¹⁷BAZERMAN, C. The Writing of Social Organization and the Literate Situating of Cognition: Extending Goody's Social Implications of Writing. In.: OSOLON, D. R., COLE, M. (orgs.). **Technology, Literacy and the Evolution of Society**: Implications of the Work of Jack Goody. Hillsdale: Lawrence Erlbaum and Associates, 2006, p. 215-240.

reflexões de Carolyn Miller¹⁸, Bawarshi e Reiff (2013, pp. 84-85) afirmam que “A noção de *tipificação* (reconhecimento social definido e compartilhado de similaridades) se mostraria essencial para uma concepção de gênero como ação social” (destaque dos autores). Por meio dessa noção de tipificação, que não se confunde com a convencional noção de tipos de textos, pois são tipos de eventos, os autores associam situações recorrentes a maneiras de proceder envolvendo língua(gem).

Enquanto os gêneros se constituem em função das formas de interagir socialmente, os tipos entram na composição dos gêneros, formando bases de características linguísticas (aspectos verbais, lexias qualificadoras, orientações de operadores argumentativos, etc.) as quais irão estruturar os textos a partir de tipos linguísticos peculiares que irão predominar ou se ajustar ao propósito do gênero. Os aspectos linguísticos como referenciais para os tipos textuais não podem ser entendidos como um apagamento dos aspectos discursivos, pois, segundo Travaglia (2007c, p. 63), pelo menos as perspectivas dos interlocutores dão origem aos tipos.

Como se sabe, pode haver, e comumente há, mais de um tipo em diversos gêneros, já que os tipos se constituem de sequências linguísticas, sobredeterminadas por aspectos discursivos, e não de textos inteiros. E se os tipos se reconhecem por essas sequências gramaticais, os gêneros, para Marcuschi (2008, p. 164), denominam-se geralmente por critérios como forma estrutural, propósito comunicativo, conteúdo, meio de transmissão, papéis dos interlocutores, contexto situacional.

A seguir, está um quadro sintético (adaptado de MARCUSCHI, 2005) que propõe distinções entre tipos e gêneros textuais. É preciso lembrar que o autor, reiteradamente, chama atenção para o fato de que tais noções não são bifurcações, mas que, ao contrário, são integrantes.

¹⁸MILLER, C. R. Genre as Social Action. In.: FREEDMAN, A., MEDWAY, P. (orgs.). **Genre and the New Rhetoric**. Bristol: Taylor and Francis, 1994, p. 23-42.

Quadro 01: Distinções entre Tipos e Gêneros textuais

TIPOS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS
1. Construtos teóricos definidos por propriedades linguísticas intrínsecas;	1. Realizações linguísticas concretas definidas por propriedades sócio-comunicativas;
2. Constituem sequências linguísticas ou sequências de enunciados e não são textos empíricos;	2. Constituem textos empiricamente realizados cumprindo funções em situações comunicativas;
3. Sua nomeação abrange um conjunto limitado de categorias teóricas determinadas por aspectos lexicais, sintáticos, relações lógicas, tempo verbal;	3. Sua nomeação abrange um conjunto aberto e praticamente ilimitado de designações concretas determinadas pelo canal, estilo, conteúdo, composição e função;
4. Designações teóricas dos tipos: narração, argumentação, descrição, injunção e exposição.	4. Exemplos de gêneros: telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, aula expositiva, reunião de condomínio, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio, instruções de uso, outdoor ¹⁹ , inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversação espontânea, conferência, carta-eletrônica, bate-papo virtual, aulas virtuais etc.

Fonte: Adaptado de Marcuschi (2005).

Esse quadro, deliberadamente sintético, apresenta, pelo menos, duas ideias fundamentais, na visão de Marcuschi (2005): a) a de que os tipos se definem por aspectos linguísticos, quando os gêneros têm delimitações sociointerativas, e b) a de que os gêneros são inumeráveis, o que não acontece com os tipos. Os estudos de Marcuschi, mais dedicados ao gênero, não discutem o caráter discursivo dos tipos, como fazem os estudos de Travaglia (1991, por exemplo).

A inter-relação que se dá entre tipos e gêneros ressalta o emprego dos recursos linguísticos empregados em função de um objetivo sociocomunicativo em uma situação (concreta, real) de enunciação, de maneira que essa associação jamais poderá ser desfeita, e sem ela o texto não se compõe. Para Travaglia ([2003]/ 2007a),

Todo gênero é sempre composto por um ou mais tipos e pode também simultaneamente ser composto por alguma espécie. A consequência disso para a descrição é que o gênero, além das características que lhe são próprias enquanto tal, apresentará as características do(s) tipo(s) e da(s) espécie(s) que o compõem. Percebe-se, pois, que o gênero realiza tipo(s) e será de um tipo ou de outro por dominância (TRAVAGLIA, [2003]/ 2007a, p. 111).

¹⁹ Marcuschi (2008) admite claramente que o *outdoor*, visto durante muito tempo como gênero, trata-se, com efeito, de um suporte para gêneros geralmente do domínio publicitário.

A interdependência entre gêneros e tipos resulta exatamente das sedimentações dos usos sociais da língua que marcam uma forma de interação em situações específicas. Assim, em determinada situação, um texto pode ser mais apropriado que outro para certa finalidade, delimitando gêneros, e haverá um *modo* (MARCUSCHI, 2008, p. 154) apropriado de dizer, delimitando tipos. Dessa forma, a relação entre gênero e tipo é acarretada pela interação sociocomunicativa, e dessa interação, por sua vez, resultam os diversos aspectos do funcionamento dos recursos linguísticos.

As escolhas linguísticas estão associadas aos propósitos comunicativos, à situação de enunciação e se associam também à organização de textos em padrões linguísticos recorrentes em determinados contextos. Por padrões linguísticos não se deve tomar a acepção de estruturas imexíveis nem se pode dizer que as escolhas sejam amplamente cerceadas, pois há fatores individuais e sociais implicados na relação gênero/tipo que permitem escolhas dentro de determinados parâmetros, como discute Travaglia (1991) a seguir:

No texto e no discurso, mesmo o que parece servidão gramatical, usos que seriam fruto da não possibilidade de escolha como no caso de usos determinados pelo contexto (contexto linguístico), como o uso de subjuntivo, quando se têm certas modalidades (como a dúvida expressa pelo advérbio “talvez” ou a volição expressa por um verbo da oração principal como “desejo”) ou certas conjunções (como “embora”) na verdade são resultado de escolha em planos discursivos em que é possível escolher contextos que aceitem/exigem o uso de um ou outro elemento (subjuntivo ou indicativo) por exemplo (TRAVAGLIA, 1991, p. 15).

Essa importância de se verificar o comportamento dos mecanismos linguísticos com o auxílio de teorias tipológicas encontra outra razão de ser no fato de que os tipos são atividades estruturantes, pois, consideradas as intencionalidades dentro das comunidades linguísticas, são os tipos que estruturam os gêneros quanto a implicações comunicativas, na tipologia da narração, descrição, dissertação e injunção por exemplo, referentes à “perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer quanto ao fazer/acontecer ou conhecer/saber e quanto à inserção destes no tempo e/ou espaço” (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 102). As considerações dos estudos em tipologias, reunidas neste trabalho, com relação a essas perspectivas do produtor e com relação às marcas linguísticas impressas no texto decorrentes dessas perspectivas irão auxiliar no alcance dos objetivos a fim de chegar a conclusões acerca de problemas como a possibilidade de tipos argumentativos se inserirem nos tipos narrativos ou de se tornarem híbridos.

Para que se tenha uma noção desse problema apontado, apresentam-se a seguir trechos extraídos respectivamente do conto “O gato preto”²⁰ (POE, 2012) e do artigo “A melhor escola para seu filho” (CASTRO, 1999). Nestes trechos, o comportamento do operador argumentativo MAS apresenta importantes distinções no funcionamento textual-discursivo (diferenças relacionadas à especificação do tipo textual em que ocorre o operador) como será observado. A principal distinção, ao menos nesta análise situada, é a de que esse operador aparece no conto em um tipo predominantemente narrativo, com personagens, tempos verbais no passado, progressão de ações que se encaminham para um desfecho, se não imediato, um desfecho para as intrigas da narrativa como um todo. Já no artigo, o comportamento do MAS contribui para a defesa de um argumento sem a possibilidade de compor um tipo narrativo e sim argumentativo, conforme se lê nos trechos apresentados a seguir:

(05)

O próximo passo foi procurar o animal que havia sido a causa de tamanha desgraça, pois havia, por fim, decidido, firmemente, sacrificá-lo. Se eu tivesse conseguido encontrá-lo naquele momento, não haveria dúvida quanto ao seu destino; **MAS** aparentemente o ardiloso animal havia se assustado com a violência de minha raiva anterior e absteve-se de se apresentar diante de meu atual estado de espírito. É impossível descrever ou imaginar o profundo e jubiloso alívio que a ausência da criatura detestada causou em meu peito. Ele não fez sua aparição durante a noite; e assim, por uma noite, pelo menos, desde a sua chegada a casa, eu dormi profunda e tranquilamente; sim, *dormi*, mesmo com o peso de um assassinato em minha alma.

(Conto n.º 02, Quadro 05, p. 83, *italico original*)

(06)

A experiência recente mostra claramente: os sistemas educativos que estão melhorando são aqueles em que há pais vigiando cuidadosamente as escolas de seus filhos. As escolas refletem o tanto que são vigiadas, execradas ou glorificadas. Portanto, se queremos boas escolas, a receita é clara: olho arregalado, espírito crítico e conhecimento de causa. Onde os pais vigiam, censuram e aplaudem, a educação melhora. **MAS** para isso é preciso que os pais saibam avaliar, criticar, cobrar e apoiar.

(Artigo n.º 03, Quadro 06, p. 84)

A questão mais relevante, ao se observarem os comportamentos distintos de MAS nesses trechos, é considerar que a ocorrência desse operador se dá, em (05) retirado do conto, em um trecho narrativo que se caracteriza pela presença de personagens, narrador, e uma ordenação dos fatos que se encaminham no desenvolvimento de uma trama. Desse modo, a análise mais óbvia é a de que MAS ocorre no tipo textual narrativo, entretanto é possível que,

²⁰ POE, Edgar Allan. **Histórias Extraordinárias**. Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira, Katia Maria Orberg. Coleção A obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Caret, 2012, p. 21-35.

no conto, o emprego do MAS esteja colaborando para uma argumentação específica para a cena ou generalizada para toda a narrativa. Isso leva à possibilidade de que MAS confira ao tipo textual um caráter argumentativo ou leva à conclusão de que poderia haver um entrelaçamento de tipos textuais, ou melhor, um hibridismo em que um só tipo teria características narrativas e argumentativas, como notado *a priori* no conto.

Quanto ao funcionamento de MAS no artigo, fica evidente que o operador ocorre em um tipo textual cujas características se relacionam ao fazer refletir, pois o objetivo do texto se liga à ordem do dissertar, na qual “se instaura o ser pensante, que raciocina” (TRAVAGLIA, 1991, p. 187). Mais que isso, há nesse trecho as características da argumentação que perpassam todo o texto através de diversas marcas linguísticas. Nesse artigo, o autor elenca características de uma boa escola como valores humanos postos em prática, incentivo ao estudo fora da sala de aula e até quanto às energias positivas emanadas pelo ambiente. Ressalta a informação de que a escola precisa ser vigiada pelos pais, que devem saber como fazê-lo; dessa forma, as alterações para a melhora da escola podem ser feitas, considerando que o professor precisa de elogios tanto ou mais que de reclamações. As reflexões do autor estão direcionadas à delimitação de uma tese, e o MAS, entre outros mecanismos linguísticos, é marca dessa orientação argumentativa em construção de um posicionamento diante da discussão.

Quando se comentou, anteriormente, a possibilidade de haver no trecho (05), do conto “O gato preto”, marcas do tipo argumentativo devido à presença do operador argumentativo MAS, ou um hibridismo de tipos textuais, baseou-se na constatação de muitos estudiosos de texto, segundo a qual os diferentes tipos textuais podem se combinar.

Conforme Travaglia,

Descrição e dissertação são tipos que talvez pudessem ser reunidos em um só, como fez WEINRICH (1968) ao propor o comentário, que englobaria descrições e dissertações presentes. Essa junção seria possível porque, na descrição como na dissertação, a perspectiva do enunciador é a do conhecer, mas é um conhecer distinto, porque o da descrição é um conhecer da perspectiva do espaço, que diz como é, portanto um conhecer visual, sensorial; enquanto o conhecer da dissertação é um conhecer conceitual, que diz o que é, envolvendo a reflexão e o raciocínio, portanto a razão e não a sensação, a percepção (TRAVAGLIA, 1991, p. 45).

Como se lê, Travaglia (1991) não admite a junção, em um único tipo, de descrição e dissertação, pois, ainda que ambos os tipos pertençam ao plano do conhecer, a descrição tem o conhecer sensorial, ao passo que a dissertação tem o conhecer conceitual. Essa reflexão deve orientar a análise do funcionamento recorrente de MAS nos trechos de tipos descritivos

dos contos. Ao mesmo tempo em que se valida esse pensamento de Travaglia, se considera a possibilidade de que a ocorrência do operador argumentativo torna argumentativo o tipo textual em que ele se insere. Essa reflexão é bastante pertinente se for embasada em afirmações como a que é feita por Bronckart (2012) a seguir:

[...] podemos considerar que, quando o agente-produtor considera que um objeto de discurso, embora *incontestável* a seu ver, corre o risco de ser **problemático** (difícil de compreender) para o destinatário, ele tende a desenvolver a apresentação das propriedades desse objeto em uma sequência explicativa. Quando o agente-produtor considera que um aspecto do tema que expõe é **contestável** (a seu ver e/ou ao do destinatário), tende a organizar esse objeto de discurso em uma sequência argumentativa. Podemos admitir ainda que o agente-produtor pode considerar, às vezes, que o objeto do discurso arrisca-se a ser, ao mesmo tempo, problemático e contestável para o destinatário e, nesse caso, produz um segmento que combina sequências explicativas e argumentativas (BRONCKART, 2012, pp. 234-235, destaques conforme o original).

O fato discutido por Bronckart, que usa o termo “sequências” como equivalente ao que se tem empregado neste trabalho com o termo “tipos”, se refere à comum probabilidade de ocorrerem juntas sequências distintas, o que é discutido nesta pesquisa com amparo nos estudos do próprio Bronckart, que comentou as sequências de Adam e a “heterogeneidade composicional” delas (BRONCKART, 2012, p. 219), isto é, o caráter que elas têm de se combinarem, se mesclarem e de se associarem. Essa reflexão retoma ainda os trabalhos de Travaglia, que discute as maneiras como os tipos se relacionam dentro de um gênero, ou numa relação entre gêneros, resultando o “cruzamento”, a “conjugação” ou o “intercâmbio” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1299). Marcuschi trata esse fato pelo termo “heterogeneidade tipológica”, ao constatar a variedade de tipos em uma carta pessoal, e afirma que “, de maneira geral, vai-se notar que há uma grande heterogeneidade tipológica nos gêneros textuais” (MARCUSCHI, 2008, p. 158).

Travaglia (2007b) trata, com detalhes importantes, do fato de haver combinação de tipologias nos gêneros. Além de o autor distinguir o cruzamento, a conjugação e o intercâmbio de tipos, ele ainda discute maneiras variadas de a conjugação acontecer. Essas discussões propostas por Travaglia (2007b) fundamentam e esclarecem as análises do funcionamento dos operadores no *corpus*, pois o que se constatou nas ocorrências de MAS e EMBORA (Capítulo 3) está em acordo com o que é descrito pelo autor em

A *conjugação* de tipos na composição de um gênero acontece com tipos da mesma tipologia. É um fato muito comum e já foi identificado por muitos estudiosos ao afirmarem que os textos dificilmente são puros, na verdade, porque aparecem trechos de maior ou menor extensão de vários tipos. Pode-se ter até mesmo uma

oração de um tipo inserida num trecho de outro tipo, como acontece muito comumente com orações adjetivas. É o caso do exemplo 2, em que a oração “comprou meu carro” insere um trecho narrativo em uma descrição. A tipologia cujos tipos mais freqüentemente se conjugam nos textos é a dos textos descritivos, dissertativos, injuntivos e narrativos, sendo praticamente a responsável pela afirmação de que não há textos puros. (2) O rapaz *que comprou meu carro* era lindo. Tinha olhos grandes e brilhantes, um queixo anguloso com uma covinha de matar. (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1300, grifos conforme o original).

Travaglia (2007b) afirma nessa citação que é fato comum o que Marcuschi (2008) chamou de “heterogeneidade tipológica”, e mostra como um tipo narrativo se insere numa descrição. Quanto à afirmação de Travaglia no início dessa citação, segundo a qual “A *conjugação* de tipos na composição de um gênero acontece com tipos da mesma tipologia”, deve-se lembrar que a proposta da teoria tipológica do autor apresenta descrição, dissertação, narração e injunção como elementos de uma mesma tipologia em distinção a outras tipologias como o discurso da transformação e o discurso da cumplicidade ou ainda o preditivo e o não preditivo.

No *corpus* deste trabalho, o que se constatou foi a inserção de tipos argumentativos em outros tipos textuais em função dos empregos dos operadores argumentativos. As análises do Capítulo 3 representam a abundância desse fato verificado nesta pesquisa. Essas análises se adéquam ainda ao que Travaglia (2007b) comenta em

Nos gêneros narrativos da espécie história, por exemplo, parece que a descrição está sempre ligada à “orientação” dos episódios. A narração compõe sobretudo as categorias ou partes denominadas “introdução (anúncio e resumo) e trama (complicação, resolução e resultado). O resultado é composto pela narração, quando é da variedade “Eventos /Atos / Acontecimentos”, pois o resultado da variedade “Estados” é mais descritivo. Já a dissertação aparece principalmente nos comentários (mais na avaliação e explicação do que nas expectativas) e no epílogo que é das variedades coda e moral (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1301).

A dissertação, conforme o que comentou Travaglia (2007b), funciona como comentários, ou melhor, avaliações e explicações dos eventos ocorridos na história que está sendo narrada. Os operadores argumentativos em análise podem compor esses segmentos em que são feitas apreciações de um fato, de um evento, de um acontecimento e segmentos que justificam ou explicam o que se narrou, o que se verifica no próprio trecho (05), citado anteriormente.

Travaglia (2005) já apontou que o uso de operadores de contrajunção está associado a determinados tipos de texto e que esses operadores vinculam-se, ainda que não exclusivamente, aos tipos descritivo e dissertativo:

Na verdade o uso de conectores e de tipos de relações entre cláusulas tem se revelado ligado ao tipo de texto: a) nos descritivos predominam os conectores de conjunção, somando as características que formam o “quadro” resultante da descrição e aparecem também os de contrajunção, permitindo a oposição de características para o mesmo fim; b) nos dissertativos, como importam as relações entre idéias constituintes do conhecer, aparecem conectores para os mais diferentes tipos de relações: conjunção, contrajunção ou oposição, disjunção ou alternância, causa / consequência (explicativas, justificativas, causais, condicionais, finais, consecutivas, conclusivas), comparação (comparativas, conformativas), comprovação, especificação (incluindo a exemplificação) entre outras; c) na narração já falamos da importância dos conectores para marcar as relações temporais; d) na injunção são importantes os conectores de sequenciamento de ações (em textos injuntivos que ensinam a fazer e como fazer com diversos passos) e de justificativa (para justificar o incitamento feito para determinada ação) (TRAVAGLIA, 2005, p. 8).

Por essa citação de Travaglia (2005), fica clara a teorização que o autor constrói segundo a qual os operadores argumentativos não estão ligados unicamente aos tipos dissertativo e argumentativo. É necessário, no entanto, verificar qual é a relação entre os operadores argumentativos e o tipo dissertativo (Travaglia, 2007b) e ainda entre esses operadores e a sequência argumentativa (Bronckart, 2012).

A compreensão do conceito dos tipos textuais poderá contribuir para a resolução dessa questão, consideradas, entre outros fatores, as citadas perspectivas do produtor, pois a depender delas, os textos se estruturarão em descrições, dissertações, narrações, injunções (TRAVAGLIA, [2003]/ 2007a, p. 102). Essas estruturas relacionam-se, segundo Travaglia (1991), a fatos como as condições de produção e interferências sócio-histórico-ideológicas, como se lê em:

O estudo das regularidades constitutivas da língua tem que se relacionar necessariamente com a questão da tipologia de texto e discurso, já que tais regularidades resultam ou são sedimentações de sistemas de funcionamento discursivo, que, quando distintos, caracterizam tipos (de discurso e consequentemente de textos) que sobredeterminam as marcas representadas pelos recursos linguísticos (TRAVAGLIA, 1991, p. 39).

Fatores discursivos sobredeterminam os fatores linguísticos, o que está diretamente relacionado às tipologias. É oportuno lembrar que não é razoável nem interessante associar esse fato a um determinismo, visto que não se pode conceber uma exclusiva pressão externa sobre as formas linguísticas que desconsidere as multiplicidades de ações e relações bastante heterogêneas entre os sujeitos²¹.

Os pesquisadores tomados por amparo teórico quanto a tipologias são empenhados neste trabalho justamente por oferecerem um aparato conceitual ligado a estudos linguísticos,

²¹ Conferir Marcuschi, 2008, pp. 22-23.

proporcionando condições de desenvolvimento desta pesquisa que mantém a consciência de que a teoria não deve ser incondicionalmente o ponto de partida para a análise das ocorrências do *corpus*, o que poderia resultar em análises reducionistas, conforme afirma Travaglia (1991), ao comentar os dizeres de Raskin (1985, apud DAVIES (1987))²²:

concordamos com Raskin (1985), quando propõe que a pesquisa deve ser orientada pelo problema e não pelo método e/ou teoria(s): não se pode dar primazia absoluta nem aos fatos (o que pode desaguar num empirismo caótico) nem aos métodos e teorias (o que pode levar a reducionismos indesejáveis do fenômeno em estudo). A pesquisa deve resultar numa explicação, razoavelmente modelizada pelos métodos e teorias, do fato estudado, lembrando sempre que são diferentes o fenômeno e a teoria que se faz para descrevê-lo, explicá-lo, etc. (TRAVAGLIA, 1991, p.17).

Nesse sentido, as análises, neste trabalho, foram feitas sempre tendo em conta que um fato novo, imprevisto pelas bases teóricas, deve requerer descrições novas; por outro lado, as escolhas teóricas irão balizar as análises, impedindo um desalinhamento conceitual ou um amontoado de conclusões sem vínculo metodológico.

Começando pelos estudos de Travaglia (1991), destaca-se que esse teórico, estudando o funcionamento textual-discursivo do verbo no Português do Brasil, propõe inovações conceituais, quanto a teorias tipológicas, que pretendem desfazer confusões epistemológicas que resultam, segundo o autor, da mistura, em uma mesma classe, de elementos tipológicos distintos. É então que propõe que as tipologias devem ser estudadas em três classificações (TRAVAGLIA, 1991, p.46):

- 1) descrição, dissertação, narração e injunção;
- 2) discurso da transformação (argumentativo “stricto sensu”) e discurso da cumplicidade (não argumentativo “stricto sensu”);
- 3) preditivo e não preditivo.

Essa maneira de estudar as tipologias permite perceber mais claramente que elas têm aspectos peculiares que devem ser considerados, o que favorece a descrição de gêneros e tipos, que para ser científica, não pode destinar tratamentos iguais a fatos que são distintos. A consideração da existência de três tipologias diferentes em Travaglia (1991, p. 46) se orienta por critérios como:

²²RASKIN, Victor (1985). *Semantic mechanisms of humor*. Dordrecht/Boston. D. Reidel Publishing Company. (apud DAVIES, Christie (1987). “Taking Jokes (apart) seriously” in *Semiótica* 66(4). Amsterdam, Mouton de Gruyter, 1987, p. 451-454.).

- 1) a perspectiva do produtor do texto em relação ao objeto do dizer.
- 2) a perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que ele faz do receptor.
- 3) a perspectiva em que o produtor do texto faz uma antecipação no dizer (*texto preditivo*) ou não faz antecipação (*texto não preditivo*).

Já se notam, nessa fase inicial da pesquisa tipológica de Travaglia (1991), avanços que possibilitam vislumbrar esclarecimentos quanto a problemas tipológicos e entrever as contribuições que a Linguística Textual tanto busca no que diz respeito à descrição de gêneros e tipos. Algumas dessas contribuições se referem, por exemplo, além de delimitar os elementos tipológicos, a especificidades dos tipos. Aparece nessa fase da pesquisa de Travaglia o termo “subtipo”, relativo a tais especificidades da descrição (“descrição de ações, que chamamos de dinâmica, em contraposição à de seres, coisas, paisagens, etc., que chamamos de estática”²³, da dissertação (científica e não científica), da narração (história, dá a possibilidade de ordenação temporal e referencial dos fatos enumerados, e não história, sem possibilidade de ordenação dos fatos), da injunção (opção, conselho, pedido, ordem, prescrição) (TRAVAGLIA, 1991, pp. 48-49)).

O termo “subtipos” foi, mais tarde (TRAVAGLIA, [2003]/ 2007a), substituído por “espécies”, pois, conforme o autor, aquele termo poderia sugerir uma ideia equivocada de hierarquia. Em Travaglia ([2003]/ 2007a), espécie “se define e se caracteriza por aspectos formais de estrutura (inclusive superestrutura) e da superfície linguística e/ou por aspectos de conteúdo.”, como a distinção de textos em prosa e em verso ou as várias espécies do gênero correspondência: carta, telegrama, ofício, memorando, bilhete etc.

Nessa nova fase da pesquisa, para a construção de uma teoria tipológica geral de textos, foi proposto o termo “tipelementos” (descartando a possibilidade, pensada anteriormente, de ser usado o termo “tipiformas”) para remeter aos elementos tipológicos básicos que são os tipos, gêneros e espécies. O autor reitera o caráter necessariamente inconcluso da pesquisa, além de alertar que análises e conceitos poderiam ainda sofrer alterações para o progresso daqueles estudos. Permanece o argumento de que não se promoverá avanço epistemológico na descrição de tipos e gêneros se as teorias tipológicas incluem em uma mesma categoria elementos distintos. Um inconveniente, citado pelo autor, dessa desconsideração das peculiaridades dos elementos ao classificá-los seria, por exemplo, a comum distribuição dos tipos em Narrativo, Descritivo, Expositivo, Argumentativo, Injuntivo, a qual não explica bem a existência de narrações argumentativas *stricto sensu*, dissertações argumentativas *stricto sensu* ou descrições argumentativas *stricto sensu*. Na

²³Travaglia (1991) comenta que a Literatura faz, a seu modo, tal distinção.

teoria dos Tipelementos (TRAVAGLIA, [2003]/ 2007a), o autor afirma que o cruzamento de elementos tipológicos é explicação mais clara do que a criação de um novo tipo, expositivo em oposição ao argumentativo, por exemplo.

Travaglia (2007b, p. 1299) propõe que os tipos entram na composição de gêneros (pois os gêneros realizam os tipos) de três modos distintos:

- a) Cruzamento: “vários tipos de tipologias distintas são realizados no mesmo texto”²⁴;
- b) Conjugação: “vários tipos de uma mesma tipologia aparecem constituindo um texto, com relações hierárquicas entre si ou simplesmente lado a lado”;
- c) Intercâmbio: “em uma situação de interação de uma dada natureza, em que se estabelece um modo de interação específico, a interação é preferencialmente realizável por uma dada categoria de texto que é própria desse modo de interação, mas se dá por meio de uma outra categoria” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1299).

Quanto ao segundo modo, a conjugação, Travaglia faz observação importante em relação à dominância, que “não é em termos de espaço do texto ocupado pelo tipo, mas em termos da tendência para um dado modo de interação a que o texto serve” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1301). Naturalmente se poderia analisar um texto com longos trechos narrativos e poucos trechos de outros tipos como predominantemente narrativos, mas, como visto, o critério que regula a classificação é o modo de interação, “Assim, por exemplo, temos muitos contos de Clarice Lispector em que o espaço ocupado pelo tipo dissertativo é maior do que o ocupado pelo tipo narrativo, mas o conto sempre é visto como predominantemente narrativo” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1301).

O autor argumenta que a observação e compreensão do modo como os tipos compõem os gêneros é de fundamental importância para atividades de ensino/aprendizagem de produção/compreensão de textos, bem como para a descrição dos gêneros, o que interessa a esta pesquisa.

No artigo “A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies”, publicado em 2007²⁵, Travaglia propõe a substituição do termo “elementos tipológicos”, empregado em textos anteriores, pelo termo “categorias de texto”, a fim de designar classes de textos que se relacionam por “um conjunto de características comuns em termos de conteúdo, estrutura composicional, objetivos e funções sócio comunicativas (*sic.*), características da superfície linguística, condições de produção, etc.” Nesse artigo, o autor faz uma retomada de fases anteriores da pesquisa e apresenta acréscimos a explicações e

²⁴ No mesmo espaço de um texto, para que o cruzamento se diferencie mais claramente da conjugação.

²⁵ TRAVAGLIA, 2007c, p. 43.

detalhamentos de alguns termos como na discussão sobre a descrição (objetiva ou subjetiva, estática ou dinâmica, comentadora (“se refere sempre a uma classe de elemento descrito”) ou narradora (“se refere sempre a um exemplar único do elemento descrito” (TRAVAGLIA, 2007c, p. 47)).

Em quadro baseado em TRAVAGLIA (2007a, p. 109), o autor acrescenta (em TRAVAGLIA, 2007c, p. 43) gêneros necessariamente compostos por um tipo em termos de dominância. Ele afirma que até 2003 não havia sido registrado nenhum gênero necessariamente descritivo, mas, nesse trabalho de 2007²⁶, estavam sendo incluídos a “qualificação”²⁷ e o “classificado”²⁸. Outro apontamento que se discute nesse trabalho é que um aspecto de estrutura composicional da descrição de gêneros é a dimensão (tamanho médio dos textos). O autor afirma que muitos poderão ver como problemático esse critério, já que não há tamanhos exatos para gêneros, mas argumenta que há sim um tamanho esperado, pois “ninguém imaginará ser um conto, uma fábula, um apólogo, uma parábola, um caso, um texto narrativo de duzentas páginas impressas em um livro” (TRAVAGLIA, 2007c, p. 57).

Quanto a implicações da perspectiva assumida pelo produtor e características da superfície linguística do texto, o autor, fundamentado em Weinrich (1968)²⁹ e em Koch (1984)³⁰, explica que há os

a) *textos do mundo narrado* (em que a perspectiva é de não comprometimento do locutor/enunciador com o que diz) [...];

b) *textos do mundo comentado* (em que a perspectiva é de comprometimento do locutor/enunciador com o que diz) [...] (TRAVAGLIA, 2007c, p. 63).

Na diferenciação dessas perspectivas entram recursos linguísticos como empregos verbais com posturas de comprometimento e não comprometimento, como o futuro do pretérito (textos do mundo narrado) e o presente e o futuro do presente do indicativo (textos do mundo comentado), por exemplo. Além desses aspectos fundamentais para a caracterização de gêneros, o autor comenta outros como a dominância de tipo, tipos de personagens para alguns casos e ressalva a “possibilidade da existência de outros parâmetros e critérios para a categorização de categorias de texto” (TRAVAGLIA, 2007c, p. 76).

²⁶ TRAVAGLIA, 2007c, p. 56.

²⁷ Com base na proposta de Pimenta (2007): PIMENTA, V. R. **Textos forenses**: um estudo de seus gêneros textuais e sua relevância para o gênero “sentença”. 2007. 192, 237f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

²⁸ Com base na proposta de Silva (2007): SILVA, P.H. **Os gêneros jornalísticos e as várias faces da notícia**. 2007. 225p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras e Linguística, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

²⁹ WEINRICH, H. **Estructura y función de los tiempos en El lenguaje**. Madrid: Gredos, 1968.

³⁰ KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.

Em 2009, Travaglia publica o texto “Sobre a possível existência de subtipos” para comprovar a hipótese, e sistematizá-la, de que o tipo injuntivo se subdivide em ordem, pedido, súplica, conselho, prescrição e opção, bem como o tipo dissertativo (expositivo e explicativo) também apresentava subdivisões³¹. Com a publicação desse último artigo, os tipelementos ganham um quarto componente, configurando-se doravante assim: tipos, subtipos, gêneros e espécies.

Os estudos de Travaglia, ainda que apresentados de forma muito sucinta, representam esclarecimentos e análises de importância considerável para a descrição de gêneros e tipos, visto que tanto os fatores linguísticos (aspectos verbais, modalizações, conectores etc.) como os fatores discursivos (condições de produção, organizações de grupos sociais etc.) são critérios seguros de análises para a descrição. Esse fato importante vai cancelar a vinculação desses trabalhos de Travaglia aos estudos de Bronckart (1999), outro pesquisador que também se compromete com análises textuais que consideram necessária a relação entre produção textual e organização social.

Bronckart, assim como Travaglia, afirma que há formas linguísticas recorrentes nos diversos textos, o que constitui os gêneros. Em outras palavras, Bronckart também acredita que os tipos³² entram na composição de gêneros. Para Bronckart, ao passo que muitos fatores da descrição de gêneros são volúveis e instáveis (como os interesses sociais, o conteúdo temático e as finalidades humanas) tais inconstâncias não se verificam nos segmentos que compõem os tipos, pois há regularidades linguísticas de organização e marcação recorrentes (BRONCKART, 2012, p. 138).

Ao comentar a noção de *formação discursiva* de Foucault³³, associada às condições históricas do aparecimento de enunciados efetivos e aos acontecimentos discursivos, Bronckart (2012, p. 140) confirma a postura epistemológica do interacionismo sociodiscursivo, segundo a qual as formas de organização social e de atividades humanas caracterizam-se de modo particular pelo emprego da linguagem, e que este se molda na interação com eventos não verbais em relação de interdependência (BRONCKART, 2012, p. 35, p. 142). Tal aspecto interativo no uso social da linguagem faz com que o *status* cultural seja um interferente necessário e consequente, ou ainda melhor, constituinte do

³¹Note-se que o objetivo do termo “subtipos” agora é bastante diferente do objetivo do termo “subtipos” que foi proposto em Travaglia (2001) e que foi substituído por “espécie” em Travaglia [2003]/2007a.

³²Travaglia utiliza em vários textos (TRAVAGLIA, 2007a, b e c), o termo “tipo de texto”, enquanto Bronckart emprega o termo “tipo de discurso” para similar fato de análise (narrações, descrições etc.).

³³FOUCAULT, M. *L’archéologie du savoir*. Paris, Galimard, 1969.

interacionismo sociodiscursivo, em vista da movência dos contextos das atividades humanas, das distinções entre grupos sociais e da instabilidade de um mesmo grupo.

Bronckart (2012, p. 139) nega e recusa categoricamente as posições teóricas³⁴ que consideram a existência de uma competência textual inata e universal aos seres humanos que os capacitaria a se comunicar por intermediação de textos. Ele se opõe taxativamente a essas posturas em função de que elas descreditam a “dimensão sócio-histórica primeira da textualidade” (BRONCKART, 2012, p. 139). Para esse autor, a capacitação dos agentes quanto às ações textuais não é inata, ao contrário decorre da experiência do intertexto, o qual contém os gêneros textuais como “modelos *indexados*, para os contemporâneos e para gerações posteriores” (BRONCKART, 2012, p. 137).

Bronckart (2012, p. 147), ao discutir os estudos de Adam (1990, 1992), diz que o “método efetivo de Adam não consiste nunca em ‘fazer abstração do contexto’ para tomar a dimensão ‘pura’, mas, sim, em uma ‘apreensão abstrata’ dos parâmetros contextuais, que são, aliás, indispensáveis para se pronunciar sobre os fenômenos linguísticos observados.” Bronckart (2012) questiona essa abstração do contexto, que poderia ser “uma restrição metodológica ilusória”. Seria ilusória porque tornaria opaco o caráter psicossocial imanente a qualquer produção textual. O autor questiona ainda as bases epistemológicas dos estudos de Adam por serem elas heterogêneas e, portanto, geradoras de problemas, em vista de serem reunidas teorias inatistas e interacionistas simultaneamente.

Afora essas discordâncias, Bronckart (2012) afirma que as discussões acerca das relações entre a dimensão textual e a discursiva, propostas por Adam (1990, 1992), apresentam detalhes significativos e, então, as invoca ao longo das teorizações que estabelece. Nesses estudos comentados por Bronckart (2012), Adam (1992) assume, ao descrever as sequências textuais, cinco tipos: narrativa, argumentativa, descritiva, explicativa e dialogal. Ressalta-se que Adam desconsidera a injuntiva por pensá-la parte da descrição. A sequência narrativa é caracterizada pela sucessão de eventos, a unidade temática, os predicados transformados (mudanças de estados ou de atitudes etc.), o processo, a intriga, a moral (parte não essencial). A sequência argumentativa se baseia nos dados, no escoramento de inferências e na conclusão. Nesta sequência, entre os escoramentos de inferência (um lugar de argumentos já dito) e a conclusão, haverá uma partícula restritiva ou conclusiva que conduzirá à opinião daquele que enuncia. A descrição é apontada como a menos autônoma, e é pouco provável que seja predominante em um texto. Ela se dá pela aspectualização e/ou

³⁴VAN DIJK, T. A. Foundations of Critical Discourse Analysis. **Discourse and Society**, n. 4, pp. 1-40.

estabelecimento de relação, respectivamente o relato de propriedades do objeto, e a composição de um todo a partir de fragmentos relatados. Adam (1992) descredita a exposição, tomada como sequência distinta da argumentação, porque ela não visa a modificar uma crença, mas compor um conhecimento, e diz que o que há, com efeito, é uma descrição ou uma explicação. Por último, a sequência dialogal é mencionada como a principal e mais característica da comunicação humana por seu caráter de conversação e a única sequência poligerada, isto é, construída por vários interlocutores. Bronckart (2012), em relação às sequências de Adam (1992), admite a sequência injuntiva e questiona a sequência dialogal. Bronckart encampa, com ressalvas, a teoria de Adam (1992) e comenta o fato de que essas sequências podem se combinar de diversas formas (encaixamento hierárquico, mesclas, etc.) gerando uma “heterogeneidade composicional” (BRONCKART, 2012, p. 219), que remete ao tratamento que Travaglia (2007b, p. 1299) dá às maneiras como os tipos entram na composição de gêneros (cruzamento, conjugação, intercâmbio).

Segundo Bronckart (2012), Adam (1992) nega a hipótese (aventada pelo próprio Adam em outros trabalhos) da existência de sequências injuntivas e poéticas. Bronckart não recusa a existência da sequência injuntiva, em razão dos objetivos autônomos de **fazer agir** o destinatário (BRONCKART, 2012, p. 237, destaques como no original), além de haver marcas linguísticas particulares a essa forma, e, fazendo referência à sequência dialogal de Adam, afirma que as sequências, em geral, são essencialmente dialogais, visto que se fundamentam em decisões interativas, do agente-produtor em relação às representações que este tem de seus destinatários. Dessa maneira, há caráter dialogal na sequência narrativa quanto ao suspense para manter a atenção do receptor; há também caráter dialogal nas sequências explicativa e argumentativa, pois elas destinam o tratamento ao referente, objeto do discurso, conforme as características que o produtor supõe ter do destinatário.

Assim como em Travaglia (1991, p. 46), Bronckart (2012, pp. 234-235) afirma, a seu modo, que, a depender da perspectiva do produtor em relação ao enunciatário, têm-se os tipos argumentativo *stricto sensu* e argumentativo não *stricto sensu*; para Bronckart (2012) se o objeto de discurso pode ser contestado pelo receptor e simultaneamente de difícil compreensão, o agente-produtor combina sequências explicativas e argumentativas. O caráter dialogal também se manifesta na sequência descritiva através do que se deseja fazer ver o receptor.

Como os segmentos linguísticos ou tipos linguísticos, que compõem os gêneros “São formas correlatas à (ou reveladoras da) construção das coordenadas de mundos virtuais, radicalmente diferenciadas do mundo empírico dos agentes” (BRONCKART, 2012, p. 138-

139), Bronckart define que os mundos virtuais em que se baseiam os tipos de discursos são chamados de “mundos discursivos”.

Na proposição dos tipos linguísticos, Bronckart (2012) descreve a existência desses mundos virtuais em que se baseia a atividade de linguagem, chamados de “mundos discursivos”, que se associam e se relacionam aos mundos das atividades humanas, aos quais chama de “mundo ordinário”. Se coordenadas que compõem o conteúdo temático de determinado texto operam como “**disjuntas** das coordenadas do mundo ordinário da ação de linguagem” (BRONCKART, 2012, p. 152, destaque do autor), elas fazem com que o texto se configure na “ordem do narrar”, mas, se as coordenadas se apresentam como “**conjuntas** às da ação de linguagem” (BRONCKART, 2012, p. 153, destaque do autor), trata-se, então, de mundos da “ordem do expor”, nos quais, em vez de narrar, apontam-se, indicam-se fatos visíveis e mostráveis no mundo ordinário. Neste ponto de distinção, Bronckart situa em campos opostos o “narrar realista” e o “narrar ficcional”³⁵, nos quais o distanciamento do conteúdo temático em relação ao mundo ordinário é critério mais efetivo de delimitação.

Nos mundos da ordem do expor, o conteúdo temático trará fatos sempre analisados de acordo com a validade no mundo ordinário, que serão julgados positivamente como factuais ou negativamente como quiméricos, relações que se estabelecem diferentemente no mundo do narrar ficcional, em que fantasias estão no âmbito das expectativas, como dito anteriormente acerca dos contos fantásticos.

A essas distinções entre mundos somam-se as relações de instâncias de agentividade, dêiticas ou não, quanto à ação de linguagem: com referências dêiticas à própria ação de linguagem (aos elementos da interlocução: locutor, interlocutor, situação espaço-tempo), há a relação de implicação; sem essas referências dêiticas, a relação é de autonomia, o que gera a seguinte configuração:

- a) Mundo do expor implicado;
- b) Mundo do expor autônomo;
- c) Mundo do narrar implicado;
- d) Mundo do narrar autônomo (BRONCKART, 2012, p. 155).

Bronckart (2012) assinala que esses mundos só são perceptíveis a partir das formas linguísticas que os compõem, e distingue os “tipos psicológicos” dos “tipos linguísticos”. Estes como a materialização morfossintática, particular a cada língua natural, efetuada a fim de traduzir os tipos psicológicos, que, por sua vez, são “operações [psicológicas] constitutivas

³⁵ Com base em HAMBURGUER, k. **Logique des genres littéraires**. Paris, Seuil, 1986.

dos mundos discursivos” (BRONCKART, 2012, p. 149). O autor afirma que os tipos linguísticos, ou tipos de discursos, estão diretamente vinculados àquelas operações psicológicas “no sentido de que uma relação de disjunção/conjunção assim como uma relação de implicação/autonomia devem ser efetivamente estabelecidas para se chegar a um tipo de discurso” (BRONCKART, 2012, p. 165). A articulação entre mundos discursivos, tipos psicológicos e tipos de discursos é esquematizada no quadro a seguir, de forma sintética:

Quadro 02: Tipos psicológicos e mundos discursivos

		Coordenadas gerais dos mundos	
		Conjunção	Disjunção
		EXPOR	NARRAR
Relação ao ato de produção	Implicação	<i>Discurso interativo</i>	<i>Relato interativo</i>
	Autonomia	<i>Discurso teórico</i>	<i>Narração</i>

Fonte: Adaptado de Bronckart (2012, p. 157)

Bronckart (2012) considera que os dois primeiros termos que nomeiam os tipos de discurso, “discurso teórico” e “discurso interativo”, parecem satisfatórios, quando, no entanto, os termos “relato interativo” e “narração” podem se apresentar confusos, em vista de os termos “relato” e “narração” serem comumente tratados como sinônimos. O autor sugere que se dê mais atenção às análises que aos termos em si.

Tratando da ordem do expor, Bronckart (2012) afirma que à sequência explicativa e à argumentativa se ligam fatores relacionados à percepção dos destinatários quanto ao objeto de discurso, que poderá ser considerado contestável, problemático ou não. Não havendo condições de contestação, o objeto será **neutralizado** (BRONCKART, 2012, p. 239, destaque como no original), e haverá segmentos comumente chamados de informativos ou expositivos. Isso novamente nos remete a um diálogo com Travaglia (1991, p. 46) que, no propósito de descrever as tipologias, afirma que, conforme o produtor tenha uma imagem do receptor quanto à concordância ou discordância (discurso da cumplicidade ou discurso da transformação) em relação ao que é dito, se configura a argumentação *stricto sensu* e a argumentação não *stricto sensu*. Os posicionamentos de Bronckart (2012) e Travaglia, embora não sejam totalmente correspondentes neste ponto, em razão de que os termos empregados por Travaglia evidenciam que se admite a argumentação como fato imanente a todas as

tipologias, são posicionamentos que permitem pleno diálogo e fornecem subsídios suficientes para os objetivos epistemológicos desta pesquisa.

Como mencionado, as teorias propostas por Bronckart e Travaglia proporcionam a este trabalho uma forma mais bem fundamentada e direcionada de abordagem do objeto de pesquisa, pelo fato de que esses autores privilegiam em seus estudos uma visão sociológica das noções de gênero e estudam com profundidade as implicações epistemológicas da abordagem sociointerativa. Além disso, suas pesquisas fornecem reflexões suficientes no que se refere aos tipos textuais e da imanência entre ações sociais e textos, proporcionando condições de análise cientificamente orientadas de ocorrências dos operadores argumentativos MAS e EMBORA em eventos sociocomunicativos reais e efetivos.

Após essa discussão das propostas de teorias sobre tipos, que são adotadas neste trabalho, é preciso fazer um outro percurso sobre o que as teorias sobre gêneros podem trazer para essas reflexões. Sem os acréscimos que essas teorias proporcionam, não se poderá esclarecer de que modo o funcionamento dos operadores argumentativos está relacionado à formulação e concretização dos gêneros. Tais contribuições estão descritas no tópico a seguir.

1.3 Gêneros textuais: a vinculação de MAS e EMBORA a textos socialmente situados

A distinção entre o comportamento de MAS e EMBORA pode estar estreitamente ligada a fatores composicionais (estruturais e sociocomunicativos) dos textos que interferirão no caráter argumentativo, considerada a argumentação em acordo com Ducrot (1987, 1988), e considerada a tipologia argumentativa, conforme exposto no tópico 1.2 anteriormente.

Os estudos argumentativos, a partir de Ducrot (com início nos anos 70 do séc. XX), passaram por nova orientação, sendo a argumentação entendida como toda escolha linguística que direcione o sentido para um ou outro foco, de modo que a argumentação deva ser percebida como fato inerente à língua. Trata-se, portanto, de uma abordagem diferente da Retórica Aristotélica baseada na organização do discurso. Cabral (2011) comenta essa nova abordagem da argumentação:

Se para os estudiosos da Retórica a argumentação encontra-se especialmente na organização dos discursos e na escolha de argumentos, para a **Teoria da Argumentação na Língua (ADL)** [Ducrot] a argumentação encontra-se marcada nas escolhas linguísticas; ela está na língua, embora possa servir de instrumento para a argumentação retórica (CABRAL, 2011, p.15, destaques conforme o original).

A conclusão a que chega Ducrot é a de que todo texto é argumentativo, pois os recursos argumentativos são os próprios componentes da língua, todos presentes na interação linguística, irrecusáveis nessa interação e fundamentais para sua realização. Desse modo, fica patente que todo empenho linguístico é argumentativo. Menos claro, no entanto, é se a argumentação se processa da mesma maneira em gêneros textuais diferentes. Se se considerar (e deve assim ser considerado) que “é impossível não se comunicar verbalmente por algum gênero, assim como é impossível não se comunicar verbalmente por algum texto” (MARCUSCHI, 2008, p.154), chega-se à conclusão de que o emprego linguístico é sempre feito por meio de algum gênero, o que se caracteriza, portanto, como um emprego, via de regra, argumentativo. Entretanto os gêneros estão em perpétuo movimento (BRONCKART, 2012, p. 74) e trazem em si a diversidade e a mutabilidade como fatos constitutivos de sua composição, por serem instrumentos sociais e culturais. Isso requer o exame de que, se “os gêneros se complexificam” (DOLZ e SCHNEUWLY, 2004), principalmente por tais fatores, é bastante provável que isso interfira no processamento da argumentação que lhes é inerente.

Os aspectos composicionais devem ser analisados em vista de os gêneros e os tipos textuais concentrarem sedimentadas convenções sociais que moldam estruturas linguísticas e conteúdos temáticos, ao mesmo tempo em que essas convenções sociais se influenciam por aspectos linguísticos. Os gêneros se adequam a situações, intencionalidades, traços socioculturais e trazem marcas linguísticas características. Nessas marcas linguísticas estão os papéis singulares dos operadores argumentativos a cada propósito prototípico, papéis que precisam ser descritos em sua funcionalidade, neste caso específico: como se comportam MAS e EMBORA em gêneros distintos.

É mais ou menos consensual que a adoção do termo “Gêneros discursivos” ou do termo “Gêneros textuais” implica a adoção de metodologias diferentes de trabalho. Em seu referenciado texto “Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas”, Roxane Rojo (2005) tem como ponto de partida questões acerca da hipotética identidade entre as noções de Gêneros discursivos e Gêneros textuais e suas implicações em trabalhos e pesquisas quanto à abordagem do objeto e até mesmo quanto à constituição deste. Se a identidade não se efetivar, quais seriam os resultados de trabalhos de linhas abstratas distintas (mas ambas válidas como pressupostos teóricos)?

Na reflexão de Rojo, a identidade não existe entre tais perspectivas teóricas, e os percursos são diferentes; mesmo que se chegue às mesmas conclusões, usam-se métodos diversos, portanto embasamentos teóricos distintos. Nos estudos discursivos, as marcas linguísticas são apenas uma ancoragem das intenções do locutor e de suas ideias, importando

mais os aspectos sócio-históricos, situações de enunciado e a organização social. No entanto, se a análise for privilegiadamente textual, tenderá a contemplar menos esses aspectos e se deterá mais na estrutura composicional dos textos. Nas palavras de Rojo (2005), percebe-se essa reflexão:

Os trabalhos que estou classificando como adotando uma teoria de *gêneros de texto* tendiam a recorrer a um plano descritivo intermediário – equivalente à estrutura ou forma composicional – que trabalha com noções herdadas na linguística textual (*tipos, protótipos, sequências típicas* etc.) e que integrariam a composição dos textos do gênero (ROJO, 2005, p. 186, ênfase da autora).

Em acordo com Rojo, portanto, se nota que há distinções entre as perspectivas teóricas, o que não impede de questionar se os linguistas textuais também executam ações atribuídas aos analistas do discurso, pois, nesta ou naquela abordagem, a situacionalidade, a intencionalidade, as condições de produção e os posicionamentos são critérios efetivos.

As reflexões de Rojo apontam a origem dos estudos de gênero para Bakhtin (concretizadas por diferentes releituras) e, ao tratar das noções “Gêneros discursivos” e “Gêneros textuais”, essas reflexões consideram que “Ambas as vertentes encontravam-se enraizadas em diferentes releituras da herança bakhtiniana” (ROJO, 2005, p. 185).

Adam (2011) chega a citar Saussure com o propósito de fundamentar a ideia de que a língua na interação só pode ser discursiva: “A frase só existe na fala, na língua discursiva, enquanto a palavra é uma unidade que vive fora do discurso, no tesouro mental” (SAUSSURE, 2002, p. 117 *apud* ADAM, 2011, p. 30). Essa postura reafirma a ideia de que os critérios de organização da estrutura social e organização da estrutura da língua diferenciam metodologias. Como já mencionado, a questão, no entanto, não distingue tão facilmente tais metodologias, já que, na pesquisa dos gêneros de discurso, se lança mão da materialidade linguística, bem como, na pesquisa dos gêneros textuais, recorre-se às interações em contextos específicos.

Adam continua a argumentar que o impasse se resolve facilmente se se refletir que a linguística textual é parte da análise do discurso e que isso satisfaz as necessidades filosóficas e aponta assertivamente para as metodologias das quais podem carecer as análises de textos:

O texto é, certamente, um objeto empírico tão complexo que sua descrição poderia justificar o recurso a diferentes teorias, mas é de uma teoria desse objeto e de suas relações com o domínio mais vasto do discurso em geral que temos necessidade, para dar aos empréstimos eventuais de conceitos das diferentes ciências da linguagem, um novo quadro e uma indispensável coerência (ADAM, 2011, p. 25).

O posicionamento de Adam é o de que as análises de texto se inscrevam na análise discursiva e se aprofundem menos ou mais no instrumental da análise da estrutura linguística, sem deixar de lado as determinações sócio-históricas. Dessa forma, a coerência pretendida se alcança efetivamente, pois “A ligação com a análise dos discursos é, então, concebível, e o objeto parece mais bem definido: práticas discursivas institucionalizadas, quer dizer, para nós, gêneros de discurso, cuja determinação pela história deve ser considerada pelo viés da interdiscursividade” (ADAM, 2011, p. 60). A terminologia “Análise textual dos discursos” é proposta por Adam (2011, p. 26) em substituição a “Análise textual”, com o objetivo de esclarecer os propósitos da Linguística Textual e da Análise do discurso, sem anular um ou outro campo, ao contrário, conciliando-os o quanto possível: “Postulando, ao mesmo tempo, uma separação e uma complementaridade das tarefas e dos objetos da linguística textual e da análise do discurso, definimos a linguística textual como um subdomínio do campo mais vasto da análise das práticas discursivas” (ADAM, 2011, p. 43). A orientação para a análise de textos que considere as condições de produção, ou a produção de sentido em contexto, é clara na proposta conciliadora de Adam:

Se a primeira [gramática transfrasal] pode ser considerada como uma extensão da linguística clássica, a linguística textual é, em contrapartida, uma teoria da produção co(n)textual de sentido, que deve fundar-se na análise de textos concretos. É esse procedimento que nos propomos desenvolver e designar como **análise textual dos discursos** (ADAM, 2011, p. 23).

Um avanço na Linguística de assim se reorganizarem os campos é principalmente o de deixar claro que se leva em conta, nas análises textuais, que “As informações do contexto são tratadas com base nos conhecimentos enciclopédicos dos sujeitos, nos seus pré-construídos culturais e nos lugares comuns argumentativos” (ADAM, 2011, p. 52), e que não se trata de uma análise estéril da estrutura frasal, da materialidade linguística, da forma do enunciado, caso se levante essa hipótese, mas de um trabalho complexo em que “a linguística textual tem como papel, na análise do discurso, teorizar e descrever os encadeamentos de enunciados elementares no âmbito da unidade de grande complexidade de que constitui um texto” (ADAM, 2011, p. 62).

Adam evoca Pechêux, de forma a sustentar os aspectos discursivos constituintes dos gêneros, com o propósito de cicatrizar a discussão:

[As] *formações discursivas* [...] determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um discurso público, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma dada posição, em uma determinada

conjuntura: o ponto essencial aqui é que *não se trata somente da natureza das palavras usadas, mas também (e sobretudo) das construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que assumem essas palavras [...], as palavras mudam de sentido, segundo as posições defendidas por aqueles que as usam; [...] as palavras “mudam de sentido” passando de uma *formação discursiva* para outra (Pechêux, 1990, p. 148) [ênfase conforme o original francês] *apud* ADAM, 2011, p. 44).

Como se nota, a referência aos gêneros é clara, “mesmo que a palavra não apareça” (ADAM, 2011, p. 44), e intrinsecamente relacionada aos lugares sociais, aos posicionamentos e às formações discursivas. Portanto, para Adam, a noção Gêneros Discursivos se aplicará mais consistentemente que a noção Gêneros Textuais, considerando também que “gênero” e “texto” se diferenciam (ainda que imanentes), sendo o primeiro uma entidade abstrata, e o segundo a materialização em objetos empíricos.

Embora se mostre coerente a proposta de Adam, invoca-se novamente o questionamento de que a Linguística Textual dispõe de recursos suficientes para uma análise textual e discursiva que leve em consideração as condições de produção, os posicionamentos, o interacionismo social, a situacionalidade, a intencionalidade, de forma que se torna uma área autônoma em relação à Análise do Discurso, diferenciando-se desta no arsenal metodológico e terminológico.

Ainda que possa haver a ocorrência/concorrência de ambas as linhas, Gêneros discursivos e Gêneros textuais, Bronckart, estudioso dos gêneros textuais, reflete que nenhuma análise/proposta é estável, e os gêneros continuam sendo uma noção vaga. Rojo (2005) comenta que, para Bronckart, “As múltiplas classificações existentes são divergentes e parciais e nenhuma delas pode pretender constituir-se num modelo de referência estável e coerente” (ROJO, 2005, p. 189). Essa problematização pode sugerir que a variação de grande amplitude das abordagens, na tentativa de encontrar o melhor percurso, distancia-se de conclusões mais orientadoras, além de gerar uma adversidade acadêmica improfícua, pois, independentemente da linha teórica, questões como a consideração das marcas linguísticas ou a intenção dos locutores são fundamentais para a análise da efetivação das relações sociais mediadas pela língua.

Para esta pesquisa, considera-se mais apropriado o termo “Gênero textual” em função de se tratar, com ênfase, de uma questão linguística, os operadores argumentativos, e por optar por mecanismos de análise oferecidos pela Linguística Textual. O termo “Gênero discursivo” não está distante desta abordagem, ao contrário: os aspectos discursivos são, obviamente, levados em conta nos procedimentos desta investigação, mas tal termo não reflete com a precisão necessária os propósitos desta pesquisa.

Acerca da descrição dos Gêneros Textuais, Coutinho (2007), no artigo “Descrever gêneros de texto: resistências e estratégias”, conduz à reflexão de que é preciso haver uma análise que não pretira os aspectos de um texto que o localizam em um gênero. A autora conduz também à ponderação de que não é satisfatório promover a descrição do texto em detrimento, esquecimento ou apagamento do gênero, pois “admite-se que qualquer texto se relaciona com um gênero, que reproduz de forma mais fiel ou mais livre” (COUTINHO, 2007, p. 639).

Os impedimentos para a descrição de gêneros como a diversidade, a mutabilidade ou ainda a “multiplicidade de fatores de interação que mobiliza cada gênero” (COUTINHO, 2007, p. 639), não são considerados pela autora como óbices terminantes, ao contrário, associam-se a resistências de hábitos da ciência positivista. Relações estreitas entre texto e gênero foram percebidas nesses casos, pois se o gênero se caracteriza por sua função social, não se pode dizer, quanto ao texto, que haja aspectos meramente estruturais. Faz-se necessário descrever o gênero, também porque, por meio de sua descrição, encontram-se pontos orientadores da constituição do texto, e o contrário:

Por um lado, importará operacionalizar a duplicidade de planos necessariamente envolvidos na produção e interpretação textuais: o plano da genericidade, que assegura “ares de família” (sem incluir, sublinhe-se, obrigatoriedades nem ambições universalizantes) e o plano da singularidade, através do qual cada texto se constitui como um caso único (semelhante, em última análise, ao texto literário, cuja singularidade se evidencia em primeiro lugar por razões de ordem estética) (COUTINHO, 2007, pp. 639-640).

O destaque que se dá a esse pensamento de Coutinho (2007) se justifica em função de ele reforçar a argumentação de que os impedimentos para a descrição de gêneros não são tão consistentes nem insolúveis. Enfatiza a autora que os gêneros são entidades relativamente estáveis, o que sinaliza que, ainda que dependentes de elementos exteriores, mutáveis, culturais, são passíveis de descrição (necessária), por se manterem coerentes por situações sociocomunicativas singulares. É exatamente esse caráter social e histórico dos textos na interação que os relaciona intimamente ao discursivo.

As implicações dos estudos com Gêneros Textuais, que constata o elo entre língua e sociedade, também estabelecem a correlação entre as inquestionáveis mudanças de comportamento de MAS e de EMBORA e sua ocorrência nos distintos tipos de textos ficcionais e não ficcionais³⁶, o que requer a discussão sobre os fatores composicionais dos

³⁶ Tipos conforme Travaglia (2012, p. 364).

contos e artigos de opinião, discussão proposta nos dois próximos tópicos, que propõem a caracterização desses gêneros.

1.4 O gênero conto fantástico

A comparação entre textos ficcionais, neste caso os contos fantásticos, e não ficcionais, os artigos de opinião, justifica-se em função de esta pesquisa ter se constituído com a hipótese de que a argumentação se processa neles de modo distinto, por ser a sua estruturação diferente. Enquanto nos artigos de opinião a tipologia dissertativa lhes é característica, pois é “onde se instaura o ser pensante, que raciocina” (TRAVAGLIA, 1991, p. 187), nos contos a tipologia é distinta e se caracteriza pela narrativa, “em que o receptor é o assistente e o produtor, o contador” (TRAVAGLIA, 1991, p. 187). Esses fatos já representam uma considerável divisa entre esses gêneros porque marcam formas de interação distintas entre locutor e interlocutor.

Os propósitos dos artigos de opinião não têm comprometimento com a ficcionalidade que, quando aparece nesse gênero, funciona como uma figuração sempre ancorada na realidade e, via de regra, balizada pelas conclusões a serem tomadas no mundo factual. Os contos fantásticos, ao contrário, têm assumidamente o caráter ficcional e se valem de mecanismos linguísticos que se prestam à finalidade de instaurar a ficção, criando, por meio da língua, um plano conceitual insólito, diverso do mundo factual. Esse modo de empenho da língua está estreitamente relacionado às intencionalidades do produtor do texto, em razão de os elementos linguísticos trabalharem para o resultado de propósitos preestabelecidos, e esse modo como interagem produtor e receptor atua na configuração de tipos e gêneros. Travaglia (2002b), em seus estudos a respeito das tipologias, afirma que, “Uma vez que os textos têm uma dimensão de adequação às diferentes situações sociais de interação comunicativa e essas situações são de diferentes tipos, resulta que ocorrem diferentes tipos de textos em função de diferentes tipos de situação de interação” (TRAVAGLIA, 2002b, p. 203). As relações interativas, portanto, que se estabelecem entre os interlocutores nos diferentes tipos são específicas entre si, marcadas por naturezas linguísticas e “modos textuais” (MARCUSCHI, 2008, p. 154) que se especializam. Os mecanismos linguísticos envolvidos são, por conseguinte, específicos no sentido de que funcionam de maneira singular em cada

tipo³⁷, posto que também os tipos textuais apresentam como uma de suas características a configuração dos recursos linguísticos empenhados.

Não apenas os tipos se relacionam com recursos da língua, mas também os gêneros, visto que são estes as intenções sociocomunicativas materializadas em textos, e texto implica arquitetura linguística. Do mesmo modo, a relação com as interações sociais não está apenas para os gêneros, já que as diferentes maneiras de interação implicam diferentes tipos. Essa relação íntima e de cruzamento de aspectos dos tipos e gêneros é esclarecida por Travaglia ([2003]/2007a):

Em primeiro lugar [...] nem todos os tipos parecem ter gêneros específicos, necessariamente ou não vinculados a eles [...] Em outras palavras, estes fatos permitem afirmar que os tipos têm existência independente dos gêneros, mesmo que se venha a confirmar a hipótese de que não teriam, no funcionamento textual, realização independente dos gêneros (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 113).

Com existência independente dos gêneros, mas com realização provavelmente dependente deles, os tipos textuais marcam regularidades linguísticas, modos de usar a língua, como caráter genuíno. Travaglia, ainda tratando das tipologias, segue com a afirmação de que “*Cada tipo de texto instaura uma forma de interação*, um modo de relação entre interlocutores. Portanto, o próprio *dizer é tipificante* e não podemos fugir a isto. Daí a importância da tipologia para o ensino de língua e para o desenvolvimento da competência comunicativa” (TRAVAGLIA, 2002b, p. 203, grifo do autor).

Sem dar aqui muito espaço para a discussão das tipologias no ensino, por não ser esse o objetivo deste trabalho (ainda que se reconheça a relevância dessa reflexão), discute-se essa afirmação de Travaglia com ênfase na ideia de que o “*dizer é tipificante*”, visto que esse pensamento já esclarece que, quando se produz um texto, se fazem escolhas linguísticas, consciente ou inconscientemente, que de modo irrefreável configuram uma tipologia. A forma como se estabelece esse dizer é tipificante porque o conteúdo temático admite mais de uma forma de ser dito, quando se pensa, por exemplo, que se pode abordar um mesmo tema refletindo sobre ele (dissertando) ou relatando um fato que tenha como essência esse tema (narrando) ou promovendo uma aspectualização de modo a criar uma “imagem” esclarecedora do assunto (descrevendo) ou ainda efetuando orientações acerca de como proceder quando se trata de situações que envolvem esse tema (injungindo).

Um texto, portanto, que tenha como temática o amor pode fazer uma ponderação subjetiva ou objetiva com vistas a conceituar o referente, defini-lo, estabelecendo um acordo

³⁷ Lembre-se o que foi dito no tópico 1.2, Capítulo 1: o termo “categorias de texto” passou a ser usado por TRAVAGLIA (2007c, p. 43) em substituição ao termo “elementos tipológicos” para abarcar “tipos, subtipos, gêneros e espécies”.

com o interlocutor acerca do que se trata (dissertando). Pode um texto, ainda sobre o mesmo tema, estabelecer um relato que tenha como intenção dar a conhecer ações/eventos envolvendo o amor (narrando), talvez no propósito maior de que os fatos/acontecimentos sejam em determinadas situações mais efetivos que a exposição de ideias. O mesmo tema permite (ou tem uma permissão para) ser descrito a fim de que o locutor, escolhidos os percursos argumentativos, possa demonstrá-lo, situá-lo, caracterizá-lo e para que o receptor possa visualizá-lo. Se o amor for *dito* de modo injuntivo, orientações serão estabelecidas para que se saiba “como amar”, “como deixar de amar”, “o que fazer para (não) amar”.

No caso específico do conto fantástico, gênero marcado pela curiosidade, pelo inusitado, além de outros fatos linguísticos genuinamente narrativos, como tempos e modos verbais, marcadores temporais como advérbios (ou locuções adverbiais) ou preposições (ou locuções prepositivas), há a superestrutura narrativa comumente associada à expectativa (ainda que isso não seja entendido como critério decisivo). Destacam-se fatores composicionais nesses, e em outros, fatos linguísticos, visto que, mesmo na própria tipologia narrativa, há distinções no emprego e ocorrência de mecanismos linguísticos, como pontua Travaglia (2004):

É interessante observar que alguns desses recursos são mais usados para certos tipos de narrativas. Assim, por exemplo, as narrativas ficcionais, geralmente se inserem num tempo pouco específico [...], já as narrativas nas notícias costumam ter indicações temporais mais precisas, com datas, por exemplo [...]. Outras formas de narrativa parece que apresentam uma inserção no tempo dada apenas pelo tempo verbal como algo passado (ver, por exemplo, piadas, fábulas, apólogos, parábolas) ou futuro (como no caso das profecias e previsões) (TRAVAGLIA, 2004, p. 128).

É razoável dizer que os contos se inserem nesse grupo das piadas, fábulas, apólogos, parábolas etc., citado por Travaglia (2004) como conjunto de narrativas marcadas pelo tempo passado e pouco específico, por serem ficcionais, se comparados a marcadores temporais da notícia, um texto não ficcional. Além dessa diferença ocorrente dentro da essência da tipologia narrativa, há ainda outra intimamente relacionada a esta primeira, discutida em Travaglia ([2003]/2007a), na construção da teoria dos Tipelementos: a existência de *espécies*³⁸. Para o autor, “Todo gênero é sempre composto por um ou mais tipos e pode também simultaneamente ser composto por alguma espécie” (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 111). Identificam-se no tipo narrativo dois fatores distintos entre si que caracterizam

³⁸ “Em Travaglia (2001), utilizamos o termo ‘subtipo’ para o que aqui estamos chamando de ‘espécie’. Esta mudança se deve ao fato de que o termo subtipo pode sugerir uma hierarquização que não é o que achamos existir” (TRAVAGLIA, 2003, p. 101).

narrações, fazendo com que se marquem os modos de relatar os fatos com referência ao tempo de seu acontecimento:

Ao tipo narração se vinculam necessariamente duas espécies: história e não-história e vários gêneros que se subdividem por estas duas espécies: a) não-história (gêneros: ata, notícia, narrações esportivas do tipo jogo de futebol e corrida de cavalo, etc.); b) história (romance, novela de rádio e TV, conto, conto de fadas, crônica, apólogo, fábula, parábola, piada, lenda, mito, fofoca, caso, biografia, notícia, epopeia, poema heroico, poema herói-cômico, poema burlesco, etc.). Os gêneros aqui elencados se vinculam necessariamente ao tipo narrativo, por isto são ditos gêneros narrativos (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 110).

Os contos, como se vê, se localizam no grupo “b) história”, espécie em que os fatos necessitam ter características de enredo, de temporalidade, típicos das narrativas ficcionais, mas que poderiam ocorrer também na não ficção. Diferentemente das narrativas da espécie não história, “Como o texto narrativo tipo história se caracteriza pela inserção de situações no tempo e pela não simultaneidade dessas situações, é preciso, na constituição do texto, marcar este tempo e a não simultaneidade das situações, portanto sua sequenciação e ordenação dos acontecimentos” (TRAVAGLIA, 2004, p. 128). De forma mais detalhada,

se tivermos uma narração do subtipo [espécie] “história”, os episódios precisam ser ordenáveis no tempo do mundo real, caminhando em seu conjunto para um determinado fim ou episódio desfecho que encerra a série; todavia, se tivermos uma narração do subtipo [espécie] “não-história”, os episódios não precisam ser encadeáveis no tempo em direção a um fim, mas devem, por exemplo, poder, em seu conjunto, ser vistos como constituindo um grande episódio. Isto é o que acontece, por exemplo, no gênero “ata” que é do subtipo [espécie] “não-história” do tipo “narração”. Dentro do tipo narração, gêneros como ata, reportagem, biografia, casos, autos jurídicos exigem informações que sejam verdadeiras ou presumivelmente verdadeiras no mundo real (tem-se o que muitos classificam como textos factuais); enquanto outros gêneros como romance, piadas, contos, novelas (de TV ou não), fábula podem ser formulados com informações verossímeis ou não, mas que não precisam ser verdadeiras no mundo real (daí os textos que são classificados como ficcionais) (TRAVAGLIA, 2002a, p. 3).

Essas distinções entre as espécies história e não história podem conduzir para a confirmação de que a hipótese que se põe nesta pesquisa (de que a estruturação de textos de ficção e de não ficção implique mecanismos linguísticos de funcionamentos diferentes) é verdadeira. No entanto, antes que se conclua que tipos (narrativo, argumentativo e dissertativo, ficção e não ficção) ou gêneros (contos e artigos de opinião) ou espécies (história e não história) impliquem comportamentos diferentes dos operadores argumentativos MAS e EMBORA, é preciso considerar que

todos os gêneros vinculados necessariamente ao tipo narrativo da espécie história podem conter trechos que se encaixam nos tipos descritivo, dissertativo, injuntivo e

narrativo, mas são ditos gêneros do tipo narrativo por dominância do narrativo sobre os demais tipos e porque tais gêneros se vinculam necessariamente ao tipo narrativo (TRAVAGLIA, [2003]/2007a, p. 112).

Considerar assim, como Travaglia ([2003]/2007a), possibilita levantar outra hipótese, a de que os operadores argumentativos ocorrem em trechos dissertativos ou argumentativos inseridos em textos do tipo narrativo por dominância ou em trechos de outros tipos, e essa consideração é significativa para os rumos deste trabalho. A essa confirmação estaria ligada outra um tanto pioneira: operadores argumentativos como MAS e EMBORA não aparecem nem são característicos de tipos narrativos. Essas conclusões podem se confirmar se estiverem, entre outras análises, associadas às

atividades para realização das intenções comunicativas, que são as **de estabelecimento da argumentatividade** de um texto, que poder-se-ia chamar de atividades argumentativas de formulação textual que sobredeterminam outras como: a) a escolha de informações específicas dentro do conjunto de informações de dada natureza determinada pelas atividades de dimensão tipológica e que são as mais apropriadas para a consecução de dada intenção comunicativa; b) a ordenação dessas informações; c) sua apresentação como novas ou dadas, principais ou secundárias; d) a escolha de determinadas formas linguísticas mais adequadas à consecução da intenção que se tem, ou seja, mais apropriadas à argumentação a ser estabelecida, como no caso da escolha de conectores e/ou outros operadores argumentativos (TRAVAGLIA, 2005, p. 9, grifos do autor).

Deve-se enfatizar, nesse trecho citado, que a delimitação dos conectores como escolhas linguísticas na forma de operadores argumentativos são menos ou mais apropriadas à argumentação, o que poderia associar de modo exclusivo MAS e EMBORA ao tipo argumentativo. Relacionando essa associação ao fato de que todo texto é argumentativo, uma pergunta a ser feita é: como se processa a argumentação em textos narrativos?

Conforme esclarece Travaglia (2005, p. 8), os operadores de contrajunção estão associados a determinados tipos como o descritivo e se comportam de maneira a relacionar ideias que pertencem ao “fazer conhecer”. Considerando-se que o “fazer conhecer” também é constituinte do tipo dissertativo, consideradas as devidas distinções, pode-se levantar a hipótese de que esses operadores tenham uma relação mais próxima com o dissertar ou ainda com o “fazer conhecer”. Se, nesse “fazer conhecer”, o enunciador pressupõe um receptor que veja o objeto de discurso como passível de polêmica, o recurso será então uma argumentação.

Essas hipóteses e problematizações, já comentadas anteriormente, serão retomadas nos próximos capítulos, sobretudo quando se analisa o *corpus* no Capítulo 3, a fim de verificar a sustentação delas.

De modo a promover uma melhor caracterização do gênero conto fantástico, registra-se aqui o que assinala Gotlib, acerca dos contos:

O *contar* (do latim *computare*) uma estória, em princípio, oralmente, evolui para o registrar as estórias, por escrito. Mas o *contar* não é simplesmente um *relatar* acontecimentos ou ações. Pois *relatar* implica que *o acontecido seja trazido outra vez*, isto é: *re* (outra vez) mais *latum* (trazido), que vem de *fero* (eu trago). Por vezes é trazido outra vez por alguém que é ou foi testemunha ou teve notícia do acontecido. O conto, no entanto, não se refere só ao acontecido. Não tem compromisso com o evento real. Nele, realidade e ficção não têm limites precisos. Um relato, copia-se; um conto, inventa-se, afirma Raúl Castagnino. A esta altura, não importa averiguar se há *verdade* ou *falsidade*: o que existe é já a ficção, a arte de inventar um modo de se representar algo (GOTLIB, 2006, p. 12).

Não é fácil contestar a tese de que os contos, como afirma Gotlib (2006), são permeados de ficção; tanto mais para os contos fantásticos, em que a distância entre o real e o imaginário se alarga, em acordo com o dito por Todorov (2010, p. 100): “o fantástico se define como uma percepção particular de acontecimentos estranhos”. Diversos aspectos do fantástico direcionam para o argumento de que fatores composicionais desse gênero o distinguem bastante em recursos e propósitos argumentativos quando comparado a gêneros sem compromisso com a ficção. É preciso, no entanto, verificar também prováveis coincidências quanto a estratégias argumentativas que são processadas em gêneros assim diversos. Piglia (1984) fala, por exemplo, que há a estratégia do enigma no modo de relatar, para que se torne uma história enigmática:

O conto é uma narrativa que encerra uma história secreta. Não se trata de um sentido oculto que depende da interpretação: o enigma não é senão uma história que se conta de modo enigmático. A estratégia da narrativa está posta a serviço dessa narrativa cifrada (PIGLIA, 1984, pp. 38-39).

Nessa estratégia da narrativa, “uma história que se conta de modo enigmático” não quer dizer outra coisa senão um uso específico da língua na intenção de atingir determinado propósito. Ao se fazer com que o modo de contar seja enigmático (e não uma história enigmática), se constrói toda uma arquitetura linguística a fim de criar expectativas e suspense no receptor, quando, na verdade, não há suspense algum para o produtor do texto. Os recursos de que lança mão o produtor são linguísticos, a orientação semântica conducente à expectativa, ao suspense, à ansiedade, à surpresa e à hesitação se estrutura com base em mecanismos da língua, inclusos aí os operadores argumentativos, com papel relevante.

Alguns dos aspectos particulares dos textos fantásticos são assinalados por Todorov:

Primeiramente o fantástico produz um efeito particular sobre o leitor – medo, ou horror, ou simplesmente curiosidade –, que os outros gêneros ou formas literárias não podem provocar. Em segundo lugar, o fantástico serve à narração, mantém o suspense: a presença de elementos fantásticos permite à intriga uma organização particularmente fechada. Finalmente, o fantástico tem uma função à primeira vista tautológica: permite descrever um universo fantástico, e este universo nem por isto tem qualquer realidade fora da linguagem; a descrição e o descrito não são de natureza diferente (TODOROV, 2010, pp. 100-101).

O direcionamento proposto por esta pesquisa quanto às distinções do ficcional e do não ficcional se confirmam nas citadas palavras de Todorov (2010) com a profundidade de afirmar que a linguagem no texto fantástico atua na fundação de um ambiente extremamente peculiar para o qual o referente é fator inválido na realidade extralinguística, pois não faz sentido na realidade empírica. A língua tem, portanto, papel específico, insólito.

Quanto ao fenômeno das distinções entre os textos da ficção e da não ficção, afirma-se que as características bem particulares do fantástico nada se aproximam da realidade dos artigos de opinião, o que argumenta em favor da tese de que os mecanismos linguísticos empenhados, ainda que os mesmos mecanismos em gêneros distintos, têm finalidades e funcionamentos diferentes.

Pelo que já foi discutido ao longo deste trabalho, reunindo recursos conceituais disponíveis na Linguística Textual ditos até agora a fim de caracterizar o conto fantástico, é esclarecedor afirmar que o conteúdo temático é um fator constituinte desse gênero que permite categorizá-lo e delimitá-lo em alguns de seus aspectos. Esse fator é delimitador não só dos contos fantásticos, obviamente, mas de inúmeros gêneros, pois o conteúdo é característico da produção específica de uma determinada classe de textos e é o que muitas vezes cria uma circunscrição daquilo que se pode encontrar ou produzir em um dado gênero, conforme afirma Travaglia (2007c):

O **conteúdo temático** refere ao que pode ser dito em uma dada categoria de texto, à natureza do que se espera encontrar dito em um dado tipo, gênero ou espécie de texto, o que, obviamente tem de estar ligado a um tipo de informação. As características relativas ao conteúdo temático nos levam, em princípio, ao que devemos dizer ao produzir a categoria ou ao que esperar na leitura/compreensão de uma categoria (TRAVAGLIA, 2007c. p. 43).

Quando se trata do conteúdo temático dos contos fantásticos, estes têm uma abordagem singular do tema quanto ao modo de expressá-lo, visto que as narrativas são sempre tomadas pelo estranhamento e pela incompatibilidade com o mundo empírico. O caráter inusitado das histórias, as cenas fantasiosas improváveis no mundo factual, a caracterização extravagante dos personagens fazem parte de um conteúdo típico dos contos

fantásticos, conteúdo a que o leitor não se opõe por já estar circulando socialmente, como um acordo tácito, a ideia de que são próprias desse gênero essas características.

Travaglia (2007c), discutindo especificamente os gêneros romance e conto, afirma que o conteúdo temático é fator de delimitação para espécies de contos, conforme se lê adiante:

Os gêneros **romance** e **conto** apresentam várias espécies que se definem e caracterizam tendo em vista o conteúdo temático: a) **históricos**: falam sempre de fatos ligados à história da humanidade ou de um país, região, etc.; b) **psicológicos**: que fazem estudos de personagens do ponto de vista de sua psique; c) **regionalistas**: tratam temas muito ligados à cultura de uma região, como os romances brasileiros referentes à seca na região Nordeste e seu efeito sobre os homens; d) **indianistas**: cujo tema é o índio, como alguns romances de José de Alencar; e) **fantásticos**, em que acontecem fatos mágicos ou estranhos sem muita explicação dentro do senso comum e/ou científico (cf. contos do autor mineiro Murilo Rubião) (...) (TRAVAGLIA, 2007c. p. 46).

É, portanto, esclarecedor, o conteúdo temático como um critério de caracterização do gênero conto fantástico. Somados a esse critério há outros, com base nas teorias de Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012) e Bronckart (2012) que orientam a caracterização desse gênero, conforme se expõe no Quadro 03:

Quadro 03: Caracterização do Conto Fantástico

PARÂMETROS	NATUREZA DO CONTO FANTÁSTICO
Tipo (a) (TRAVAGLIA, 2007b)	Narrativo por dominância
Tipo (b) (TRAVAGLIA, 2007b)	Não argumentativo <i>stricto sensu</i>
Tipo (c) (TRAVAGLIA, 2007b)	Geralmente não preditivo
Espécie (TRAVAGLIA, 2007b)	História
Espécie (TRAVAGLIA, 2007c)	Fantástico
Mundo discursivo (BRONCKART, 2012)	Mundo do narrar ficcional
Coordenada do mundo discursivo (BRONCKART, 2012)	Narração (disjunção)

Fonte: Próprio autor.

Esse quadro, ainda que muito conciso, orienta para a caracterização do gênero conto fantástico, sem aprofundar as análises literárias por ser, obviamente, uma análise textual-discursiva. Leva-se em conta também que poderiam ser inseridos aí ainda outros parâmetros, como o tamanho médio dos exemplares de determinados gêneros, conforme afirma Travaglia

(2007c, p. 57). Os parâmetros empregados, no entanto, são considerados os mais significativos para os propósitos desta pesquisa, em vista de ser necessário analisar principalmente a superestrutura (atentando-se também para os aspectos discursivos) dos contos fantásticos e também dos artigos de opinião.

A discussão estabelecida no próximo tópico contempla exatamente as características dos fatores composicionais e sociocomunicativos do artigo de opinião, a fim de que fiquem mais claras as demarcações entre ficção e não ficção, além de refletir acerca de outros aspectos desse gênero.

1.5 O gênero Artigo de Opinião

A escolha do gênero artigo de opinião para esta pesquisa está intrinsecamente relacionada ao fato de se tratar de um gênero predominantemente e altamente argumentativo. Ainda que haja o fato de que “a argumentação está na língua [...] pois em todo texto há uma ideologia” (SILVA, 2008, p. 2) e que, portanto, qualquer texto é argumentativo, o artigo de opinião preserva a condição necessária da essência argumentativa e configura, por conseguinte, o tipo argumentativo indispensavelmente. Travaglia (2007a) afirma que há

a perspectiva do produtor do texto dada pela imagem que o mesmo faz do receptor como alguém que concorda ou não com o que ele diz. Aqui aparecem o discurso da transformação, quando o produtor vê o receptor como alguém que não concorda com ele, o que cria os **textos argumentativos “stricto sensu”** que mobilizam explicitamente argumentos e recursos linguísticos apropriados ao convencimento/persuasão do interlocutor e o discurso da cumplicidade em que o produtor vê o receptor como alguém que concorda com ele. Neste caso temos o texto que não é argumentativo “stricto sensu” (TRAVAGLIA, 2007b, p. 1297).

Trata-se o artigo de opinião, sem dúvida, de um texto argumentativo *stricto sensu* em consonância com o que afirma Travaglia ([2003]/2007a) acerca também dos recursos linguísticos que devem ser mobilizados com fins de convencimento de um receptor que não concorda com o enunciador. Já que esta é uma característica irrevogável do gênero artigo de opinião, trata-se de um componente adequado à questão de pesquisa que investiga o comportamento de operadores argumentativos.

Em pesquisa com base em textos produzidos por estudantes do Ensino Médio, Mesquita (2012) visa verificar quais mecanismos de conexão textual são menos ou mais frequentes em textos de opinião. Entre outras conclusões e apontamentos feitos em seu artigo, a autora argumenta:

destaca-se o texto de opinião, que, devido ao fato de ser um gênero essencialmente argumentativo, sua produção requer dos estudantes a capacidade não somente de selecionar argumentos, mas, principalmente, de usá-los de forma adequada e convincente. O trabalho com o texto de opinião é, portanto, uma valiosa oportunidade de levar o aluno ao efetivo exercício da cidadania, preocupação básica dos PCN (BRASIL, 1998; 1999a; 1999b; 2006) (MESQUITA, 2012, p. 3).

O denso teor de argumentatividade é sempre citado como característica dos textos de opinião, mas, além disso, Mesquita (2012) afirma que se exige que os estudantes empreguem os argumentos de forma adequada e convincente. Há, portanto, uma necessária relação entre textos de opinião, argumentação ideológica e argumentação linguística.

Para Ohuschi e Barbosa (2011, p. 305), esse gênero “está voltado ao domínio social da discussão de assuntos sociais controversos, objetivando um posicionamento frente a eles, exigindo para tal, sustentação e tomadas de posição.” Os posicionamentos costumam, nos textos de opinião, ser demarcados através da lógica, como seguimento de premissa fundante da argumentação. Garcia (2006, p. 380) afirma que “Na argumentação, [...] procuramos principalmente *formar a opinião* do leitor ou ouvinte, tentando convencê-lo de que a *razão* está conosco.” O autor continua a refletir que

A argumentação deve basear-se nos sãos princípios da lógica. Entretanto, nos debates, nas polêmicas, nas discussões que se travam a todo instante, na simples conversação, na imprensa, nas assembleias ou agrupamentos de qualquer ordem, nos Parlamentos, a argumentação não raro se desvirtua, degenerando em “bate-boca” estéril, falacioso ou sofismático. Em vez de lidar apenas com ideias, princípios ou fatos, o orador descamba para o insulto, o xingamento, a ironia, o sarcasmo [...] Ora, o insulto, os doestos, a ironia, o sarcasmo por mais brilhantes que sejam, por mais que irrite ou perturbem o oponente, jamais constituem argumentos, antes revelam a falta deles (GARCIA, 2006, pp. 380-381).

Não parece ser apropriado o emprego desse tipo de argumentação (ou de estratégias que não se consideram argumentativas) em artigos de opinião, pelo caráter lógico que esse gênero tem. Entretanto é bem provável que, além do convencimento, exista a persuasão, desencadeada por tópicos emotivos lançados ao leitor. Muito embora Garcia (2006) considere que a argumentação se efetive a partir da lógica, o artigo de opinião pode se valer de mecanismos persuasivos para sustentar um ponto de vista. É o que acontece quando, por exemplo, se evocam narrativas comoventes dentro do artigo ou ainda quando se emprega o “argumento pelo testemunho”, que é o fato de o enunciador estar ou ter passado por situação que o habilita a assegurar suas reflexões acerca da tese. Nesse caso, nem sempre há

mecanismos bastantes à mão do leitor para que verifique a veracidade dos relatos de testemunho pelo enunciador.

O artigo de opinião implica, para auferir o *status* esperado, polemização, do contrário será um texto elementar aos olhos do público leitor, texto talvez julgado até mesmo inócuo para as finalidades pretendidas, por resultar mais expositivo e menos argumentativo. O caráter da abordagem temática, então, exerce forte influência na caracterização do gênero e se liga, obviamente, à organização social de determinada época e lugar. Como explicam Borges e Mesquita,

a leitura de um artigo de opinião exige do leitor a capacidade de avaliação crítica dos temas tratados nesse gênero discursivo, de maneira que o que diferencia esse gênero de outros gêneros presentes nos jornais considerados mais populares, não é o tema, mas a forma de tratá-lo (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 2).

É evidente que se deve considerar que, ainda que a abordagem do tema exerça mais influência na caracterização do gênero do que o tema em si, tantas vezes o estilo do autor se formará em função também dos temas de que trata, pois as temáticas recorrentes em seu texto refletem as discussões recorrentes e urgentes em seu lugar, e espelham as necessidades e precisões imediatas de seu complexo social. Silva (2008), pensando a importância do tema, diz que “não se pode argumentar sobre verdades universais (...); e ainda convém ressaltar que o assunto a ser abordado deve ser específico, pois para o autor, argumentar sobre generalidades seria quase impossível (SILVA, 2008, p. 4).

Tais considerações sobre o tratamento do tema se fazem necessárias, visto que as temáticas educacionais aqui escolhidas para seleção dos artigos não foram fortuitas, mas revelam um tema há muito polemizado na realidade da organização social do Brasil. Um exemplo dessa polemização é o paradoxo de que, em nosso país, tanto as escolas públicas quanto as privadas precisam investir na qualidade do ensino. Apesar disso, a elite das escolas privadas é que desfruta da qualidade das universidades públicas, enquanto egressos das escolas públicas permanecem sem acesso a curso superior ou lutam para pagar uma universidade particular.

E o fato de os artigos de opinião serem característicos de jornais e revistas, como os artigos de Claudio de Moura Castro o são, relaciona-se claramente à função social daqueles veículos que é a de difusão de eventos sociais tomados em seus aspectos motivadores, nas consequências, na actualização e na discussão e problematização dos fatos, em que importam muito apontamentos concorrentes no sentido da revelação da realidade desses

acontecimentos, em seus componentes mais problemáticos ou minuciosos ou polemísticos, e também no sentido da resolução do problema. A depender muito dessa forma de interação entre produtor e leitor, como exemplificado nessa função social dos veículos, o gênero será efetivado, pois, segundo Borges e Mesquita (2011), quando se deseja saber o gênero de um texto, “temos de identificar suas características discursivas, ou seja, o modo de interação, responsável tanto pela configuração do texto quanto pela sua composição linguística” (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 8). Ao lidar especificamente com o gênero artigo de opinião, importam sobremaneira os arranjos discursivos e interacionais, pois, como afirmam Borges e Mesquita (2011),

para reconhecermos um texto como artigo de opinião temos de observar, principalmente, as suas características discursivas, ou seja, o modo de interação estabelecido pelo produtor com seu(s) leitor(es), e perceber os motivos que levaram o produtor à construção de um artigo de opinião de forma não prototípica desse gênero (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 12).

Influencia a interação enunciador/enunciatário, envolvendo artigos, os saberes específicos do autor, o que contribui de imediato, antes mesmo de acessar as ideias do texto, para o potencial argumentativo do artigo, “o articulista, dessa forma, é alguém responsável pelo assunto tratado no artigo, de forma que o texto vem acompanhado da autoria e da especificação da especialidade do produtor” (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 3). Revela-se assim um caráter eficazmente poderoso na argumentação dos artigos que vem abrindo caminho e autorizando o discurso. Silva (2008) esclarece que

a palavra persuadir vem do latim *persuadere* que significa aconselhar e é sinônimo de submeter, tendo assim, segundo Citelli (1997), uma vertente autoritária, ou seja, quem aconselha quer levar o outro a aceitação de uma idéia, e podemos acrescentar ainda que, para aconselhar, normalmente, é preciso ter maior poder do que o aconselhado (SILVA, 2008, p. 2).

Esse “maior poder” é comentado por Rodrigues (2005, p. 172) para quem as relações sociais são tão constitutivas do artigo, de modo que “o articulista incorpora o *ethos* da competência social e discursiva, angariada pela sua circulação na mídia e pela função profissional exercida” e tanto o nome do autor quanto o status do jornal, “também o autor interposto, o jornal, é um argumento de autoridade” (RODRIGUES, 2005, p. 172), podem funcionar como “garantia de credibilidade para o seu discurso”, o que se associa à estratégia que corrobora posicionamentos pela posição enunciativa, isto é, a estratégia da argumentação pela autoridade. Caso se pense o *status* do jornal como menos considerável que o *status* do autor, sua formação e especialidade, transfere-se a autoridade integralmente para esse autor,

isentando-se até, e muitas vezes, o jornal da responsabilidade e das implicações discursivas acarretadas e reverberadas pelo artigo. Borges e Mesquita (2011) defendem a reflexão de que discursos de diversos grupos sociais se concretizam nos artigos de opinião, pois “o fato de o nome do autor e da sua especialidade estarem expressos no texto mostra que o articulista não fala em nome do jornal, mas em nome da área de sua especialidade” (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 3).

Isso leva à dedução bastante significativa de que a abordagem temática, o tema, a formação do autor, a criticidade do leitor, as condições de produção e as relações sociais na produção/recepção do texto são pontos basilares para a caracterização do gênero artigo de opinião. Esses parâmetros, de maneira geral, estarão delimitáveis e reconhecíveis na estrutura linguística do artigo em forma da materialização de discursos, de elementos de coesão referencial e sequencial, de preferências lexicais e estruturais.

Mesquita (2012) afirma que

A junção dos aspectos textuais aos discursivos é [...] crucial tanto para a produção quanto para a recepção do texto de opinião. Apesar de os segundos serem considerados mais relevantes do que os primeiros, na medida em que eles são responsáveis pela essência do gênero (MARCUSCHI, 2007), não se pode colocar a caracterização textual à margem dos estudos, afinal ela é parte constitutiva dos gêneros, devendo, pois, ter seu valor reconhecido (MESQUITA, 2012, p. 4).

O reconhecimento do valor dos aspectos textuais como parte intrínseca dos gêneros, além de oficializar a relação de manifestações dos aspectos discursivos via materialidade do texto, promove um desvelar das estratégias argumentativas empregadas pelo produtor, e, em se tratando do artigo de opinião, “pode-se afirmar que esse é um gênero que exige habilidade com o uso de elementos de conexão textual, uma vez que eles são, em grande parte, o que possibilita ao produtor do texto atingir seus propósitos discursivos” (MESQUITA, 2012, pp. 4-5).

Esse pensamento de Mesquita (2012) leva à confirmação de uma conclusão inevitável e fortemente importante: a análise da composição, tendo em vista que a análise dos aspectos linguísticos precede a análise discursiva, visto que tais aspectos é que permitem que o discurso seja expresso. A caracterização do artigo de opinião, portanto, não pode prescindir de uma caracterização textual-discursiva; ao contrário, deve haver a análise dos mecanismos da língua, a partir também do que propõe esta pesquisa, que é o funcionamento dos operadores argumentativos, levando em consideração que, apesar de ser, como dito, o artigo de opinião predominantemente argumentativo *stricto sensu*,

não podemos dizer que todos os operadores são característica exclusiva do tipo argumentativo “*stricto sensu*”, pois, considerando que os tipos fundamentais (narrativo, dissertativo, descritivo e injuntivo) são, também, modos de enunciação/interação, os operadores podem, também, marcá-los. Isso significa que alguns operadores podem estar mais relacionados a um determinado tipo textual em detrimento dos outros, ou seja, os operadores argumentativos podem não ser, em sua maioria, mais frequentes no tipo argumentativo “*stricto sensu*” (BORGES; MESQUITA, 2011, pp. 6-7).

Conforme se leu em Borges e Mesquita (2011), nessa citação, não se acredita que os operadores argumentativos sejam exclusivos de textos argumentativos. Entretanto, destaca-se uma questão norteadora desta pesquisa que é a de paralelizar artigos de opinião e contos fantásticos, para que se verifique o comportamento e funcionamento de operadores argumentativos, na hipótese de que os operadores argumentativos têm estreita relação com o tipo argumentativo. As razões para se acreditar nessa hipótese estão vinculadas à propriedade dos operadores argumentativos de sempre instaurarem, nos contextos em que se empregam, relações lógico-semânticas do nível argumentativo em uma orientação clara de sentido.

Silva (2008) atenta para o caráter argumentativo de textos de ficção em paralelo com o artigo de opinião (não ficção):

A crônica, texto criado para circular exclusivamente na imprensa, pode conter um teor informativo, mas tem uma particularidade de envolver num mesmo texto fantasia, humor, certo teor de criticidade e ficção, dependendo do toque pessoal que o cronista queira dar. Normalmente o leitor lê a crônica considerando-a uma leitura leve e agradável, já que se trata de temas relacionados ao seu cotidiano, podendo passar despercebido o teor argumentativo que está presente. A coluna de opinião já é mais voltada para o leitor que pretende saber a opinião de alguém sobre determinado assunto. Espera-se, então, que o leitor já saiba que irá encontrar nessa leitura algo de persuasivo (SILVA, 2008, p. 7).

A mesma autora acrescenta a essas ideias o pensamento fundamentado em Koch (2004) de que “a distinção feita tradicionalmente entre argumentação e dissertação, tendo esta a função de expor ideias alheias imparcialmente, desaparece já que a própria seleção das ideias a serem reproduzidas implica uma opção” (SILVA, 2008, pp. 4-5). Silva (2008) continua a dizer que “nos textos descritivos e narrativos também se faz presente a argumentação, mesmo que em menor grau” (SILVA, 2008, pp. 4-5). Ainda assim, se sustenta a hipótese de que os trechos em que ocorrem os operadores configurem o tipo necessariamente dissertativo ou argumentativo e não narrativo, ou descritivo, ou injuntivo.

A reflexão acerca dessa questão linguística contribuirá significativamente para a caracterização de gêneros, além de esclarecer outros aspectos sobre argumentação. Fatores linguísticos como, por exemplo, marcas de oralidade no artigo de opinião têm considerável

parcela de importância na análise. Conforme explica Silva (2008), “O grande número de gêneros possibilita uma maior variedade linguística a circular na sociedade e ajuda a desfazer o abismo ainda existente entre a oralidade e a escrita” (SILVA, 2008, p. 6). Nessa discussão, Silva (2008) cita Marcuschi (2005, p. 21) quando este afirma que há ainda uma visão dicotômica em muitos manuais de ensino da língua quanto à oralidade e a escrita. A conclusão a que chega Silva (2008), nessas reflexões, é a de que a diversidade de gêneros pode combater essa visão dicotômica que veta a conciliação entre escrita e oralidade.

Notam Ohuschi e Barbosa (2011, p. 305) que o gênero texto de opinião “situa-se na esfera de comunicação jornalística, uma vez que é um gênero que circula em jornais e revistas (impressos) ou na *internet* (virtual), com periódicos semanais ou mensais em seção específica” e associam esse fato ao lugar de ancoragem ideológica. Como já mencionado, os veículos difundem os fatos, a seção de opinião, inerente a tais veículos, os problematiza.³⁹

Mesmo que o artigo de opinião venha “promover um debate (indireto) com o leitor sobre questões sociais” (BORGES; MESQUITA, 2011, p. 3), a interação (direta), muitas vezes e comumente, ocorre entre o texto do articulista e o texto do público leitor, por meio da carta do leitor, um gênero motivado por outros gêneros, inclusive pelo artigo de opinião, o que demonstra o caráter ponderador e incitador de posicionamentos do texto opinativo. Deve estar claro que o fato de o gênero em questão ser altamente argumentativo implica o propósito do texto de provocar influência nas atitudes do leitor, estimulando-as – mantendo-as ou as modificando, por meio de uma organização argumentativa pretendidamente eficaz. Foi dito “pretendidamente” porque não significa, é claro, que a adesão será terminante, pois, principalmente quando se trata de artigos de opinião, “existem condições favorecedoras de uma argumentação realmente clara e consistente, porém sempre refutável, já que só se argumenta sobre temas divergentes” (SILVA, 2008, p. 4). Mais sensato é, então, dizer que o gênero artigo de opinião suscita vozes diferentes, adversas, mesmo levando em consideração que o público-alvo componha uma linha social menos ou mais homogênea, visto que esse gênero “É destinado a uma classe mais elitizada, haja vista que nos jornais/revistas destinados a classes populares não há a presença do artigo” (OHUSCHI; BARBOSA, 2011, p. 305).

A compreensão desses aspectos discursivos, de fatores composicionais e da superestrutura do gênero artigo de opinião é imprescindível para entender seu efetivo funcionamento. A seguir, é proposta uma caracterização sucinta, organizada no Quadro 04,

³⁹ Embora se admita nesta pesquisa que nenhum texto predominantemente dissertativo, expositivo, descritivo ou narrativo seja isento de argumentação, não se intenciona discutir aqui que as notícias podem não ser imparciais e, então, apresentarem o fato com polemização.

baseada nas teorias de Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012) e Bronckart (2012), do mesmo modo como foi feito no tópico anterior (1.4, p. 72), quando foi caracterizado o gênero Conto Fantástico. O Quadro 04 caracteriza concisamente o gênero Artigo de opinião:

Quadro 04: Caracterização do Gênero Artigo de opinião

PARÂMETROS	NATUREZA DO ARTIGO DE OPINIÃO
Tipo (a) (TRAVAGLIA, 2007b)	Dissertativo por dominância
Tipo (b) (TRAVAGLIA, 2007b)	Argumentativo <i>stricto sensu</i>
Tipo (c) (TRAVAGLIA, 2007b)	Não preditivo
Tipo (d) (TRAVAGLIA, 2007b)	Texto do mundo comentado
Mundo discursivo (BRONCKART, 2012)	Mundo do Expor
Coordenada do mundo discursivo (BRONCKART, 2012)	Discurso teórico

Fonte: Próprio autor.

Este quadro, assim como se explicou no Quadro 03 (tópico 1.4, p. 72), poderia ser ampliado a partir da inclusão de outros aspectos. No entanto foram consideradas, para esta caracterização, as descrições das marcas mais características do gênero Artigo de opinião, como o tipo (TRAVAGLIA, 2007b) e o mundo discursivo (BRONCKART, 2012).

Além de se fundamentarem nesses estudiosos e em outros mencionados até aqui, as reflexões propostas precisam, para manterem uma postura lúcida de raciocínio e análises, isto é, para serem científicas, de um método, a rigor, bem delimitado. Os componentes dessa metodologia estão devidamente descritos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA

O percurso metodológico deste trabalho segue a exploração de bibliografias fundamentadas em pesquisas de autores que propõem reflexões que contribuem para o avanço das discussões em torno da realização de MAS e EMBORA, elementos linguísticos fundamentais neste estudo.

Esta pesquisa, portanto, é de cunho qualitativo, uma vez que objetiva concentrar-se em uma revisão bibliográfica e levantamento de hipóteses e postulados acerca da argumentação em textos ficcionais e não ficcionais na presença dos operadores acima citados. Mas antes que haja qualquer rótulo, esta pesquisa necessita apresentar, para ser científica, uma autonomia de pensamento, e para ser acadêmica, algo de inventivo. É o que afirma Severino (2002):

Quaisquer que sejam as distinções que se possam fazer para caracterizar as várias formas de trabalhos científicos, é preciso afirmar preliminarmente que todos eles têm em comum a necessária procedência de um trabalho de pesquisa e de reflexão que seja *pessoal, autônomo, criativo e rigoroso* (SEVERINO, 2002, p. 145, grifos do autor).

Deve estar claro que os rigores sistemáticos da pesquisa científica balizam a constatação dos fatos e a interpretação das ocorrências, a fim de que não haja a criação infundada.

Também parece ser evidente que mesmo a concepção de ciência é instável e gera discussões acerca do papel do cientista na intervenção (isenta ou participativa) do objeto. Considerando a importância dessas discussões, esta pesquisa se orienta para o caráter científico no sentido de métodos e fundamentos a serem seguidos, mesmo que haja a autonomia da análise do pesquisador.

A pesquisa qualitativa envolve tais aspectos acerca da natureza da análise, além de considerar que “a quantidade transforma-se em qualidade” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 86). Com isso, este estudo se concretiza como um resultado de análises dos aspectos qualitativos do objeto, lançando mão também de fatores quantitativos, tendo em vista o que dizem Lakatos e Marconi (2010):

Denominamos de mudança quantitativa o simples aumento ou diminuição de quantidade. Por sua vez, a mudança qualitativa seria a passagem de uma qualidade ou de um estado para o outro. O importante é lembrar que a mudança qualitativa não é obra do acaso, pois decorre necessariamente da mudança quantitativa (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 86).

Dessa forma, o fato de se associar a este estudo o termo “qualitativo” não suprime obviamente o manejo de dados e números, visto que tal procedimento será necessário e produtivo na finalidade de verificar as ocorrências de MAS e EMBORA e o que os números dessas ocorrências nos gêneros analisados significam para a argumentação. Isso assim se considera, nesta pesquisa, em acordo com André (1995), que expressa o seguinte julgamento sobre a direção que esta pesquisa segue:

O uso do termo “pesquisa quantitativa” para identificar uma perspectiva positivista de ciência parece-me no mínimo reducionista. Associar quantificação com positivismo é perder de vista que quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas. [...] As perguntas que eu faço no meu instrumento estão marcadas por minha postura teórica, meus valores, minha visão de mundo. Ao reconhecer essas marcas da subjetividade na pesquisa, eu me distancio da postura positivista, muito embora esteja tratando com dados quantitativos (ANDRÉ, 1995, p. 24).

A relação necessária entre “qualitativo” e “quantitativo” se efetiva na trilha percorrida aqui, com objetivos de apresentar a natureza das qualidades do objeto de pesquisa. André (1995, p. 23) adverte que “há um sentido bem popularizado de pesquisa qualitativa, identificando-a como aquela que não envolve números, isto é, na qual qualitativo é sinônimo de não-quantitativo”. Neste estudo, esse sentido popularizado não se confirma, pois se torna fundamental verificar na dinâmica da pesquisa as qualidades que surgem como fonte de análise, e deve-se considerar também que “Há casos em que a passagem para a qualidade nova é realizada através de mudanças qualitativas graduais, como ocorre com as transformações de uma língua” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 86). Ainda em conformidade com André (1995), reafirma-se que os dados numéricos contribuirão para o caráter qualitativo desta pesquisa:

Deixa o estudo de ser qualitativo porque reportou números? É evidente que não. No caso, o número ajuda a explicitar a dimensão qualitativa. [...] Se num determinado momento foi até interessante utilizar o termo qualitativo para identificar uma perspectiva de conhecimento que se contrapunha ao positivismo, esse momento parece estar superado (ANDRÉ, 1995, pp. 24-25).

Tomando como orientadoras essas considerações de André (1995), bem como as reflexões de Lakatos e Marconi (2010), os números serão referidos constantemente, a partir deste momento, a fim de contribuírem para a compreensão da pesquisa e para a análise qualitativa dos fatos que ela envolve, a começar pela delimitação dos textos verificados.

O *corpus* é constituído de 37 artigos de opinião que foram coletados *on line* (pela razão óbvia da agilidade das ferramentas digitais) durante as primeiras semanas do mês de junho de 2014, além de 4 contos fantásticos colhidos em duas diferentes fontes bibliográficas, no primeiro semestre de 2014. Ambos os grupos de textos foram coletados em quantidade proporcional, considerada matematicamente a sua extensão, como se verifica nos quadros a seguir:

Quadro 05: Extensão dos arquivos em número de caracteres (contos fantásticos)

CONTOS FANTÁSTICOS			
TÍTULO	AUTOR	EXTENSÃO	REFERÊNCIA
01- A queda da casa de Usher	Edgar Allan Poe	35.875 Caracteres	POE, Edgar Allan. <i>Histórias Extraordinárias</i> . – Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira, Katia Maria Orberg. Coleção A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Caret, 2012, p. 55-79.
02- O gato preto	Edgar Allan Poe	18.679 Caracteres	POE, Edgar Allan. <i>Histórias Extraordinárias</i> . – Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira, Katia Maria Orberg. Coleção A obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Caret, 2012, p. 21-35.
03- Ligeia	Edgar Allan Poe	29.144 Caracteres	POE, Edgar Allan. <i>Histórias de mistério e imaginação</i> . – Tradução: Tomé Santos Junior. Coleção Grandes da Literatura Moderna. Editorial Verbo, s/d, p. 83-101.
04- Willian Wilson	Edgar Allan Poe	40.835 Caracteres	POE, Edgar Allan. <i>Histórias Extraordinárias</i> . – Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira, Katia Maria Orberg. Coleção A obra prima de cada autor. São Paulo: Martin Caret, 2012, p. 81-107.
TOTAL		124.533 Caracteres	

Fonte: Próprio autor.

No Quadro 06, a seguir, apresenta-se a extensão dos arquivos em número de caracteres (artigos de opinião):

Quadro 06: Extensão dos arquivos em número de caracteres (artigos de opinião)

Continua

TÍTULO	AUTOR	EXTENSÃO	REFERÊNCIA
01- Universitários dirigindo táxi?	Claudio de Moura Castro	3.215 caracteres	http://veja.abril.com.br/090998/p_029.html
02- O ensino melhorou ou travou?	Claudio de Moura Castro	3.350 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/270199/ponto_de_vista.html
03- A melhor escola para seu filho	Claudio de Moura Castro	2.726 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/190599/ponto_de_vista.html
04- O professor de nossos filhos	Claudio de Moura Castro	2.562 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/140799/ponto_de_vista.html
05- Asneiras sobre o ensino	Claudio de Moura Castro	2.831 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/110899/ponto_de_vista.html
06- O que dizem os testes	Claudio de Moura Castro	3.172 caracteres	http://veja.abril.com.br/050100/ponto_de_vista.html
07- Livros para gênios?	Claudio de Moura Castro	3.251 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/010301/ponto_de_vista.html
08- Piolho não é educação	Claudio de Moura Castro	3.186 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/100500/ponto_de_vista.html
09- Queimamos os livros?	Claudio de Moura Castro	3.213 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/310500/ponto_de_vista.html
10- De péssima a medíocre	Claudio de Moura Castro	3.268 caracteres	http://veja.abril.com.br/230800/ponto_de_vista.html
11- O médico da filha do médico	Claudio de Moura Castro	3.472 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/041000/ponto_de_vista.html
12- Origens da riqueza americana	Claudio de Moura Castro	3.272 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/251000/ponto_de_vista.html
13- O fim do vestibular?	Claudio de Moura Castro	3.293 caracteres	http://veja.abril.com.br/151100/ponto_de_vista.html
14- A arqueologia da reprovação	Claudio de Moura Castro	3.519 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/061200/ponto_de_vista.html
15- Exportação sem pesquisa?	Claudio de Moura Castro	3.198 caracteres	http://veja.abril.com.br/310101/ponto_de_vista.html
16- Ascensão e queda do canudo	Claudio de Moura Castro	3.487 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/210201/ponto_de_vista.html
17- A banalização da informática	Claudio de Moura Castro	3.381 caracteres	http://veja.abril.com.br/140301/ponto_de_vista.html

Continuação

18- As máquinas de ensinar	Claudio de Moura Castro	3.350 caracteres	http://veja.abril.com.br/idade/educacao/250401/ponto_de_vista.html
19- Tecnologia em escolas de ofício?	Claudio de Moura Castro	4.300 caracteres	http://veja.abril.com.br/171001/ponto_de_vista.html
20- O drama da evasão de cérebros	Claudio de Moura Castro	3.405 caracteres	http://veja.abril.com.br/281101/ponto_de_vista.html
21- A faculdade do interior	Claudio de Moura Castro	3.436 caracteres	http://veja.abril.com.br/230102/ponto_de_vista.html
22- A (falsa) crise do vestibular	Claudio de Moura Castro	3.460 caracteres	http://veja.abril.com.br/130202/ponto_de_vista.html
23- A hora da sala de aula	Claudio de Moura Castro	3.353 caracteres	http://veja.abril.com.br/080502/ponto_de_vista.html
24- A educação invisível	Claudio de Moura Castro	3.495 caracteres	http://veja.abril.com.br/190602/ponto_de_vista.html
25- Quem tem medo da avaliação?	Claudio de Moura Castro	3.555 caracteres	http://veja.abril.com.br/100702/ponto_de_vista.html
26- Livrai-nos dos crédulos	Claudio de Moura Castro	3.370 caracteres	http://veja.abril.com.br/310702/ponto_de_vista.html
27- O professor nota 10	Claudio de Moura Castro	3.342 caracteres	http://veja.abril.com.br/231002/ponto_de_vista.html
28- Nelson Freire ou Mozart?	Claudio de Moura Castro	3.325 caracteres	http://veja.abril.com.br/041202/ponto_de_vista.html
29- Vestibulares indigestos	Claudio de Moura Castro	3.527 caracteres	http://veja.abril.com.br/050303/ponto_de_vista.html
30- Quem são nossos ídolos?	Claudio de Moura Castro	3.320 caracteres	http://veja.abril.com.br/060601/ponto_de_vista.html
31- As lições de Porter	Claudio de Moura Castro	3.431 caracteres	http://veja.abril.com.br/160403/ponto_de_vista.html
32- O ensino médio congestionado	Claudio de Moura Castro	3.434 caracteres	http://veja.abril.com.br/020507/ponto_de_vista.shtml
33- Satanás apostilado?	Claudio de Moura Castro	3.485 caracteres	http://veja.abril.com.br/220807/ponto_de_vista.shtml
34- Os meninos-lobo	Claudio de Moura Castro	3.606 caracteres	http://veja.abril.com.br/080709/meninos-lobo-p-024.shtml

Quadro 06: Extensão dos arquivos em número de caracteres (artigos de opinião)

			Conclusão
35- Sucesso tem fórmula	Claudio de Moura Castro	3.655 caracteres	http://veja.abril.com.br/240210/sucesso-formula-p-022.shtml
36- A mágica da educação	Claudio de Moura Castro	3.235 caracteres	http://www.todospelaeducacao.org.br/060313
37- Bagunça tóxica	Claudio de Moura Castro	3.529 caracteres	http://marcostucano.com.br/bagunca-toxica/080114
TOTAL	124.009 caracteres		

Fonte: Próprio autor.

Os critérios para seleção do *corpus* atrelam-se à opção decisiva pelos contos de Edgar Allan Poe (EUA, ☼1809 +1849), visto que apresentam uma quantidade significativa de empregos de MAS e EMBORA, oferecendo, portanto, esses textos plenas condições de averiguação do funcionamento/comportamento dos operadores argumentativos, e também pelos motivos claros do reconhecimento internacional do autor na história da Literatura como escritor eminente de contos fantásticos. Preferiu-se não investigar um *corpus* formado por vários escritores a fim de eliminar variáveis de estilos de cada autor, favorecendo assim uma análise mais precisa.

Os artigos de opinião, de autoria de Claudio de Moura Castro (nascido em 1938, no Rio de Janeiro) também ofertam uma diversidade de usos de MAS e EMBORA que proporcionam reflexões acerca do comportamento textual-discursivo heterogêneo nos textos. Outro fato que justifica a escolha dos artigos desse colunista se dá em função de o escritor ser professor com vasta formação e experiência no Brasil e no exterior, o que faz com que figure frequentemente em suas discussões o tema educacional. E tais discussões ligam-se intrinsecamente à realidade de nosso país, que conduz há muito a alcunha de país sem educação. Esse critério de realidade dos artigos será fundamental para a oposição com a irrealidade dos contos fantásticos, visto que os artigos de opinião não devem ter compromisso com a ficção, mas com a empiria.

Os contos fantásticos, da autoria de Edgar Allan Poe, e os artigos de opinião sobre temas educacionais⁴⁰, da autoria de Claudio de Moura Castro, foram paralelizados para se examinar o grau de interferência dos aspectos ficcionais e não ficcionais na argumentação, e a isso, se associa intimamente o comportamento de MAS e EMBORA. O critério de seleção do

⁴⁰ A delimitação de um único tema, a conjuntura educacional brasileira, tem como propósito, assim como na opção pelos contos de Poe, elidir variáveis que podem incidir sobre diversos aspectos, como o conteúdo temático, por exemplo.

corpus está baseado em fatores composicionais dos gêneros escolhidos, pois um aspecto importante é o enquadramento inquestionável de contos fantásticos ao tipo ficcional (TRAVAGLIA, 2002b, p. 204), e, quanto aos artigos de opinião, é constitutiva de sua tessitura a não ficção. A contemporaneidade é outro aspecto dos artigos, pois foram publicados no Brasil recentemente (nas duas últimas décadas), o que pressupõe que tais textos espelhem a realidade atual dos fatos, bem como na realidade do uso dos mecanismos da língua. Este último fator, aliás, é importante também na consideração dos aspectos dos contos escolhidos, pois, muito embora, Edgar Allan Poe tenha escrito seus contos no século 19, uma das traduções analisadas nesta pesquisa é mais recente.

O *corpus* de artigos de opinião foi coletado em arquivos virtuais disponíveis principalmente em um site da revista Veja, instituição jornalística conhecida e divulgada, além de outros sites, totalizando 37 artigos de opinião que somam ao todo 124.009 caracteres (sem contar espaços). O tema educacional foi delimitado antes que a coleta dos textos se iniciasse e se justifica em razão de que fatores composicionais e de superestrutura do gênero artigo de opinião receberem considerável influência de um de seus componentes, o conteúdo temático, uma vez que aspectos sociais influenciam a seleção do tema e o estilo do autor (conferir tópico 1.5, Capítulo 1). Os textos de Claudio de Moura Castro se adéquam a esta pesquisa em função de o lugar social do autor o creditar como um sujeito que goza da posição enunciativa de escritor do tema educação, visto que seu histórico profissional consta de vasta formação acadêmica no Brasil e no exterior, professor de diferentes instituições, além de participação na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão diretamente ligado à qualidade da educação acadêmica no Brasil. Como já dito, a delimitação de um único tema, para os artigos, tem por propósito elidir variáveis e, portanto, tornar mais exatos os percursos de investigação.

O *corpus* de contos fantásticos se compõe de quatro contos do autor Edgar Allan Poe, “A queda da casa de Usher”, “Ligeia”, “O gato preto” e “William Wilson”, totalizando 124.533 caracteres, em que também se utilizou uma ferramenta computacional de contagem de caracteres. Esses contos se classificam como fantásticos graças ao conteúdo e à sua forma de abordagem, retomando Todorov (2010, p. 100): “o fantástico se define como uma percepção particular de acontecimentos estranhos”. A leitura dos contos remete a fatos inusuais, ao estranhamento dos fenômenos, à dúvida ou descrença na possibilidade de semelhança com o real. Esse aspecto se faz importante para a seleção dos contos, pois a proposta da pesquisa é paralelizar os artigos de opinião (representativos do real) aos contos (representativos do não real) a fim de levar a teste a hipótese de que a distinção desses

aspectos de formulação tipológica influencia o funcionamento dos operadores argumentativos e, portanto, alteram o caráter de argumentação dos textos.

Um provável questionamento seria quanto à abundância de contos fantásticos desse mesmo autor e, no entanto, a opção restrita por quatro específicos. A razão clara é a quantidade significativa de ocorrências dos operadores em pesquisa. A extensão do grupo de contos escolhidos corresponde necessariamente à extensão do grupo de artigos de opinião, levando em conta o número de caracteres de todos os textos de mesmo gênero, como critério favorável a buscar maior equilíbrio para as análises. Isso implica que artigos de opinião foram descartados, no intuito de aproximar ainda mais o número de caracteres dos dois grupos, utilizando como baliza para o descarte o conteúdo temático, isto é, os textos que mais se distanciaram da discussão contemporânea de educação foram eliminados.

Outro questionamento poderia vir em relação à tradução escolhida, visto que, ao traduzir, poderia haver influência na escolha dos operadores argumentativos, que nem sempre são biunívocos na transposição entre línguas. No entanto, o processo de tradução é também um ato discursivo, e como fato da enunciação, permite ser analisado em relação a seus aspectos interacionais, inclusive quanto a suas estratégias argumentativas. Adam (2011) pondera que “A tradução é um revelador da concepção da linguagem e do texto, tanto do tradutor como do pesquisador que aceita a prova da (re)tradução” (ADAM, 2011, p. 320). As orientações argumentativas estão marcadas na tradução, que também apresenta, portanto, marcas autorais, o que torna possível a verificação dos componentes da argumentação, já que tais marcas estão lá, se não do autor, do próprio tradutor, como marcas linguísticas genuínas.

Como se perceberá no próximo capítulo, nos artigos e contos, foram delimitados contextos, em torno dos operadores, de extensão suficiente para a compreensão do sentido estabelecido não só pelos operadores, mas também pelos propósitos comunicativos globais do texto. Tais contextos foram examinados levando-se em conta os valores semânticos e o papel argumentativo dos operadores, considerando, ainda, suas relações com a tipologia, além de suas atribuições para a construção dos posicionamentos expressos pelo texto. Também as características estruturais, como a posição dos operadores interfrásticos e interparagrafais foram consideradas.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO *CORPUS*

Com o propósito de examinar o comportamento dos operadores MAS e EMBORA em dois diferentes gêneros (artigo de opinião e conto fantástico), estabeleceu-se esta análise, que é determinante para a verificação das hipóteses propostas e da adequação dos pressupostos teóricos à compreensão de fatos relevantes para a pesquisa linguística.

Como mencionado no capítulo anterior (Metodologia), foi feito, em um primeiro momento, um rastreio das ocorrências de MAS e de EMBORA em trechos de extensão adequada para expressar o funcionamento linguístico-discursivo desses operadores, e numerados à medida que aparecem nos textos. Nesse primeiro momento, as análises foram feitas sobre a mostra dos dados gerais, como as quantificações do todo (ocorrências em artigos e contos) e foram expostas as conclusões globais acerca desses dados. Durante as análises, rápidas sinopses dos conteúdos temáticos dos artigos e dos contos foram construídas a fim de deixar clara a relação entre os operadores e o conteúdo dos textos, conforme o Folhado textual de Bronckart (2012)⁴¹.

Em um segundo momento, foram feitas as análises específicas do funcionamento de ocorrências dos operadores nos contextos delimitados em artigos, fazendo minimamente referências aos contos quando houve a necessidade de uma comparação imediata, pois os contextos extraídos dos contos foram analisados especialmente após a análise dos artigos.

Ao longo das análises, houve um diálogo necessário com as teorias comentadas no Capítulo 1 (Fundamentação teórica), por serem orientadoras das verificações desta pesquisa. As teorias relativas à descrição de gêneros e tipos e, obviamente, as teorias relacionadas ao funcionamento de MAS e EMBORA ficaram presentes durante as análises. Por último, foi dada a avaliação geral das ocorrências encontradas e foram apresentadas as conclusões a que foi possível chegar.

O levantamento de textos resultou em uma grande quantidade de ocorrências de MAS e EMBORA, tanto nos contos fantásticos quanto nos artigos de opinião, conforme demonstram os quadros a seguir:

⁴¹ “Os mecanismos de **conexão** contribuem para marcar as articulações da progressão temática. São realizados por *organizadores textuais*, que podem ser aplicados ao plano geral do texto, às transições entre tipos de discurso e entre fases de uma sequência, ou ainda às articulações mais locais entre frases sintáticas” (Bronckart, 2012, p. 122, destaques do autor).

Quadro 07: Ocorrências de MAS e EMBORA nos artigos de opinião

Continua

ARTIGOS DE OPINIÃO		
TÍTULO	MAS	EMBORA
01- Universitários dirigindo táxi?	4 (2%)	1 (5,5%)
02- O ensino melhorou ou travou?	5 (3%)	0 (0%)
03- A melhor escola para seu filho	3 (2%)	0 (0%)
04- O professor de nossos filhos	6 (3%)	0 (0%)
05- Asneiras sobre o ensino	4 (2%)	1 (5,5%)
06- O que dizem os testes	6 (3%)	0 (0%)
07- Livros para gênios?	4 (2%)	0 (0%)
08- Piolho não é educação	5 (3%)	2 (11,1%)
09- Queimamos os livros?	4 (2%)	0 (0%)
10- De péssima a medíocre	7 (4%)	0 (0%)
11- O médico da filha do médico	7 (4%)	0 (0%)
12- Origens da riqueza americana	4 (2%)	0 (0%)
13- O fim do vestibular?	4 (2%)	0 (0%)
14- A arqueologia da reprovação	6 (3%)	0 (0%)
15- Exportação sem pesquisa?	6 (3%)	1 (5,5%)
16- Ascensão e queda do canudo	3 (2%)	3 (16,6%)
17- A banalização da informática	3 (2%)	0 (0%)
18- As máquinas de ensinar	8 (5%)	0 (0%)
19- Tecnologia em escolas de ofício?	5 (3%)	0 (0%)
20- O drama da evasão de cérebros	4 (2%)	0 (0%)
21- A faculdade do interior	7 (4%)	2 (11,1%)
22- A (falsa) crise do vestibular	3 (2%)	0 (0%)
23- A hora da sala de aula	8 (4%)	1 (5,5%)
24- A educação invisível	6 (3%)	0 (0%)
25- Quem tem medo da avaliação?	8 (5%)	0 (0%)
26- Livrai-nos dos crédulos	9 (5%)	0 (0%)
28- Nelson Freire ou Mozart?	5 (3%)	2 (11,1%)

Quadro 07: Ocorrências de MAS e EMBORA nos artigos de opinião.

		Conclusão
29- Vestibulares indigestos	3 (1,5%)	0 (0%)
30- Quem são nossos ídolos?	5 (3%)	0 (0%)
31- As lições de Porter	1 (0,5%)	0 (0%)
32- O ensino médio congestionado	4 (2%)	1 (5,5%)
33- Satanás apostilado?	1 (0,5%)	0 (0%)
34- Os meninos-lobo	4 (2%)	0 (0%)
35- Sucesso tem fórmula	6 (3%)	0 (0%)
36- A mágica da educação	8 (4%)	1 (5,5%)
37- Bagunça tóxica	3 (2%)	2 (11,1%)
TOTAL	182 (100%)	17 (100%)

Fonte: Próprio autor.

Quadro 08: Ocorrências de MAS e EMBORA nos contos fantásticos.

TÍTULO	MAS	EMBORA
A queda da casa de Usher	37 (32%)	15 (42%)
O gato preto	23 (20%)	4 (11%)
Ligeia	19 (17%)	5 (14%)
Willian Wilson	35 (31%)	12 (33%)
TOTAL	114 (100%)	36 (100%)

Fonte: Próprio autor.

Ao se observarem os quadros 07 e 08, um dado que já de início merece reflexão é a quantidade de ocorrências do operador EMBORA, que foi bem diferente nos gêneros investigados. Os contos apresentaram 36 ocorrências de EMBORA, enquanto os artigos mostraram apenas 17 empregos desse operador. É bastante razoável crer que a superioridade do número de ocorrências de EMBORA nos textos do tipo ficcional se deve ao caráter, em geral, inobjetivo desse gênero textual, por seu caráter artístico, visto que é característico dos

contos prezar, geralmente, a forma, o rebuscamento da linguagem e valorizar os recursos linguísticos em detrimento da objetividade, que é marcante nos artigos de opinião. Ainda que EMBORA possa operar caracteristicamente em função da argumentação no sentido da “quebra de expectativa” (NEVES, 2000, pp. 864-865) tanto nos contos quanto nos artigos de opinião, os contos são mais oportunos a estruturas não lineares, com hipérbatos, inversões, retardamento da explicação e valoração do “como dizer” tanto quanto daquilo que é dito (se não mais do que aquilo que é dito), visto que no texto ficcional a função estética é preconizada, ao passo que, no texto não ficcional, é predominante a função não literária, evidenciando seu caráter objetivo. Tudo isso é condizente com o emprego desse operador que suscita estruturas indiretas e deslocamentos, além de verbos no modo subjuntivo, empregados em estruturas mais formais, monitoradas pela norma padrão, e menos produtivos que as conjugações do indicativo.

Diferentemente do que aconteceu com EMBORA, constatou-se que MAS foi muito usado em ambos os gêneros em evidência neste estudo, ocorrendo em quantidade superior a 5 vezes a quantidade das ocorrências de EMBORA (296 ocorrências de MAS, 53 ocorrências de EMBORA). O número inferior de ocorrências de MAS nos contos (114 ocorrências), contrastando com 182 empregos nos artigos, poderia ser já suposto e facilmente compreensível em razão de poder o MAS, por sua versatilidade argumentativa, expressar um sem-número de valores, como ficou demonstrado na amostra de Olívia et al. (1979, pp. 49-69) e nos estudos de Ducrot, que o considera “o operador argumentativo por excelência”, certamente pelo fato de MAS direcionar rigorosamente, como recurso linguístico, conclusões semânticas a serviço da argumentação que é típica do gênero artigo de opinião⁴². Esse operador, ao contrário de EMBORA, caracteriza-se pela objetividade que se funda a começar da estrutura frasal, em enunciados diretos, visto que o operador MAS não é passível de mobilidades (BOTARO, 2010, pp.19-20) como ocorre com PORÉM, exemplo de operador similar, que se põe em várias posições: antes ou depois da oração, início, meio ou fim da sentença (FABRI, 2001, pp. 42-45).

Na análise das ocorrências, manteve-se sempre em consideração, conforme os estudos de Ducrot (1981,1987), Olívia et al. (1979), Guimarães (1987), que o operador MAS exerce um efeito de sentido fundamental de adversidade, assim como EMBORA, e que essa

⁴² Botaro (2010, pp.102-103) comenta os “traços que definem uma conjunção adversativa prototípica”, todos satisfeitos por MAS: 1. posição inicial fixa na sentença; 2. articulação de diferentes unidades sintáticas, desde sintagmas não-oracionais até seqüências discursivas; 3. não co-ocorrência com outras conjunções; 4. estruturação de uma construção estritamente binária, S1 e S2; 5. estabelecimento de contraste por meio de diversas estratégias argumentativas; 6. não apresentação de usos em que podem ser verificados resquícios de sua forma fonte.

orientação argumentativa básica tem muitos desdobramentos em diversos tipos de oposição. A semelhança com os efeitos de sentido acarretados por EMBORA, que também marca oposição, é inconteste, fato linguístico previamente discutido por Neves (2000), e a análise do *corpus* não revelou algo diferente disso.

Dados significativos devem ser considerados como o fato de que nem um conto apresentou 0 (zero) ocorrência de MAS. Com isso, torna-se mais embasada a afirmação de que dificilmente textos poderão se eximir desse mecanismo linguístico e continuar satisfazendo seus propósitos argumentativos. Outro fato importante é que esse dado se refere a contos, nos quais também não se verificou 0 (zero) ocorrência de EMBORA, portanto nem um conto se isentou do emprego de MAS nem de EMBORA. Como foi dito anteriormente, o emprego deste último operador conforma-se bem à estruturação dos textos ficcionais em função do caráter inobjetivo que tais textos têm geralmente, em oposição aos textos não ficcionais que por serem não literários, e utilitários algumas vezes, prezam a objetividade, o que se constata no dado segundo o qual 26 dos 37 artigos apresentaram 0 (zero) ocorrência de EMBORA. Os artigos, por suas finalidades muito objetivas, informativas, comunicativas são mais propensos ao empenho de MAS, que satisfaz essa objetividade. A isso (entre outras especificidades do operador) se vincula o dado de que nem um artigo apresentou 0 (zero) ocorrência de MAS.

Segundo os parâmetros da norma padrão, com base na GT, o operador EMBORA requer o emprego do modo subjuntivo, que não possui o pretérito perfeito simples nem o mais-que-perfeito simples, apenas o pretérito perfeito composto e o mais-que-perfeito composto. Nesse caso, o operador MAS é muito mais objetivo, pois se associa ao pretérito perfeito simples do indicativo. Além de o MAS resultar numa estrutura menos prolixa, ele apresenta, entre outros valores, o efeito semântico de “contrário à expectativa”, característico também do EMBORA, e direciona com precisão a ênfase para a ideia que ele encabeça, podendo, portanto, o MAS ser empregado no lugar de EMBORA, mantendo a finalidade de contrariar uma expectativa e apresentando mais concisão, caso seja esse o objetivo. A respeito desse fato, um trecho retirado do conto “A queda da casa de Usher” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 84) é paralelizado com outro trecho do artigo “Asneiras sobre o ensino” (Artigo n.º 05, Quadro 06, p. 84). Esses trechos demonstram como se dá a associação de MAS e EMBORA a tempos verbais do modo indicativo e subjuntivo.

Conforme anunciado no início deste capítulo, antes de prosseguir com a análise, se propõe uma breve sinopse dos textos, a fim de que se relacione a função dos operadores ao

conteúdo temático e para que se aproxime da compreensão da composição da arquitetura textual global.

O conto “A queda da casa de Usher”, com uma seleção vocabular extremamente refinada e precisa na descrição das emoções e nos enquadramentos das cenas, traz um narrador-personagem, sem nome expresso, que narra seu próprio reencontro com o amigo de infância Roderick Usher na mansão, de aspectos assombrosos, da família Usher. O reencontro foi uma tentativa de conforto a Roderick Usher, que havia se degenerado consideravelmente por doenças físicas e perturbações psicológicas, além de sofrer com a doença grave da irmã. O ar fantasmagórico com que vivia Roderick Usher nos últimos dias poderia ter, segundo o narrador, grande influência da Literatura experienciada ao longo da vida desse personagem. O narrador descreve a aparência pálida e decaída do amigo, além da visão cadavérica da irmã, e conta como foram os dias de terror que passaram na mansão. No desfecho da história, Roderick Usher revela que naqueles dias enterrou viva a irmã que reaparece e morre nos braços do irmão e à frente do narrador, que, sem total consciência do que tinha feito, ajudou no sepultamento da irmã viva. Nas últimas cenas do conto, o que os personagens liam em um livro de narrativa assustadora parecia tomar forma simultaneamente à leitura, quando instantaneamente ressurgiu a irmã do sepulcro, causando um terror inigualável no narrador, que foge rapidamente da mansão e a vê ruir e se desfragmentar em meio ao ambiente sombrio da grande propriedade da agora extinta família Usher.

Quanto ao artigo “Asneiras sobre o ensino”, este comenta cinco mitos acerca da educação. O primeiro dos mitos é o de que ensino, pesquisa e extensão são indissociáveis, mas, segundo o texto, excelentes instituições de ensino não têm pesquisa, e, ainda que tivessem, não é uma necessidade e se trata até mesmo de uma impossibilidade para várias instituições. O segundo mito é o de que o ensino superior público é bem melhor que o privado, mas o Provão revelou dados que aproximavam muito as instituições de ambas as linhagens. O terceiro mito faz relação a uma suposta catástrofe gerada pela saturação de diplomas de curso acadêmico, no entanto tais diplomas são captados por várias funções que remuneram melhor e combatem o desemprego. O quarto mito se refere à necessidade de fechar estabelecimentos privados, que visam exclusivamente ao lucro. O texto assegura que mesmo uma educação de baixa qualidade proporciona evolução e que a preocupação maior é com o ensino público, que gasta grandes vultos do dinheiro da população. O quinto, e último, mito é o de que haverá prejuízos para os cursos superiores, que irão concentrar seus estudos no Provão, assim como um ensino médio que se baliza no vestibular. Para o autor, o Provão é

uma boa medida para o ensino acadêmico, visto que se trata de uma prova bem elaborada que não se rende a adestramentos.

A seguir, se observam os trechos, analisados em seguida, do conto e do artigo que acabam de ser comentados:

(07)

EMBORA, quando meninos, tenhamos sido companheiros até que íntimos, ainda assim eu pouco conhecia o meu amigo. Sua reserva sempre havia sido excessiva e habitual. Eu sabia, no entanto, que aquela antiquíssima família havia sido conhecida, em tempos imemoriais, por uma susceptibilidade de temperamento peculiar que se exprimira, ao longo de muitas eras, em inúmeras obras de arte exaltadas e que se manifestara, mais recentemente, em constantes atos de caridade pródiga, porém discreta, como também em uma devoção apaixonada pela ciência musical, talvez ainda mais por suas complexidades do que por suas belezas ortodoxas e facilmente reconhecíveis.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

(08)

Por razões misteriosas, cultivam-se asneiras sobre o ensino superior. Eis cinco delas: **1.** (...) **2.** O ensino privado é muito pior que o público. Parecia verdade, **MAS** o Provão mostrou o contrário. As médias das notas nas públicas não são superiores às das privadas. Dependendo da carreira, ou as diferenças são mínimas ou tanto podem favorecer as públicas quanto as privadas. É verdade que, dentre os cursos de nível A, existem duas vezes mais públicos do que privados, mas são apenas 12% do total, pesando pouco nas médias.

(Artigo n.º 05, Quadro 06, p. 84)

Em (07), retirado do conto “A queda da casa de Usher”, há uma ocorrência de **EMBORA** associada ao pretérito perfeito composto do subjuntivo: “**EMBORA**, quando meninos, **TENHAMOS SIDO** companheiros até que íntimos, ainda assim eu pouco conhecia o meu amigo”. Como já mencionado, o operador **EMBORA** não se vincula ao pretérito perfeito simples do indicativo, que iria compor, sem desconsiderar implicações semânticas e argumentativas resultadas pelos aspectos específicos dos modos verbais, uma estrutura mais lacônica do que **TENHAMOS SIDO**. Esse fato não deve fazer concluir que são tão somente restrições linguísticas que organizam o funcionamento dos operadores, ao contrário, conforme citação feita à página 44 deste trabalho, acerca das considerações de Travaglia (1991, p.15) sobre o verbo na Língua Portuguesa, o que há na verdade é uma escolha de um contexto em que as possibilidades sejam direcionadas por regularidades linguísticas. Nesse caso, os textos ficcionais se mostram mais propensos a escolhas deliberadamente menos concisas, ao passo que o trecho (08), do artigo “Asneiras sobre o ensino”, expressa a concisão característica do emprego de **MAS**: “Parecia verdade, **MAS** o Provão *mostrou* o contrário” (o itálico é procedimento deste trabalho).

Como o operador MAS se liga naturalmente ao pretérito perfeito simples do indicativo, a estrutura final é bem mais sintética, e direciona a ênfase à ideia que esse operador inicia. No âmbito da norma padrão, o pretérito perfeito simples é inexistente no subjuntivo, modo que exige o emprego de EMBORA, o que confirma a prolixidade característica desse operador, se comparado a MAS, que, por sua vez, rejeita geralmente o emprego do modo subjuntivo e se associa a uma regularidade linguística que combina esse operador ao modo indicativo, resultando, muitas vezes, numa estrutura mais concisa.

Quanto à afirmação de que o operador MAS não se associa ao modo subjuntivo, a análise do *corpus* constatou isso e apresentou tão somente duas ocorrências nos artigos e uma única ocorrência nos contos em que o operador MAS e verbos no modo subjuntivo co-ocorrem em um mesmo segmento. Houve ocorrências em que verbos no modo subjuntivo apareciam em orações encaixadas nas orações em que MAS operava, constituindo, portanto, enunciados distintos, que foram, então, descartados na análise desse aspecto específico.

Os trechos verificados no *corpus* em que MAS e os verbos no subjuntivo ocorreram no mesmo enunciado não refutam a constatação de que MAS não se associa habitualmente àquele modo verbal, pois, nesses trechos, a presença do modo subjuntivo é relacionada à partícula “que”, que tradicionalmente é descrita como uma conjunção que introduz orações subordinadas as quais, por sua vez, são tipicamente formadas por verbos no modo subjuntivo. Os trechos que esclarecem essa afirmação, do artigo “Queimamos os livros?” (Artigo n.º 09, Quadro 06, p. 84) e do artigo “O drama da evasão de cérebros” (Artigo n.º 20, Quadro 06, p. 84) se põem a seguir:

(09)

Portanto, fogueira para os livros chatos e mortos. **MAS** que sejam substituídos por outros em que as idéias criativas e geniais sejam bem detalhadas e empacotadas. Viva o construtivismo empacotado!

(Artigo n.º 09, Quadro 06, p. 84)

O autor, no início do texto de que se retirou esse trecho, valendo-se da estratégia argumentativa da concordância parcial, defere a ideia de que o professor não deve ser tutelado por um livro didático inflexível que tolhe a sua criatividade e relega o professor à tarefa de mero executante, além de delegar à indústria editorial a escolha dos rumos do conhecimento. Mais à frente, no entanto, o texto toma direção oposta, afirmando que os livros didáticos são ideias bem-sucedidas que foram registradas e que podem ser usadas por outros professores. O autor cita pesquisa norte-americana que concluiu que o ensino obteve melhores resultados quando os professores seguiram orientação e estrutura se comparados a programas em que

havia total liberdade de planejamento. Para o texto, os livros didáticos devem ser preservados desde que tragam ideias criativas e bem detalhadas.

A ocorrência de MAS, no trecho (09), no mesmo segmento em que ocorre “sejam”, presente do subjuntivo indicando uma opção⁴³, é devida ao conector “que” e, caso fosse suprimido esse conector, possibilitando a associação do verbo a MAS, esse verbo perderia o *status* de subjuntivo e passaria a imperativo, uma transformação comparável a “Mas que eu **ame**” (subjuntivo presente) X “Mas **ame**” (imperativo) ou ainda “Mas quando eu **amar**” (subjuntivo futuro) X “Mas **amar**” (infinitivo).

O trecho do artigo “O drama da evasão de cérebros” (Artigo n.º 20, Quadro 06, p. 84) demonstra fato linguístico idêntico:

(10)

Nossas políticas de bolsas de estudo punem os que não voltam imediatamente. É dinheiro público, é fácil entender os escrúpulos das agências. **MAS** que não voltem alguns poucos é o preço a pagar, apostando que retornem, ainda que seja por curtos períodos, para dar cursos ou colaborar com os que ficaram. O drama maior da evasão de cérebros brasileiros é sua ausência.

(Artigo n.º 20, Quadro 06, p. 84)

Esse trecho se insere na discussão em que “O drama da evasão de cérebros” é descrito de modo paradoxal no texto. Como seria um grande prejuízo perder intelectuais para outras nações, o governo criou políticas de valorização desses estudiosos para que retornassem ao país e contribuíssem para seu crescimento. No entanto praticamente ninguém voltou. O que foi constatado é que quase ninguém retornou porque tal evasão não havia. Na análise do autor, é melhor que essa evasão exista para que os profissionais possam retornar com experiências de culturas diferentes e tragam para o seu país de origem conhecimentos distintos.

Nesse trecho, a co-ocorrência de MAS e “voltem”, presente do subjuntivo indicando uma probabilidade futura, também se deve ao funcionamento do conector “que”, o qual, numa análise tradicional, seria analisado como introdutor de uma oração subordinada substantiva subjetiva, comumente composta por verbos no modo subjuntivo.

O trecho, a seguir, retirado do conto “William Wilson” (Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83) tem três ocorrências de MAS, e a última ocorrência, que se deve destacar, se dá no mesmo segmento que um verbo no modo subjuntivo, como se observa:

⁴³ Travaglia (2009) acrescenta os Subtipos aos Tipelementos (Tipo, Gênero e Espécie). O tipo injuntivo apresenta os subtipos: Ordem (Determina um fazer), Pedido/Súplica (Solicita a realização de uma situação), Conselho (Diz qual/como é o melhor fazer), Prescrição (Ensina fazer ou determina uma forma de fazer), Opção (Deseja a realização de uma situação) (TRAVAGLIA, 2009, p. 2635).

(11)

O sentimento de irritação assim engendrado tornava-se mais forte em cada circunstância que revelasse semelhança, moral ou física, entre mim e meu rival. Eu não havia então descoberto o notável fato de que tínhamos a mesma idade; mas via que tínhamos a mesma altura e percebia que éramos singularmente semelhantes até mesmo no aspecto geral do corpo e no contorno dos traços. Também ficava exasperado com o boato de que éramos parentes, que havia corrido nas classes superiores. Em uma palavra, nada me perturbava mais seriamente (embora eu escrupulosamente escondesse essa perturbação) do que qualquer alusão à similaridade de mente, corpo ou condição existente entre nós. Mas, na verdade, eu não tinha razão para acreditar (exceto pela questão do parentesco e no caso do próprio Wilson) que essa similaridade jamais tivesse sido tema de comentário, ou que sequer tivesse sido observada por nossos colegas. Que *ele* a observasse em todas as suas atitudes, e com tanta firmeza quanto eu, era evidente; **MAS** que ele conseguisse encontrar em tais circunstâncias um terreno tão fértil de contrariedades só pode ser atribuído, como eu já disse, à sua incomum perspicácia.

(Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83)

Nessa ocorrência, o verbo “conseguisse” (pretérito imperfeito do subjuntivo) tem sua presença justificada pelo conector “que” e não pela atuação de MAS. Tanto nos artigos como nos contos, a análise verificou que o uso de MAS é associado ao modo indicativo e que o uso de EMBORA se vincula ao modo subjuntivo, o que se verifica no trecho (12) do conto “A queda da casa de Usher” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83).

(12)

De uma posição em face da minha, ele havia gradualmente girado sua cadeira de modo a sentar-se com o rosto voltado para a porta do quarto; e assim eu conseguia perceber apenas parcialmente suas feições, **EMBORA** visse que seus lábios tremiam como se ele estivesse murmurando ineludivelmente. A cabeça havia caído sobre o peito – e, no entanto, eu sabia que ele não estava adormecido, porque, quando lhe entrevi o perfil, vi seu olho ampla e rigidamente aberto. O movimento do corpo também estava em desacordo com essa idéia – pois ele oscilava de um lado para outro com um embalo suave, mas constante e uniforme.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

Nesse trecho, “visse”, pretérito imperfeito do subjuntivo, se conjuga dessa forma por exigências cotextuais relacionadas ao emprego de EMBORA. Essas análises confirmam o fato de que, se geralmente MAS se associa ao Indicativo e EMBORA ao subjuntivo, o uso mais objetivo se relaciona a MAS, enquanto o uso menos objetivo se relaciona a EMBORA. Parece claro que não há um juízo de valor positivo para a característica de concisão vinculada a MAS, tão menos se julga negativa a prolixidade associada ao valor de EMBORA, pois o que há é a constatação dessas especificidades do comportamento/funcionamento desses elementos de conexão, que podem representar escolhas segundo a intencionalidade do enunciador.

Um fato mencionado, sem detalhes, no início deste capítulo, e que se assinalou no Capítulo 1, Fundamentação Teórica (p. 30, nota 13), faz relação a outra importante distinção

entre MAS e EMBORA, que é a de que MAS tem o potencial de estabelecer destaque para a ideia que ele encabeça, propriedade inexistente para EMBORA. Podem-se citar diversos exemplos do *corpus* que comprovam esse fato, como acontece no artigo “A arqueologia da reprovação” (Artigo n.º 14, Quadro 06, p. 84). Esse artigo estabelece uma discussão a qual afirma que suprimir a reprovação do processo de ensino na educação básica gera implicações do tipo de se eliminarem as armas do professor que poderiam fazer com que os alunos estudassem. Conforme o texto, a reprovação costuma ser tida como arma, nesse caso, porque a punição tem mais efeito que o (raro) estudo espontâneo. No entanto, é afirmado que seria uma arma ineficaz, pois estimula a classe média, mas não é estímulo suficiente para os mais pobres. Por outro lado, diz o texto, a reprovação tem o estigma de “reliquia de país atrasado”, frustra o aluno que apresenta rendimento menor. É afirmado também que, para que a retirada da reprovação seja efetiva, é necessário que se criem mecanismos para substituí-la, e são citados como exemplos desses mecanismos avaliações de novos formatos.

O trecho em que a ocorrência de MAS atua no estabelecimento da coerência dessas ideias e cujo emprego é prototípico de sua propriedade ou atributo de prestar ênfase à ideia que encabeça é o seguinte:

(13)

Essa poderia ser uma das causas da queda no rendimento e das reclamações dos professores – que perderam suas armas para fazer o aluno estudar. É verdade. Contudo, eram péssimas armas, que estimulavam as famílias educadas, **MAS** puniam as pobres e mais numerosas. São Paulo já definiu alternativas razoáveis (recuperação, aulas de reforço), porém aprender a usá-las parece levar algum tempo. Como um drogado que sofre inicialmente ao ter cortado seu vício, eliminar a reprovação traz problemas de transição. E, obviamente, eliminar reprovação não se confunde com eliminar a avaliação. Pelo contrário, esta tem de ser melhor, mais freqüente e acoplada a outros prêmios e punições.

(Artigo n.º 14, Quadro 06, p. 84)

O emprego dessa função de MAS atua em sustento da argumentação instaurada pelo artigo e é coerente com os propósitos comunicativos desse texto, que se propõe a defender a tese de que uma eliminação incauta da reprovação pode gerar prejuízos, principalmente para as famílias pobres. Essa orientação argumentativa foi possível devido às propriedades do MAS de fazer valer mais a ideia de que faz parte, ou seja, “estimulavam as famílias educadas” vale menos que “puniam as pobres e mais numerosas”.

Outra ocorrência do operador MAS, nesse mesmo artigo, gerou uma análise de conclusões fundamentais. O MAS em exame, no excerto a seguir, é intrafrástico, com o prototípico valor de adversidade, oposição, e se aproxima do “Valor adversativo atenuante” (OLÍVIA et al., 1979), mas não se trata de vencer um obstáculo, como descrito em Olívia et al.

(1979), e sim de reconhecer a importância de um fato, algo comparável a enunciados como “Não é a solução, mas ajuda”. Se a pesquisa, coordenada por Olívia et al. (1979), tivesse continuado, provavelmente teria sido encontrado algo semelhante e que poderia ser chamado de “Valor adversativo atenuante pela valorização de um fato”. Pode-se perceber que a propriedade do MAS de ênfase para uma ideia foi constatada pelos estudos de Olívia et al., e a importância dessa constatação está em que esse operador atua diretamente no direcionamento semântico dos enunciados, pois o fato de ser “atenuante” significa que uma ideia tende a se sobressair exatamente para atenuar outra. A fim de se esclarecer a análise, apresenta-se, a seguir, outro trecho, do mesmo artigo analisado no exemplo anterior, “A arqueologia da reprovação”:

(14)

Acabam de aparecer os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) trazendo notícias do ensino brasileiro. Predominam resultados positivos, pois há queda na distorção idade-série e um crescimento extraordinário das matrículas e conclusões, em todos os níveis. Um terço de nossa população frequenta escolas. Em 1930, quando foi criado o MEC, só 5% dos brasileiros iam à escola. Contudo, os testes de português e matemática mostram uma tendência geral para a queda. Não é dramática, **MAS** preocupa. Foram tentadas muitas explicações. As perícias nos testes ainda não são definitivas (teria ficado mais difícil?). Outro suspeito seria o rápido processo de municipalização, decorrente do Fundef (o fundo que redistribui verbas da educação segundo o número de alunos matriculados numa cidade). Alvissaras, o desempenho das escolas municipais não piorou em relação ao das estaduais.

(Artigo n.º 14, quadro 06, p. 84)

A realização de MAS, neste excerto, compõe coerentemente a argumentação do texto e tem papel fundamental para consolidar essa argumentação que afirma que a ausência da reprovação tem consequências desafiadoras para as quais a escola precisa criar mecanismos de enfrentamento, e que essa ausência poderia estar relacionada à queda na qualidade do ensino e na produtividade dos resultados. A orientação argumentativa de MAS está, nesse trecho, para a ênfase da ideia de que a preocupação deva prevalecer ainda que a situação não seja exageradamente grave, isto é, onde o texto diz “Não é dramática, MAS preocupa.”, a diretriz argumentativa é “Não é dramática” vale menos que “preocupa” que, por sua vez, é enfatizada pela presença do operador MAS.

Como mencionado, o operador EMBORA não é dotado dessa mesma propriedade de orientar a argumentação enfaticamente para a ideia encabeçada por ele. Uma ocorrência do *corpus* que demonstra esse fato foi retirada do texto “Universitários dirigindo táxi?” (Artigo n.º 01, Quadro 06, p. 84). O texto traz uma discussão, já proposta pelo autor em outros artigos, que se refere à falsa saturação do mercado de emprego para quem tem curso superior.

Segundo o posicionamento do texto, o curso superior geralmente tem mais garantia de emprego e de bom salário, mesmo que o cargo não seja exatamente o que corresponda à formação acadêmica. Há o acréscimo da ideia de que diploma não é o fato decisivo, mas sim as habilidades de lidar com problemas práticos e postura proativa, que nem sempre acompanham a formação superior.

Note-se, no trecho desse texto, que o funcionamento de EMBORA se diferencia bastante da função de MAS quando se trata de fazer prevalecer a ideia iniciada pelo operador argumentativo:

(15)

O mercado para universitários está tão saturado que dirigir táxi se tornou uma alternativa. Será verdade? Vamos por partes. Inicialmente, a resposta não pode ser baseada na observação casual (“outro dia tomei um táxi...”). É com dados estatísticos que se respondem a tais perguntas. A primeira questão é saber se o ensino superior leva ao emprego ou ao desemprego. Ora, os diplomados do ensino superior têm uma taxa de desemprego de 2,7%, comparada com os 6,7% para os que pararam no secundário. Quer dizer, **EMBORA** não seja uma garantia perfeita contra o desemprego, o diploma reduz os riscos em mais da metade.

(Artigo n.º 01, Quadro 06, p. 84)

Conforme se analisa nesse trecho, o funcionamento de EMBORA tem efeito bem diferente de MAS no aspecto relacionado a enfatizar o enunciado encabeçado pelo operador. Na verdade, EMBORA não desempenha essa função, pois, no texto, a ideia do enunciado encabeçado por esse operador é superada pela ideia que vem depois, isto é, em “**EMBORA** não seja uma garantia perfeita contra o desemprego, o diploma reduz os riscos em mais da metade.”, analisa-se que “não seja uma garantia perfeita de emprego”, trecho encabeçado por EMBORA, vale menos que “o diploma reduz os riscos em mais da metade”, ideia que é, aliás, a tese defendida pelo texto.

É preciso reafirmar um dado fundamental mencionado no Capítulo 1, Fundamentação teórica, em que se comentou a inexistência da propriedade de EMBORA de enfatizar a ideia que ele encabeça, mas fez-se a ressalva de que estruturas compostas por esse operador podem, a depender da organização de seus elementos, enfatizar uma ou outra ideia. Pela análise das ocorrências do *corpus*, pôde-se notar que há uma valorização da ideia em que opera EMBORA quando há o que é conhecido como ordem canônica dos enunciados, isto é, com a oração adverbial/circunstancial concessiva no fim, como exemplifica outro trecho de “Asneiras sobre o ensino” (Artigo n.º 05, Quadro 06, p. 84), artigo já comentado anteriormente:

(16)

Os mercados estão saturados, havendo mais formandos que empregos. De fato, há muitas vezes mais graduados que empregos com o mesmo nome do diploma (economia => economista). Catástrofe? Não, em todos os países existem centenas de ocupações exigindo curso superior sem que requeiram diplomas específicos. Portanto, as sobras de diplomados vão para essas posições (administrativas e de serviços). Por isso, o nível médio de rendimento dos universitários é bem mais alto do que o dos sem diploma, e as taxas de desemprego, bem mais baixas (**EMBORA** neste momento a situação esteja difícil para todos).

(Artigo n.º 05, Quadro 06, p. 84)

Nesse trecho, a posição de **EMBORA**, no início da última ideia do enunciado, tem como efeito semântico a tendência para a ênfase dessa ideia, orientação argumentativa confirmada pelo emprego de outros mecanismos linguísticos, que geralmente atuam para esse fim enfatizador, que são os parênteses. Como já dito, não é propriedade de **EMBORA** prestar esse destaque, visto que a ordem dos elementos na estrutura do enunciado é que proporcionou esse direcionamento argumentativo, o que não deixa de ser analisado como um fenômeno linguístico associado intimamente a esse operador.

Pode-se relembra as reflexões do Capítulo 1, Fundamentação teórica, relativas ao fato de que essa ênfase de uma ideia também está associada à ordem dos elementos em estruturas com **MAS**. É simples também concluir que não se trata de comportamento idêntico ao das estruturas com **EMBORA**. A ordem dos elementos faz com que a ideia encabeçada por **EMBORA** tenha uma tendência a ser enfatizada somente quando esse operador encabeça o último enunciado. Se **EMBORA** inicia a primeira e não a última ideia, não ganhará destaque o trecho da sentença iniciado pelo operador argumentativo. Se o operador é **MAS**, sempre se destacará o enunciado encabeçado por ele. O artigo “O ensino melhorou ou travou?” (Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84) traz um trecho que pode ser analisado nesse sentido:

(17)

E o que é mais importante, aprendemos a fórmula que faz melhorar a qualidade da educação (a quantidade avança sozinha quando a qualidade melhora). Basta copiar o que estão fazendo os Estados que avançam céleres. Não cabe aqui entrar na cozinha das reformas, **MAS** apenas enfatizar dois ingredientes essenciais: continuidade das políticas e participação de todos. O governo pouco pode fazer sozinho.

(Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84)

O texto comenta avanços na educação expostos nos resultados de sistemas de avaliação da educação brasileira e latino-americana, afirmando, sem detalhar os mecanismos de melhora, que os governos aprenderam que quando se eleva a qualidade, a quantidade se eleva sozinha. É enfatizada a informação de que deve haver mais que empenhos governamentais, ou seja, outros setores da sociedade devem firmar participação no processo de avanço educacional da nação; essa ênfase é realizada com a operação de **MAS**, que destaca

a ideia iniciada por ele, “Não cabe aqui entrar na cozinha das reformas, **MAS** apenas enfatizar dois ingredientes essenciais: continuidade das políticas e participação de todos.”, que é justamente a ideia do engajamento de outros setores além do governo.

Se o emprego é de EMBORA, a ênfase depende não estritamente desse operador, mas da ordem dos elementos, de modo que a ideia destacada possa se desvincular dele, o que não acontece com MAS. A posição do operador no artigo “Piolho não é educação” (Artigo n.º 08, Quadro 06, p. 84), cujo trecho se lê a seguir, suscita razoáveis reflexões:

(18)

Inventemos as seguintes manchetes: “Alunos estão freqüentando as escolas regularmente e aprendendo sua lição”, “Não houve greve de professores”, “Tribunal de Contas aprova gastos da educação”. Nenhuma delas seria publicada. **EMBORA** a boa educação seja feita pelo somatório dessas pequenas coisas boas, a manchete é o piolho, é o desvio de verbas, é a reprovação, é a escola que desaba. Ora, essa avalanche de más notícias cria uma visão negativa e pessimista de tudo.

(Artigo n.º 08, Quadro 06, p. 84)

Nesse texto, informações essenciais são as de que a educação, em um passado recente, não tinha muito espaço na publicidade, e que a ausência de notícias da área era preenchida com a presença de notícias ruins sobre a educação. Para o texto, boas notícias na área educacional se referem à somatória de variados pequenos progressos alcançados e medidos por estatísticas para as quais é necessário dar atenção até mesmo na interpretação e na análise dos dados numéricos. No trecho retirado desse texto, o emprego de EMBORA faz destacar a segunda ideia, e não a ideia de que o operador faz parte. Em “**EMBORA** a boa educação seja feita pelo somatório dessas pequenas coisas boas, a manchete é o piolho, é o desvio de verbas, é a reprovação, é a escola que desaba.”, a ideia enfatizada é a de que as notícias ruins é que são as manchetes. Em menor destaque, está a ideia de que a boa educação é feita de pequenas boas coisas.

O mesmo texto, “Piolho não é educação”, apresenta ocorrência de EMBORA em posição diferente, ou seja, não no início da primeira ideia, mas da segunda. Note-se, conforme já afirmado, que a análise do *corpus* revelou que quando estruturas com EMBORA são enunciadas na ordem canônica, com o que se conhece tradicionalmente como oração adverbial/circunstancial concessiva figurando no fim, o enunciado encabeçado por esse operador tende a ser salientado. Portanto, no exemplo anterior (18), há o oposto do que é verificado no trecho a seguir (19), retirado do mesmo artigo “Piolho não é educação”:

(19)

Como as boas notícias são o resultado da miríade de pequenas coisas certas que se acumulam ao longo do tempo, elas têm de ser colhidas em algum momento em que se dá um balanço, no qual o somatório dos pequenos atos rotineiros e invisíveis se metamorfoseia em evento. Daí a importância da cobertura adequada dos censos escolares, de novas pesquisas, dos resultados de exames, dos prêmios, enfim, dos eventos que destilam esses somatórios. É aí que estão as jazidas de boas notícias (**EMBORA** possam também vir más notícias, mas é melhor saber que se iludir). O Inep/MEC, que elabora estatísticas e provas, é, portanto, o maior produtor de notícias. Há também os casos individuais ou de escolas que são inventivas ou mais bem-sucedidas, outro manancial a ser garimpado por jornalistas habilidosos.

(Artigo n.º 08, Quadro 06, p. 84)

Da orientação argumentativa que se constrói com enunciados desse tipo, compostos com o uso de EMBORA na posição em que ocorreu, resulta uma propensão ao destaque para o enunciado de que esse operador faz parte. Nesse trecho, “É aí que estão as jazidas de boas notícias (**EMBORA** possam também vir más notícias, mas é melhor saber que se iludir)”, analisando o emprego de EMBORA, o direcionamento semântico é “considere-se que/é importante lembrar que/destaque-se que possam vir também más notícias”. A ordem dos elementos interfere, portanto, no funcionamento de EMBORA, no entanto não é decisiva para a realização de MAS.

Essa distinção de comportamento entre MAS e EMBORA é bastante significativa e já aponta para análises que venham trazer mais diferenças entre esses operadores, visto que tais diferenças ajudam a compreender as escolhas entre um ou outro operador, além das orientações argumentativas que eles estabelecem. Na busca de mais descrições de funcionamento e comportamento, de distinções e aproximações entre os operadores, o que foi teorizado por Guimarães (1987) acerca das diferentes estratégias da “antecipação” (EMBORA) e do “suspense” (MAS), é associado aos estudos de Ducrot (1981, 1987) sobre a conclusão $\sim R$, que seria uma conclusão inesperada, contrastiva e uma quebra de expectativa. Associam-se também esses estudos às contribuições de Olívia et al. (1979), quando esses autores listam diversos tipos de oposição que relacionam ao emprego de MAS “quebras de expectativa”⁴⁴ ou conclusões inesperadas.

Essa associação faz sentido na medida em que é verificada uma diferença de grande importância entre os empregos de MAS e EMBORA, que se situa na observação do implícito. Com o emprego de MAS, em *A mas B*, conforme Ducrot (1981, 1987), tende-se a tirar uma *conclusão R* de *A*, conclusão que será interditada por *B* que sugere uma *conclusão $\sim R$* . Essa quebra de expectativa está intrinsecamente ligada ao implícito que é a conclusão implicada

⁴⁴ Conferir “Valor adversativo de desconexão (OLÍVIA et al., 1979, p. 63)”, “Valor adversativo de desencontro ou de decepção (OLÍVIA et. al, 1979, p. 64)”, entre outros.

por A. Um trecho do artigo, “A melhor escola para seu filho” (Artigo n.º 03, Quadro 06, p. 84) é emblemático a esse respeito:

(20)

Se a escola do seu filho fica aquém desses princípios e se não é possível mudar seu filho de escola, mude a escola! Deu certo onde foi tentado seriamente. Reclame, faça barulho, organize os outros pais. **MAS** não se esqueça de ajudar, não é só reclamar. Os professores precisam da apreciação e do apoio dos pais, tanto ou mais do que de cobrança.

(Artigo n.º 03, Quadro 06, p. 84)

Em “Reclame, faça barulho, organize os outros pais. **MAS** não se esqueça de ajudar, não é só reclamar.”, tem-se a exata descrição de *A mas B*, em que a *conclusão R* de *A* seria a de que os pais estão em um grupo adverso da escola e dos professores, pois a linha argumentativa direciona para a reclamação contra a escola. No entanto, *B* sugere uma *conclusão ~R* que é a de que os pais devem se unir aos professores e prestar assistência. O implícito, termo usado por Olívia et al. (1979), que equivale à *conclusão R*, de Ducrot (1981, 1987), é característico do operador **MAS** e jamais ocorre da mesma maneira em **EMBORA**. A natureza do implícito, ou melhor, da conclusão, que há nos empregos de **EMBORA** se diferencia bastante porque, conforme Guimarães⁴⁵, a escolha desse operador já anuncia previamente e sem suspense que o argumento introduzido por **EMBORA** vai ser invalidado, cancelado. Quando se está diante de um enunciado composto por **EMBORA**, isso significa, ao contrário de **MAS**, que se antecipou a conclusão que prevalece sobre outra. Essa prevalência não é necessariamente do âmbito da ênfase, mas do que é o sentido validado ou da direção argumentativa. Em usos do **MAS**, o implícito ou a *conclusão R* são implicados por *A*, em usos com **EMBORA**, a conclusão partida do enunciado encabeçado por esse operador já vem, desde seu nascimento, anulada. O artigo “A faculdade do interior” (Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84) expõe uma ocorrência que ajuda a entender esse fato:

(21)

Na área médica ou em outras em que há questões de segurança envolvidas, que se exijam mínimos invioláveis. Mas, afora esses casos, será que os estudantes e a sociedade ganham ao se deixar operar uma escola que obtém nível E? Landeira-Fernandez (PUC/Unesa) e R. Primi (Universidade São Francisco) trazem a resposta. Tomam cinco faculdades de psicologia, de A a E. Em cada uma, aplicam o Provão aos calouros. **EMBORA** o teste seja para formandos, cultura e o uso do raciocínio lógico permitem que um calouro acerte várias perguntas. Os da faculdade A obtêm os escores mais altos, seguidos pelos da B, ficando por último os da faculdade E. Ou seja, a melhor instituição recebe os melhores alunos e produz os melhores diplomados.

(Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84)

⁴⁵ Note-se que Guimarães (1987, pp. 120-121) trata de exemplos em que **EMBORA** vem no primeiro enunciado e não na ordem canônica na qual o enunciado com **EMBORA** ocorre em segundo lugar.

Nesse artigo, o papel de cursos superiores que obtiveram maus resultados na avaliação do governo é apresentado sob uma ótica diferente sem recriminação fatal à nota baixa e com reconhecimento ao avanço que o aluno alcança desde o nível em que entrou até o nível que obteve ao sair da faculdade. Mesmo que esse nível alcançado não seja vultoso, deve-se considerar o progresso do aluno proporcionado pela instituição de ensino. O autor afirma, ainda, que o bom resultado de faculdades “nota máxima” se deve ao alto nível do aluno ao entrar na instituição graças a uma prévia educação de qualidade, ou seja, o mérito da instituição que auferiu bom resultado é mínimo na avaliação global, ao passo que a instituição que recebe alunos debilitados proporciona uma contribuição ao avanço na educação de qualidade inferior que tais alunos tiveram.

No trecho delimitado para análise, a ocorrência de EMBORA é prototípica do fato apontado anteriormente de que a conclusão (ou implícito) gerada pela ideia encabeçada por EMBORA já nasce interdita. O recorte “**EMBORA** o teste seja para formandos, cultura e o uso do raciocínio lógico permitem que um calouro acerte várias perguntas.” pode ser analisado, considerando os aspectos discursivos implicados, como gerador de uma conclusão próxima de “sendo o teste para formandos, os calouros não irão acertar várias perguntas”. Essa conclusão, entretanto, é, desde o início, invalidada pela atuação da força argumentativa de EMBORA, que comunica previamente que tal conclusão não vai se manter. Isso distingue a quebra de expectativa entre ocorrências com MAS e EMBORA, visto que EMBORA prenuncia que não acontecerá o esperado, ao passo que enunciados compostos por MAS geram uma conclusão que só posteriormente será anulada (na segunda parte de um segmento). É o que se pode constatar em outro trecho ainda desse mesmo artigo “A faculdade do interior”, a seguir:

(22)

Mas podemos subtrair as médias do Provão oficial de cada faculdade da média do Provão aplicado aos calouros. Essa diferença nos dá os ganhos obtidos no decorrer do curso, o chamado valor adicionado. O da faculdade A é maior que o da B, e assim por diante. No entanto, mesmo os alunos da faculdade E têm um ganho de pontuação apenas ligeiramente menor. Ficam bem abaixo dos da faculdade A no final do curso, pois partem de uma base mais baixa. **MAS**, por estudarem quatro anos, crescem em pontuação quase o mesmo que os da faculdade A.

(Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84)

Considerando para esta análise o MAS interfrástico destacado na segunda ocorrência, nota-se que a *conclusão R*, conforme Ducrot (1981), partida de *A* (*A mas B*), é a de que alunos da faculdade E (de nível inferior) tenham uma evolução bem inferior à de alunos da faculdade A (vários níveis acima). Na orientação argumentativa estabelecida por MAS, é posteriormente

que essa conclusão é anulada e se apresenta a ideia “**MAS**, por estudarem quatro anos, crescem em pontuação quase o mesmo que os da faculdade A.”, distinguindo esse funcionamento daquele que acontece em enunciados com EMBORA, nos quais se prenuncia a quebra de expectativa, o que permite afirmar que EMBORA atua como introdutor de um tendente cancelado, pois ele sempre introduz um fato que tende para um fim, que por sua vez nunca se concretiza, o que não acontece com empregos de MAS, que não introduz a tendência. MAS não pode introduzir uma tendência, pois, segundo a teoria de Ducrot (1981), essa tendência (*conclusão R*) nasce do segmento não introduzido por MAS.

Esse mesmo comportamento de EMBORA foi notado em estruturas presentes nos contos analisados. Em “A queda da casa de Usher” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), por exemplo, há uma ocorrência de EMBORA com o mesmo funcionamento constatado no artigo “A faculdade do interior” (Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84), em que a conclusão gerada pela ideia que se encabeça por EMBORA já nasce inválida. Reapresenta-se o trecho do conto em questão:

(23)

EMBORA, quando meninos, tenhamos sido companheiros até que íntimos, ainda assim eu pouco conhecia o meu amigo. Sua reserva sempre havia sido excessiva e habitual. Eu sabia, no entanto, que aquela antiquíssima família havia sido conhecida, em tempos imemoriais, por uma susceptibilidade de temperamento peculiar que se exprimira, ao longo de muitas eras, em inúmeras obras de arte exaltadas e que se manifestara, mais recentemente, em constantes atos de caridade pródiga, porém discreta, como também em uma devoção apaixonada pela ciência musical, talvez ainda mais por suas complexidades do que por suas belezas ortodoxas e facilmente reconhecíveis.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

Como se verifica nesse trecho, desde o início dos procedimentos linguísticos de que o leitor lança mão para compreendê-lo, já se efetiva a orientação argumentativa de que a conclusão gerada pelo enunciado que se inicia pelo operador será anulada. Nesse trecho do conto “A queda da casa de Usher”, a atuação de EMBORA faz com que se leia que “tenhamos sido companheiros até que íntimos” não tem força suficiente para fazer com que houvesse um conhecimento satisfatório do amigo, e a anulação da ideia de que poderia haver um conhecimento satisfatório do amigo se confirma logo que se lê a ideia subsequente “ainda assim eu pouco conhecia o meu amigo”. Nesse ponto, constata-se que há identidades entre os empregos desse operador em textos ficcionais e não ficcionais, ou seja, tanto nos contos quanto nos artigos, os empregos de MAS e EMBORA apresentam a distinção relacionada ao implícito (*conclusão R*), cujo cancelamento é prenunciado por EMBORA e que não se prenuncia por MAS.

O valor fundamental, tanto de MAS quanto de EMBORA, é de oposição, como se tem reiterado, e a quebra de expectativa é um dos tipos de oposição comum a ambos os operadores (NEVES, 2000). Não é de forma idêntica, como dito anteriormente, que a quebra de expectativa funciona em estruturas com MAS comparadas a estruturas com EMBORA, fato que sofre influência de fatores como a ordem dos elementos que compõem o enunciado, conforme discutido no Capítulo 1, Fundamentação teórica e em considerações neste Capítulo 3. Essa atuação de diversificados fatores e diferentes mecanismos linguísticos deve ser considerada na análise do funcionamento de MAS e EMBORA, pois na arquitetura textual, a interação dos elementos age na função, (re)configuração e (re)significação de muitos operadores.

A associação, por exemplo, de MAS a operadores específicos pode alterar seu funcionamento. Isso se verificou logo no início da análise do *corpus*, quando foi identificado o emprego de MAS tradicionalmente e largamente conhecido como parte de uma locução conjuntiva de valor aditivo, geralmente associada à palavra “também” (mas também) e quase sempre precedida de expressões de cunho adverbial como “não só” ou “não apenas” (não só...mas também) (ALMEIDA, 1998, p. 350). Logicamente, desde o início da análise, a opção seria descartar essa expressão dos exames da pesquisa, que se concentra na contrajunção. No entanto, é preciso considerar que “mas também”, tradicionalmente classificada como locução conjuntiva aditiva, encerra muitas vezes uma oposição, portanto a presença de MAS aí não é fortuita: “O livros não só instruem, mas também divertem.” (CEGALLA, 2007, p. 289), em que há diversidade, ou melhor, adversidade entre instruir, coisa séria, e divertir, que se identifica com o que é distenso, embora Cegalla (2007, p. 289) a classifique como locução conjuntiva de valor aditivo.

O *corpus* constituído de artigos de opinião oferece uma ocorrência bastante prototípica desse caso considerado aditivo, que, porém, efetivamente encerra uma oposição. No artigo “Nelson Freire ou Mozart?”, (Artigo n.º 28, Quadro 06, p. 84), o articulista compara a formação de professores à de pianistas, afirmando que o pianista tem formação diante de bons intérpretes, ao passo que o professor se forma na sala de aula, sem tutor, por própria conta. O pianista segue uma partitura e é louvado por isso, mas o professor não deve seguir o “autoritarismo” de um livro didático. O pianista é formado e avaliado ininterruptamente por uma vida, mas o desempenho do professor é desconhecido e refuta a possibilidade de dar aula ao inspetor, como na Europa. Os pianistas seduzem; os professores têm diplomas, mas não são sedutores. O texto sugere que, para que o professor seja inspirado e inspire os alunos, é bom que a sua formação seja análoga à de um pianista. O trecho, desse texto, em que ocorre

MAS como elemento prototípico da tradicional adição está a seguir, logo na introdução desses posicionamentos ideológicos apontados:

(24)

Nelson Freire acaba de tocar uma sonata de Mozart. Aplausos de pé, efusivos. E ninguém menospreza seu talento, pelo fato de que não só tocou rigorosamente todas as notas de uma partitura comprada na loja, **MAS** seguiu o andamento anotado por Mozart. O público festeja o momento mágico criado pela sua interpretação.

(Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84)

É de se notar que MAS, nesse trecho, enquadra-se no formato da tradicional classificação aditiva: é precedida pela expressão “não só” e apresenta valor de acrescentamento entre “tocou rigorosamente” e “seguiu o andamento anotado por Mozart”, que se somam. Considere-se que acompanha essa ideia de adição uma oposição entre um implícito, “basta tocar rigorosamente todas as notas da pauta”, e uma ideia que se opõe a ele indo além da expectativa inicial, “mas também seguiu as marcações de Mozart”, o que esclarece que o valor adversativo de NÃO SÓ... MAS TAMBÉM, e variações, consiste em se opor a que se aceite apenas a ideia inicial. Nesse trecho (24), abstraído do texto “Nelson Freire ou Mozart”, se reconhece ainda uma oposição bastante profunda no nível da textualidade: a oposição Músico X Professor, pois a “interpretação” (da partitura e do material didático) é diferente em um caso e no outro. O operador MAS, nesse trecho, é uma das marcações textuais dos aspectos discursivos que opõem, em vários aspectos, ambas as posições enunciativas, ainda que haja o propósito de conciliar tais posições.

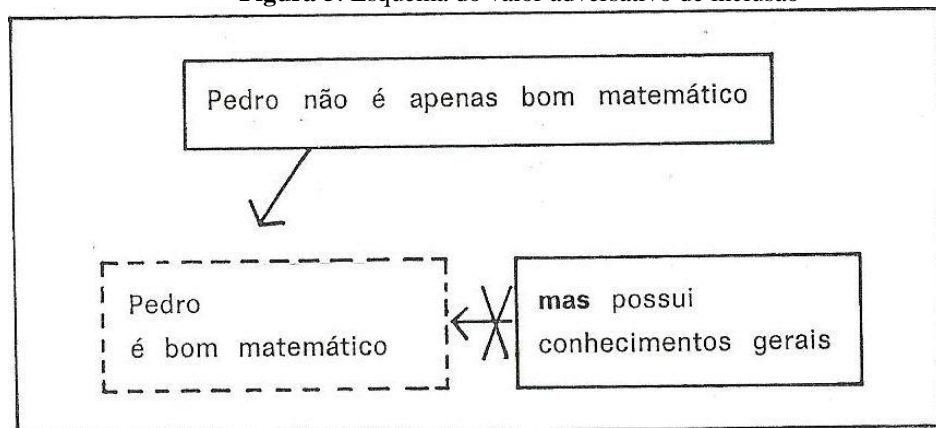
Nesse mesmo sentido, Olívia et al. (1979) descreve o “Valor adversativo de inclusão” como:

- a) três conjuntos de significados;
- b) dos quais dois explícitos e um implícito, todos incluídos no enunciado;
- c) o jogo adversativo está entre um dos elementos explícitos contra o implícito, rejeitando a possibilidade deste ser aceito (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-50).

Observe-se que o nome dado a esse valor traz a palavra “inclusão”, que confirma a existência de um valor aditivo. A oposição também existe, e cabe a fatores como a intencionalidade identificar se há predominância de um valor sobre o outro, já que ambos ocorrem (adversidade > adição) ou (adição > adversidade). No item b, acima, a presença de um implícito está de acordo com a análise de Ducrot que propôs “descrever *A mas B* como ‘*A*, você tende a tirar de *A* uma certa conclusão *r*; você não deve fazê-lo, pois *B*, tão verdadeiro quanto *A*, sugere uma conclusão não-*r*’ (DUCROT, 1981, p. 179). O “implícito” apontado por Olívia et al. (1979) e a “conclusão *r*” indicada por Ducrot (1981) estão alinhados

na percepção do emprego de MAS. O esquema a seguir, retirado de Olívia et al. (1979), ilustra o fato de que a oposição também acontece na estrutura tradicionalmente classificada como aditiva:

Figura 5: Esquema do valor adversativo de inclusão



Fonte: Olívia et al. (1979, pp. 49-50).

Na análise desse esquema, entende-se “Pedro é bom matemático” como *conclusão* *r* de A (“Pedro não é apenas bom matemático”), e em seguida, e opostamente, B (“mas possui conhecimentos gerais”) diz que não se trata apenas disso, mas de algo maior. O item C da descrição do “Valor adversativo de inclusão”, que diz que se rejeita a possibilidade de aceitação do implícito, pode ser entendido quando se analisa o fato de que o implícito não pode ser aceito, ou melhor, ele, apenas, sozinho, não pode ser aceito, mas também uma outra ideia, acrescido de outro pensamento. Esse uso de MAS marca uma postura discursiva de se opor a um ponto de vista restrito, e propõe que se inclua outro pensamento, opondo-se a que se considere apenas uma ideia.

Em relação a esse valor, o trecho seguinte, retirado do texto “Sucesso tem fórmula”, (Artigo n.º 35, Quadro 06, p. 84), exemplifica a oposição expressa por MAS TAMBÉM:

(25)

Assim como temos a Olimpíada para comparar os atletas de diferentes países, existe a Olimpíada do Conhecimento (World Skills International). É iniciativa das nações altamente industrializadas, que permite cotejar diversos sistemas de formação profissional. Compete-se nos ofícios centenários, como tornearia e marcenaria, **MAS TAMBÉM** em desenho de websites ou robótica.

(Artigo n.º 35, Quadro 06, p. 84)

O texto de que foi retirada a ocorrência, “Sucesso tem fórmula”, serve para comentar o bom desempenho do Brasil em avaliações internacionais da formação profissional. Para o autor, a fórmula do sucesso se baseia em quatro aspectos que encerram a valorização do

conhecimento, a seleção, o aperfeiçoamento e a persistência. No início da discussão presente no texto, o autor faz menção a nações que alcançaram concreto e duradouro êxito investindo em seus operários. Com essa menção, o propósito é argumentar acerca dos incentivos que se devem destinar à formação profissional no Brasil. Em (25), fica clara a oposição a que se aceite somente que se compita em ofícios centenários, e se acrescenta que se compita “também em desenho de websites ou robótica”, isto é, ofícios mais modernos, estabelecendo uma orientação argumentativa que se opõe a que se tome como válido apenas o primeiro enunciado, e propõe, então, que sejam aceitos ambos os pensamentos.

Os empregos de MAS, em casos como esses, não foram obviamente descartados, já que estão alinhados com os elementos do objeto desta pesquisa. No artigo “A mágica da educação” (Artigo n.º 36, Quadro 06, p. 84) foi verificada ocorrência com esse mesmo valor, totalizando três ocorrências nos artigos. O trecho está a seguir:

(26)

Mas os números contam mais histórias. Quem estudou pouco ou nada não só começa com um salário medíocre, **MAS** permanece a vida toda no mesmo nível. Já para os que têm mais Educação, no curso da sua vida profissional, o salário pode duplicar ou triplicar. Esses aumentos são espantosamente maiores do que o benefício de entrar mais educado no mercado de trabalho — no caso, comparado com quem tem menos Escolaridade.

(Artigo n.º 36, Quadro 06, p. 84)

Por este trecho se percebe o valor de inclusão de MAS (Valor adversativo de inclusão (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-50)), já que ideias se acrescentam, mas se nota também a adversidade descrita por Olívia et al. (1979) de opor-se a aceitar apenas o primeiro enunciado.

Nos contos foi verificada tão somente uma ocorrência que se aproximasse do emprego da expressão MAS TAMBÉM. O trecho foi retirado do conto “O gato preto” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), cujo conteúdo será comentado mais à frente, e apresenta duas ocorrências de MAS das quais se considera a destacada a seguir:

(27)

Nossa amizade durou, dessa forma, vários anos, durante os quais meu temperamento e caráter geral por meio do Demônio da Intemperança (enrubescer ao confessar isso) sofreram uma radical mudança para pior. Fui-me tomando, dia após dia, mais taciturno, mais irritável, mais indiferente aos sentimentos dos outros. Fui levado a usar um linguajar imoderado com minha esposa. Por fim, cheguei a impingir-lhe violência física. Meus animais de estimação, evidentemente, foram obrigados a sentir a mudança no meu temperamento. Eu não apenas os negligenciava, **MAS** os tratava mal. Por Plutão, entretanto, eu ainda conservava suficiente consideração para me abster de maltratá-lo, mas não tinha qualquer escrúpulo de maltratar os coelhos,

o macaco ou até o cão, quando, por acidente ou afeição, eles atravessavam o meu caminho.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

Nesse trecho (27), o emprego de MAS tem característica apresentada por Almeida (1998) que é a de ser precedido por expressões adverbiais como em “não só...mas também” (ALMEIDA, 1998, p. 350), fato semelhante ao exposto por Olívia et al. (1979) de o enunciado que se inicia por MAS ser antecedido por expressões como “não apenas”, conforme o exemplo: “Pedro não é apenas bom matemático, mas possui conhecimentos gerais” (OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-50). No trecho (27) do conto “O gato preto”, o recorte “Eu não apenas os negligenciava, **MAS** os tratava mal.” expressa a oposição a que se aceite apenas o primeiro enunciado, mas que sejam aceitos ambos.

Ainda que a quantidade de ocorrências desse tipo de valor do MAS tenha sido menor nos contos se comparada às ocorrências no artigo (03 ocorrências nos artigos e 01 ocorrência nos contos) não parece sensato afirmar que há distinção de comportamentos e de valores entre os gêneros, visto que o trecho do conto mostra funcionamento similar de MAS realizado nos artigos de opinião.

Foi dito que a flexibilidade de colocação a que alguns operadores se prestam, como PORÉM (FABRI, 2001, pp. 42-45; BOTARO, 2010, pp.19-20), não é característica de MAS, que “não possui a mesma mobilidade de posição dentro da frase como as outras conjunções, pois ele é empregado sempre no início da oração adversativa” (FABRI, 2001, p. 74). O *corpus* mostrou, no entanto, que, em trecho retirado do artigo “A educação invisível”, (Artigo n.º 24, Quadro 06, p. 84), há duas ocorrências de MAS, das quais a segunda (em negrito) chama a atenção por não ter emprego prototípico de ligar orações. Sua função interparagrafal se destaca por sua carga semântica, exatamente por não se identificar com a convencional função de ligar orações de uma mesma sentença ou sentenças linguísticas em um mesmo parágrafo. Observe-se o trecho de que se trata:

(28)

O Brasil gasta cerca de 5% do PIB com educação (pela definição da OECD), um pouquinho acima da média mundial. Mas falta uma peça no quebra-cabeça. Segundo o banco Credit Suisse, na verdade, quando incluímos os gastos privados, o total chega a 9% do PIB (90 bilhões de reais).

MAS cadê os outros 4%? Fora da escola acadêmica, não existem estatísticas confiáveis, é um mosaico de informações desencontradas sobre o que acontece nas empresas e por todos os lados. E quem sabe o gasto não será ainda mais que 9%?

(Artigo n.º 24, Quadro 06, p. 84)

Nesse texto, seu produtor comenta as estatísticas relativas ao destino de dinheiro direcionado à formação dos brasileiros, que provavelmente estarão expostas, segundo ele, de forma obumbrada, visto que a quantidade de verbas direcionadas parece ser bem maior que o divulgado. O texto arrola diversos outros meios de formação, como pré-vestibulares e pré-concursos, consultorias e telecurços, que não são somados aos gastos globais com educação. Na visão do autor, melhor seria investir na qualidade da educação acadêmica a fim de que essas emendas emergentes não fossem necessárias.

O exame do trecho dado faz verificar que o valor de MAS interparagrafal é condizente, como dito no Capítulo 1 (Fundamentação teórica), com o “Valor adversativo de desencontro ou de decepção” (OLÍVIA et al., 1979, p. 64) e se relaciona também ao que foi discutido por Botaro (2010) quando essa autora trata do “Funcionamento interacional de *mas*” (BOTARO, 2010, pp. 35-36, grifo da autora).

Quanto a esse emprego de MAS, foi comentado na Fundamentação teórica que há pontos coincidentes entre a descrição promovida por Olívia et al. (1979) e Botaro (2010), no entanto há uma divergência grave nessas teorizações, já que, no item C, Olívia et al. (1979, p. 64) comentam algo similar a uma de quebra de expectativa ou “contrário à expectativa” (NEVES, 2000, pp. 864-865). Botaro (2010), entretanto, afirma que “o juntor adversativo multifuncional é usado em contextos mais interacionais, no qual o item não estabelece relação de contraste” (BOTARO, 2010, pp. 35). Esta autora verificou que é comum haver o uso desse marcador discursivo em contextos que apresentam uma pergunta retórica, pois isso indicia as marcas mais interativas desse uso, exatamente o que aconteceu no trecho (28) do artigo. Ela acrescenta que “Nesses casos, a relação semântica da construção adversativa é opaca, ou seja, o sentido contrastivo não é percebido, portanto não há quebra de expectativa” (BOTARO, 2010, p. 35).

A distinção entre as teorizações de Olívia et al. (1979) e Botaro (2010) se deve também à diferente composição do *corpus* que as pesquisadoras analisam. A abordagem da pesquisa de Botaro (2010) feita sobre cartas do século XIX e XX traz um exemplo do MAS, classificado pela autora como marcador discursivo, no texto escrito (BOTARO, 2010, p. 35) sem valor opositivo ao que o antecede. Nos exemplos dados por Olívia et al. (1979), ao explicarem o “Valor adversativo de desencontro ou de decepção”, nota-se a qualidade coloquial que têm os enunciados (como “Mas onde está o pessoal?”, (OLÍVIA, 1979, p. 64)), os quais parecem se adequar a momentos de interlocução oral. O artigo de opinião de Claudio

de Moura Castro⁴⁶, do qual se extraiu o trecho (28), ainda que seja texto escrito, lança mão do recurso de simular a oralidade para estabelecer um contato mais estreito com o leitor. Esse fato está ligado ao que foi dito acerca dos contextos de uso de MAS e EMBORA quando se afirmou que os contextos em que EMBORA ocorre têm regularidades linguísticas que não são recorrentes no registro oral (como o emprego do modo subjuntivo), então MAS é mais comum do que EMBORA em estruturas típicas da oralidade, isto é, estruturas que simulam a oralidade ou estruturas que buscam a objetividade e concisão típicas dela.

Parece mais evidente que o MAS presente no trecho (28) do artigo se alinhe mais à descrição promovida por Olívia et al. (1979) em que fatores discursivos impliquem uma oposição entre o que se disse e o que se esperava encontrar, e que mantém pontos comuns, conforme dito poucas linhas atrás, com a descrição de Botaro (2010), já que ambas as pesquisadoras assinalam o fato de MAS ocorrer em perguntas, o que confere a ele um valor interativo. Com a pergunta “**MAS** cadê os outros 4%?”, no trecho (28), se instaura no texto a oposição entre o que se diz sobre os gastos do PIB brasileiro com a educação e o que dizem os resultados finais dos cálculos.

Essa relação de oposição de MAS, conforme dito, foi negada por Botaro (2010) que afirmou que o MAS, com essas características de marcador discursivo, ocorre “sem estabelecer relação de contraste com o que foi dito antes” (BOTARO, 2010, p. 35). No entanto tal valor contrastivo foi verificado em algumas ocorrências do *corpus* desta pesquisa como em “O ensino melhorou ou travou?” (Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84, 1.º§) ou “A faculdade do interior” (Artigo n.º 21, Quadro 06, p. 84, 5.º§) ou ainda de “Piolho não é educação” (Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84, 5.º§), e, para que não seja exaustivo citar e analisar todas essas ocorrências neste momento, será exposto apenas o trecho de ocorrência do último artigo mencionado, atentando-se também para as características apontadas por Botaro (2010) e Olívia et al. (1979) acerca do MAS.

Foram consideradas as características de distanciamento dos enunciados anteriores, isto é, a presença do operador iniciando uma frase distinta da frase anterior (em geral, o MAS

⁴⁶Destaque-se, nesse mesmo artigo, “A educação invisível”, o emprego de “só que”, expressão contrajuntiva desabonada pela norma padrão e pouco presente nas discussões linguísticas acerca dos operadores argumentativos. Seu valor é próximo ao de MAS e requer um estudo específico para chegar a conclusões mais precisas acerca de sua amplitude de valores. O trecho dessa ocorrência é o que segue: “Pelo censo, há 60 milhões de brasileiros estudando no sistema formal. Mas o que foi citado acima soma muitos milhões a esse número. A formação continuada, pregada pela Unesco, realmente existe, **SÓ QUE** meio clandestina.” (“A educação invisível” (<http://veja.abril.com.br>, 19 de junho de 2002) (Quadro 02, n.º 24, p. 84)). Para um estudo mais detalhado acerca do funcionamento de SÓ QUE, recomenda-se a leitura da dissertação de BOTARO (2010).

interparagrafal), e também ocorrência em perguntas retóricas que sinalizam uma interlocução, além de ser considerada necessariamente a oposição implicada por MAS quanto à frustração do que se esperava encontrar (OLÍVIA et al., 1979, p. 64). A seguir, o trecho do artigo “Piolho não é educação” (Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84):

(29)

Mas educação, como outras áreas semelhantes, não produz por si própria boas notícias. Inventemos as seguintes manchetes: “Alunos estão freqüentando as escolas regularmente e aprendendo sua lição”, “Não houve greve de professores”, “Tribunal de Contas aprova gastos da educação”. Nenhuma delas seria publicada. Embora a boa educação seja feita pelo somatório dessas pequenas coisas boas, a manchete é o piolho, é o desvio de verbas, é a reprovação, é a escola que desaba. Ora, essa avalanche de más notícias cria uma visão negativa e pessimista de tudo. Anúncios de novos programas ou intenções de reforma são também manchetes convencionais. Ocupam espaço mas não convencem. Ficamos entre a falta de notícia e a notícia ruim.

MAS, afinal, o que é a boa notícia em educação?

Como as boas notícias são o resultado da miríade de pequenas coisas certas que se acumulam ao longo do tempo, elas têm de ser colhidas em algum momento em que se dá um balanço, no qual o somatório dos pequenos atos rotineiros e invisíveis se metamorfoseia em evento.

(Artigo n.º 02, Quadro 06, p. 84)

O operador MAS em destaque nesse trecho tem as características de compor uma pergunta retórica, evidenciando uma interlocução e constituindo um uso mais interativo. Além disso, o emprego interparagrafal foge ao arquétipo convencional do MAS de unir enunciados opostos em uma mesma frase. De todo modo, a oposição ainda se realiza, conforme Olívia et al. (1979), pois, no trecho (29), o operador MAS em destaque marca a oposição entre a ideia do que geralmente pode ser concebido como boa notícia no âmbito educacional e aquilo que, de fato, seria uma boa notícia.

Nos contos, não se verificou uma normalidade de ocorrências desse tipo. A raridade das ocorrências foi associada à raridade da interlocução entre os personagens dos contos e à ausência, praticamente, de interação do eu narrador com o leitor. Esse dado foi significativo para a pesquisa, no entanto é preciso considerar que isso pode ter sido influenciado pelo estilo do autor, um fato que não é possível elidir completamente em pesquisas que lidam com um *corpus* como este. Ainda com essa dificuldade, destaca-se um trecho do conto “O gato preto” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), em que MAS ocorre com algumas das características citadas acima:

(30)

“Senhores”, disse eu finalmente, enquanto o grupo subia os degraus, “fico feliz em ter acalmado suas suspeitas. Desejo saúde a todos e um pouco mais de cortesia. A propósito, esta é uma casa muito bem construída” (no desejo louco de dizer alguma coisa com desenvoltura, mal sabia o que estava falando), “eu diria até uma casa

excelentemente bem construída, Estas paredes – os senhores já vão? –, estas paredes são sólidas”; e nesse momento, graças ao puro frenesi da bravata, bati pesadamente com uma bengala que carregava na mão exatamente no ponto da alvenaria atrás do qual estava o cadáver de minha adorada esposa.

MAS Deus me livre e me proteja das garras do Demônio! Assim que a reverberação dos meus golpes caiu no silêncio, recebi como resposta uma voz que provinha da tainha! Um grito, a princípio abafado e interrompido, como o soluçar de uma criança, e depois rapidamente crescendo em um longo, alto e contínuo berro, totalmente anômalo e inumano – um uivo – um guincho lamentoso, meio de horror, meio de triunfo, que só poderia ter vindo do inferno, das gargantas dos desgraçados em agonia e dos demônios que exultam na desgraça.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83, itálico conforme o original)

Nesse trecho, o emprego de MAS está ancorado no contexto da enunciação e relacionado mais ao momento dessa enunciação que ao enunciado propriamente dito. E o que foi teorizado por Botaro (2010) parece valer para esta ocorrência no trecho (30) do conto “O gato preto”, pois o MAS aparenta funcionar “sem estabelecer relação de contraste com o que foi dito antes” (BOTARO, 2010, p. 35).

Nas análises dos artigos, as conclusões a que se pôde chegar, remetem à superioridade numérica do emprego de MAS sobre o emprego de EMBORA (182 usos de MAS e 17 usos de EMBORA), fato já esperado que gerou, entretanto, reflexões novas. O gênero artigo de opinião, no *corpus* analisado, apresentou uma forte tendência para a influência direta na seleção dos operadores argumentativos da contrajunção considerados o emprego de MAS e EMBORA. O operador MAS teve sua maior seleção justificada por vários fatores como a sua plasticidade semântica, isto é, sua propriedade de expressar inúmeros valores nos enunciados (cf. OLÍVIA et al., 1979, pp. 49-60), o que não acontece com EMBORA. Além disso, MAS tem a propriedade de enfatizar a ideia que ele encabeça, direcionando rigorosamente a argumentação. Um fator de destaque para a seleção superior de MAS, em detrimento das ocorrências de EMBORA nos artigos de opinião analisados, é que a objetividade cotextual implicada pelos enunciados com MAS é condizente com o caráter não literário desse gênero.

Nos contos que compõem o *corpus*, também se verificou a preponderância de MAS sobre EMBORA (114 usos de MAS e 36 usos de EMBORA), no entanto, a quantidade de empregos de EMBORA foi muito mais significativa nos contos do que nos artigos, já que houve menos da metade de empregos de EMBORA nos artigos de opinião (17 usos de EMBORA) se isso for comparado ao emprego desse mesmo operador nos contos fantásticos. O caráter literário e artístico dos contos fantásticos, sua típica preocupação com a forma e comum despreocupação com a objetividade podem ser apontadas como explicação para a

maior ocorrência de EMBORA, o que fica mais claro ao longo das análises seguintes de trechos retirados dos contos fantásticos que compõem o *corpus*.

O conto “A queda da casa de Usher”, já comentado, é avocado novamente porque um trecho extraído dele é representativo pela abundante quantidade de ocorrências de EMBORA em um mesmo excerto, e também porque esses empregos têm uma finalidade bastante específica:

(31)

Notando essas coisas, cavalguei por um curto caminho até a casa. Um criado a postos tomou meu cavalo, e eu entrei na arcada gótica do vestíbulo. Um mordomo de passos furtivos então me conduziu, em silêncio, por muitos corredores escuros e intrincados a caminho do *studio* de seu amo. Muito do que encontrei pelo caminho contribuiu, não sei como, para acentuar as vagas sensações que já mencionei. **EMBORA** os objetos ao meu redor – **EMBORA** os entalhes do teto, as tapeçarias sombrias das paredes, o negrume de ébano dos pisos e os fantasmagóricos troféus heráldicos que retiniam à minha passagem fossem apenas coisas às quais, ou semelhantes às quais, eu estivesse acostumado desde a mais tenra infância – **EMBORA** eu não hesitasse em reconhecer como tudo isso me era familiar – ainda assim eu me admirava de perceber como não eram familiares as fantasias que imagens comuns estavam fazendo irromper. Em uma das escadas, encontrei o médico da família. Sua fisionomia, pensei, revestia-se de uma expressão mista de baixa simulação e perplexidade. Ele me abordou com apreensão e passou adiante. O mordomo então abriu uma porta e conduziu-me à presença de seu amo.

(Conto 01, Quadro 05, p. 83)

Como se conclui do trecho, identifica-se a dominância do tipo narrativo (com personagens, progressão linear das ações, verbos no passado) e a presença de segmentos descritivos (com aspectualizações sem ordem temporal obrigatória (BRONCKART, 2012, p. 222)). Em meio a essas narrações e descrições, as três ocorrências de EMBORA operam em favor da defesa de uma escolha de pensamento (justificar as fantasias que afligiam o narrador), de uma verdade pessoal que pretende ser expandida para uma verdade no outro, ou seja, trata-se de uma argumentação. Se para Adam (1992) a sequência argumentativa se fundamenta nos dados, no escoramento de inferências e na conclusão, não é possível se contrapor ao fato de que há no trecho, em análise, um direcionamento para um ponto de vista. Para Adam (1992), na sequência argumentativa, entre os escoramentos de inferência (um lugar de argumentos já dito) e a conclusão, haverá uma partícula restritiva ou conclusiva que conduzirá à opinião daquele que enuncia. Fazem parte dessa partícula restritiva ou conclusiva os enunciados compostos por EMBORA, que, a partir da força argumentativa desse operador, ajudam a solidificar a tese defendida de que as aflições e medos gerados pelas fantasias eram plenamente justificáveis. O que se revela contributivo aos estudos linguísticos é que, mesmo

insertos em segmentos, em que há a dominância do tipo narrativo ou descritivo (ou outros), os operadores argumentativos mantêm seu funcionamento que orienta para a ordem do dissertar, “onde se instaura o ser pensante, que raciocina” (TRAVAGLIA, 1991, p. 187).

Nos contos, o operador MAS teve diversos registros em segmentos descritivos. Esses segmentos, comenta Bronckart (2012, p. 235) com base nos trabalhos de Adam (1990, 1992), cumprem o papel do agente-produtor de *fazer ver e guiar o olhar do destinatário*. A recorrência de MAS nas aspectualizações dos contos fez surgir uma observação que se relaciona, de algum modo, ao que Travaglia (1991) afirma sobre o que Weinrich (1968) comentou acerca de reunir em um mesmo tipo descrição e dissertação. Travaglia (1991) diferencia o fazer conhecer sensorial, que é da descrição, do fazer conhecer conceitual, que é da dissertação e deixa claro que esses tipos não se reúnem em um só. Isso remete às ocorrências do mesmo operador, no entanto, dessa vez, nos artigos. Assim como nos contos, MAS ocorreu em tipos diversos, não apenas dissertativo, entretanto seu uso tinha sempre um objetivo argumentativo em harmonia com propósitos globais do texto, como se vê no trecho seguinte do artigo “Sucesso tem fórmula” (Artigo n.º 35, Quadro 06, p. 84):

(32)

Em 1982, um país novato nesses misteres se atreveu a participar dessa Olimpíada: o Brasil, por meio do Senai. E lá viu o seu lugar, pois não ganhou uma só medalha. **MAS** em 1985 conseguiu chegar ao 13.º lugar. Em 2001 saltou para o sexto. Aliás, é o único país do Terceiro Mundo a participar, entra ano e sai ano.

(Artigo n.º 35, Quadro 06, p. 84)

Nesse trecho, entre outras ocorrências em artigos diferentes no *corpus*, o operador MAS se insere em um segmento do tipo narrativo com o país como personagem, marcadores temporais, uma sucessão de fatos e uma resolução, ao menos parcial, das ações. A adversidade estabelecida por MAS nesse trecho é, entretanto, índice da argumentação maior do texto, que se serve a comentar os bons resultados do Brasil em avaliações internacionais de desempenho da formação profissional. Para o autor, a fórmula do sucesso se baseia em quatro aspectos que encerram a valorização do conhecimento, a seleção, o aperfeiçoamento e a persistência. Na discussão que ele estabelece, fica claro o propósito argumentativo dominante do texto, e o segmento narrativo atua como mecanismo suplementar. O operador MAS se vincula a esse propósito argumentativo dominante.

Os operadores argumentativos se mostraram, na análise do *corpus*, como elementos linguísticos decisivos na combinação de tipos textuais distintos, como se demonstra nas análises logo adiante. Mais que isso, verificou-se que há uma forte tendência para que, quando

operadores argumentativos (MAS ou EMBORA) ocorrerem em um dado tipo textual, ele terá marcas do tipo argumentativo. Esse fato está associado ao que se discutiu no Capítulo 1 (Fundamentação teórica) acerca do que Bronckart (2012) afirmou sobre a possibilidade de ocorrerem juntas sequências diferentes. Foi dito que esse autor comentou as sequências de Adam e a “heterogeneidade composicional” delas (BRONCKART, 2012, p. 219), isto é, o caráter que elas têm de se combinarem, se mesclarem e de se associarem. Também foram relacionados os trabalhos de Travaglia (2007b), que discute as maneiras como os tipos se relacionam dentro de um gênero, e foi citado o termo “heterogeneidade tipológica” empregado por Marcuschi (2008) para se referir à diversidade tipológica em um mesmo gênero textual.

O trecho a seguir foi retirado do mesmo conto do qual se extraiu o trecho (27), “A queda da casa de Usher” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), e faz uma enumeração de características assombrosas da propriedade da família Usher. Observe-se como MAS funciona nessa aspectualização:

(33)

Eu disse que o único efeito de minha experiência um tanto infantil – olhar para dentro do lago – fora o de aprofundar a primeira impressão singular. Não pode haver dúvida de que a consciência do rápido aumento de minha superstição – e por que não haveria de chamá-la assim? – serviu principalmente para acelerar esse aumento mesmo. Assim é, como sei há muito tempo, a lei paradoxal de todos os sentimentos que têm o terror como base. E talvez tenha sido só por isso que, quando novamente ergui os olhos para a casa em si, a partir de sua imagem no lago, cresceu em minha mente uma estranha fantasia – uma fantasia tão ridícula, de fato, que apenas a menciono para demonstrar a força vivida das sensações que me oprimiam. Eu havia aguçado minha imaginação a ponto de realmente acreditar que, ao redor de toda a propriedade e de toda a mansão, pairava uma atmosfera peculiar a ambas e à sua vizinhança imediata – uma atmosfera que não tinha afinidade alguma com o ar do céu, **MAS** que exalava das árvores decadentes e do muro cinzento e do lago silencioso – um vapor místico e pestilento, pesado, inerte, mal discernível e em tom de chumbo.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

Nesse trecho, é fato que o objetivo do produtor do texto é fazer com que o leitor tenha acesso (pela ótica do próprio narrador) às imagens medonhas da mansão e de seu entorno. Não resta dúvida de que essa finalidade faz surgir um segmento descritivo, por envolver aspectos sensoriais orientados pela perspectiva do *fazer conhecer* (TRAVAGLIA, 1991). No entanto, o modo como MAS se articula à descrição contribui para (ou pretende e objetiva especificamente) reafirmar que a superstição que oprimia o narrador tinha reais razões de existir. Considerados esses fatores co(n)textuais mais abrangentes que o emprego situado do operador MAS, pode-se afirmar que o trecho em que ele ocorre apresenta uma

mescla de finalidades descritivas e argumentativas, e estas últimas se constituem pelo emprego de MAS.

Essas finalidades argumentativas, em tipos diversos, estão atribuídas, segundo mencionado, à presença do operador argumentativo MAS ou do operador EMBORA. O trecho a seguir, ainda do conto “A queda da casa de Usher” (Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83), traz uma predominância de segmentos do tipo descritivo que apresentam ocorrências do operador MAS, conferindo ao trecho finalidades argumentativas, conforme se vê:

(34)

Certamente, homem algum jamais havia passado por alteração tão terrível, em tão breve período, como Roderick Usher! Foi com dificuldade que eu consegui aceitar a identidade do ser abatido diante de mim como o companheiro de minha primeira infância. Porém, a expressão de seu rosto sempre havia sido extraordinária. Uma compleição cadavérica; um olho grande, líquido e luminoso, inigualável; lábios um tanto finos e muito pálidos, **MAS** com uma curva excepcionalmente bela; o nariz de um suave modelo hebraico, **MAS** com uma narina larga, incomum em configurações desse tipo; um queixo delicadamente modelado, que exprimia, em sua falta de proeminência, uma falta de energia moral; o cabelo mais macio e mais tênue que uma teia de aranha; esses traços, com uma expansão excessiva acima das têmporas, formavam juntos uma fisionomia que não era fácil esquecer. E agora, no mero exagero do caráter prevalecente desses traços e da expressão que eles costumavam transmitir, havia tantas mudanças que eu me perguntava com quem estaria falando. A palidez agora fantasmagórica da pele e o brilho agora sobrenatural dos olhos, mais que tudo, amedrontavam-me e chegavam mesmo a aterrorizar-me.

(Conto n.º 01, Quadro 05, p. 83)

Em meio a uma série de adjetivações e aspectualizações do personagem Roderick Usher, que apresentou extremo decaimento segundo o produtor do texto, há duas ocorrências de MAS com o propósito de, acentuando características mais enfáticas, alcançar a argumentação de que a imagem final era impressionante e, por isso, memorável. O operador contribui nesse trecho para estabelecer a orientação argumentativa de que os traços eram incomuns, e, conseqüentemente, deveria ser aceita a argumentação de que as alterações na feição de Usher foram significativas, e de que o espanto do narrador era, portanto, justificado.

Esse fato foi também analisado nos artigos, em que se notou que a inserção de MAS em trechos descritivos faz prevalecer a orientação argumentativa para o objetivo geral do texto. A seguir, está um excerto do artigo “Os meninos-lobo” (Artigo n.º 34, Quadro 06, p. 84), já mencionado no Capítulo 1, em que MAS se põe em meio a aspectualizações:

(35)

No velho conto de Rudyard Kipling *Mogli, o Menino-Lobo*, o autor descreve uma criança que, adotada por uma loba, cresce sem jamais haver usado uma só palavra humana, até ser encontrada e se integrar à sociedade. O conto é atraente, MAS cientificamente absurdo. Porém, houve outros casos, supostamente reais, de crianças

criadas por animais. E também casos reais (até recentes) de crianças que cresceram isoladas e sem oportunidades de aprender a falar.

(Artigo n.º 34, Quadro 06, p. 84)

Nesse trecho, é percebida uma composição que apresenta adjetivações a fim de caracterizar o conto “Mogli, o menino-lobo”, que é descrito pelos determinantes “atraente” e “absurdo”. O funcionamento de MAS, entretanto, não é meramente descritivo, visto que opera em favor da defesa da tese do texto que cita o conto “Mogli, o menino-lobo” para retornar à questão de ser ou não possível pensar sem palavras. A conclusão é a de que nosso mundo é composto de palavras, e o tamanho de nosso pensamento é a medida das palavras que traz. Não há pensamento mais complexo sem palavras, esse é o gancho para concluir que o fator principal da educação deve ser a competência linguística. O funcionamento de MAS, em “O conto é atraente, MAS cientificamente absurdo”, do modo como é inserido no artigo como um todo, constitui-se em favor dessa argumentação de que as palavras exercem fator imprescindível de socialização.

No conto “O gato preto” (Conto n.º 02, Quadro 05, p. 83), o comportamento dos operadores é também representativo como componente da heterogeneidade composicional citada anteriormente. Esse conto é uma narrativa bastante aterradora, em que o narrador-personagem vê, ao longo da vida, sua afeição e carinho por animais de estimação se transformarem em ojeriza intensa a ponto de resultarem atos exageradamente violentos influenciados pelo consumo de bebidas alcoólicas. Plutão é um gato grande e preto que é vitimado pelo ódio do seu dono que num momento de fúria lhe arranca um dos olhos. Um tempo após, quando o gato se recupera, é enforcado na área externa da casa pelo próprio dono, mas um fato bastante inusitado causa horror a este: a casa é dizimada por um incêndio, e, na única parede que permaneceu de pé, uma figura de um gato com uma forma se imprimiu após o apagamento das chamas. Morando em outra casa, o narrador-personagem se encontra com outro gato preto no qual vê a possibilidade de se redimir, valendo-se de carinho, do mal que fez a Plutão. Esse gato também era preto, mas tinha uma mancha branca informe no peito, que, segundo o narrador foi tomando, ao longo do tempo, a forma de uma forma. Isso contribuiu para reavivar a maldade do narrador, e ainda se acrescia o fato de que faltava um olho ao gato, do que se deduziu que o próprio Plutão se presentificava ali de alguma maneira. Dentro do porão da casa, o narrador, com um machado, tentou matar o gato, mas foi impedido por sua esposa, a qual recebeu na cabeça um golpe letal. O gato desapareceu, e o corpo da mulher foi ocultado atrás de uma parede no porão em um trabalho de alvenaria feito pelo

próprio narrador, mas o corpo foi descoberto por policiais quando, durante a busca, o gato com gemidos fantasmais denunciou estar emparedado junto do corpo da mulher.

O próximo excerto, retirado desse conto, apresenta uma ocorrência de MAS em um trecho predominantemente narrativo, entretanto o operador introduz um segmento que é diverso da narração efetivada no trecho, como se pode observar a seguir:

(36)

Assim que vi essa aparição – pois não podia considerá-la menos que isso –, meu espanto e terror foram imensos. **MAS**, depois, a reflexão veio em meu auxílio. O gato, lembrei, havia sido enforcado em um jardim ao lado da casa. No momento do alarme de incêndio, esse jardim havia sido imediatamente tomado pela multidão – e alguém deve ter cortado a corda e liberado o animal da árvore, atirando-o pela janela aberta para dentro de meus aposentos. Aquilo provavelmente deve ter sido feito com o objetivo de me acordar. O desabamento das outras paredes havia comprimido a vítima de minha crueldade na substância do acabamento recém-aplicado; a cal, juntamente com as chamas, e a *amônia* presente na carcaça, haviam então formado o retrato que vi.

(Conto n.º 02, Quadro 05, p. 83, itálico conforme o original)

A diferença apontada neste trecho a partir do que é enunciado após o segmento com MAS pode ser explicado pela diferença de perspectiva do narrador-personagem quanto ao modo com que aquele trata o objeto de discurso, e também em relação ao recebedor. O que se segue ao operador MAS é a narrativa dos fatos que provavelmente ocorreram e desembocaram na fixação da imagem do gato preto na parede da casa consumida pelo fogo. Essa narrativa é antecedida por um segmento, no qual se apresenta o operador MAS, que propõe um comentário dos supostos eventos que justificariam a “reflexão”, assim nomeada pelo narrador-personagem. A diferença de perspectiva, então, é a de que o narrador-personagem mantém a perspectiva quanto ao objeto do dizer (gravação da imagem do gato preto na parede) que se introduz pelo MAS como um *fazer conhecer/saber*, conhecer a reflexão, explicação ou justificativa de como tal resultado foi possível, e, para auxiliar essa reflexão, o trecho narrativo vem logo em seguida, fundado na perspectiva do *fazer acontecer* inserido no tempo, apresentando a não simultaneidade de ações (sucessão), e que instaura o interlocutor como um assistente, não participante (TRAVAGLIA, [2003]/ 2007a, pp. 102-103).

Pode-se acrescentar que o próprio narrador-personagem via seu objeto de discurso como polêmico e não muito facilmente credível, como atesta um trecho subsequente à narrativa que acaba de ser analisada: “Embora eu assim prontamente prestasse conta à minha razão, mas não completamente à minha consciência, do surpreendente fato que acabei de detalhar, ele não deixou de causar uma profunda impressão em minha imaginação.” Esse

trecho se alinha ao que Bronckart afirmou (BRONCKART, 2012, pp. 234-235) sobre o fato de o objeto do discurso ser considerado contestável, o que implica o emprego de recursos argumentativos. Nesse caso, o narrador-personagem parece tentar evidenciar ao interlocutor as propriedades lógicas de seu discurso e, mais que isso, ele tenta convencer a si mesmo do que diz. Um dos recursos argumentativos que, conforme Bronckart, seriam necessários na situação de contestação é exatamente o emprego de operadores argumentativos.

Mesmo algumas ocorrências dos operadores em tipos que aparentemente não são argumentativos demonstraram estabelecer uma contribuição profunda para a coerência interna dos contos e para a orientação argumentativa global desses textos. No próximo trecho, retirado ainda do conto “O gato preto” (Conto n.º 02, Quadro 05, p. 83), o tipo textual dominante apresenta uma sucessão de ações, verbos no pretérito perfeito indicando a sucessão dessas ações e evidenciando os personagens associados às cenas, isso constitui a composição de uma narrativa, segundo se observa no trecho:

(37)

Quando o toquei, ele imediatamente se levantou, ronronou alto, esfregou-se na minha mão e parecia encantado com a minha atenção. Essa era, então, a própria criatura que eu procurava. Imediatamente fiz uma oferta ao proprietário do estabelecimento para comprá-lo; **MAS** a tal pessoa disse não o possuir – nada sabia do animal, nunca o havia visto antes.

(Conto n.º 02, Quadro 05, p. 83)

A ocorrência de MAS em meio a essa narrativa dá prosseguimento às características de uma narração, como a presença de personagens e de ações subsequentes, o que faria concluir que o MAS se insere claramente em um segmento do tipo narrativo, entretanto o enunciado que se inicia por MAS nesse trecho é muito significativo por se relacionar ao ar de mistério que perpassa o conto nas aparições enigmáticas do gato preto. Trata-se, nessa aparição, de um “outro” gato preto que surge nos caminhos do narrador após a morte do primeiro gato que tinha, inexplicavelmente, as mesmas características reproduzidas no novo animal, que parecia ser mesmo a presentificação do primeiro. Além de o novo gato também ter perdido um dos olhos, como o primeiro, ele ainda trazia no peito uma mancha cuja forma resultava a representação de uma força. O fato de o proprietário do estabelecimento não conhecer o animal nem nunca o ter visto indicia os aspectos fantásticos da presença do gato preto no local, justamente onde o narrador-personagem estava. Esse encontro, coincidente ou obscuro, é destacado pelo emprego do operador MAS, que atua com a força argumentativa de sua propriedade de “quebra de expectativa” e de oposição a determinados raciocínios. O trecho “MAS a tal pessoa disse não o possuir – nada sabia do animal, nunca o havia visto

antes.”, no contexto maior em que se insere, realça a origem oculta do gato preto, e isso compõe estrategicamente o caráter fantástico que dá unidade à história.

Não é possível dizer que MAS, nesse caso, introduz um trecho do tipo argumentativo por serem evidentes as marcas do tipo narrativo presentes no segmento, no entanto é preciso considerar o funcionamento linguístico desse operador para auferir um resultado claramente argumentativo.

O próximo trecho foi retirado do conto “William Wilson” (Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83), no qual Edgar Allan Poe expressa um enigma que se sustenta até a última cena. Dois colegas de escola mantinham coincidências muito intensas desde a data de nascimento até a maneira de ser, e até mesmo no nome duplo. Segundo o narrador-personagem, aquele seu desdobramento gerava uma competição extremada entre ambos na escola em que eram internados. Deve-se considerar que o narrador admite que era superprotegido por aquele com quem rivalizava, e isso, admite também, contribuía na provocação dessa rivalidade, ao menos por sua ótica. Anos mais tarde, o narrador se encontrava penetrado em vícios, e a figura de seu rival lhe vinha, de forma sombria, regular a conduta. William Wilson consegue em uma briga golpear letalmente o seu desdobramento, e, ao aproximar-se dele, viu, no rosto que morria, o próprio rosto, e ouviu a voz moribunda, que se confundia com sua própria voz, a dizer que ao matá-lo, matava-se a si mesmo. Um trecho retirado do conto está adiante:

(38)

Sua encenação, que era aperfeiçoar uma imitação de mim, consistia tanto em palavras como em ações; e ele representava seu papel admiravelmente. Meu figurino era fácil de copiar; meu modo de andar e meu estilo eram, sem dificuldade, apropriados; apesar de seu defeito constitutivo, nem mesmo minha voz lhe escapava. Meus tons mais altos, naturalmente, não eram alcançados, **MAS** quanto ao timbre, – era idêntico; *e seu sussurro singular tornou-se o eco do meu próprio.*

(Conto n.º 04, Quadro 05, p. 83, itálico conforme o original)

Nesse trecho tipicamente descritivo, características de ambos os personagens são listadas, e o enunciado que se inicia por MAS também lista aspectos. Nota-se, no entanto, que do ponto de vista do produtor do texto, justo esse enunciado precisa de destaque se for considerada a coerência global do conto que, de modo enigmático, faz deduzir que ambos os William Wilson eram, na verdade um só, o mesmo personagem que sofria de perturbações psicológicas e de identidade, o que se atesta na frase final da história em que praticamente uma única voz, a do narrador-personagem, falava em ambos os personagens que a morte havia sido do próprio assassino. O operador MAS, ao iniciar aquele enunciado, destaca esse ponto-chave, acrescentando a ideia de oposição a um raciocínio que poderia ser o pensamento de

que a imitação era fácil em muitos aspectos, mas seria pouco provável no timbre de voz, ainda assim este era idêntico. O emprego de MAS não é, portanto, simplesmente recurso da descrição naquele trecho, mas se presta à formulação de raciocínios em defesa de um sentido maior, e não se pode negar que sua força argumentativa é propriedade irrevogável e não se anula ainda que em trechos predominantemente narrativos, descritivos etc.

Em “Ligeia” (Conto n.º 03, Quadro 05, p. 83), há a narração de uma história de amor intenso interrompido dolorosamente pela morte da mulher, Ligeia, descrita como dotada de beleza incomparável. A voz do narrador-personagem expressa extremo padecimento com a perda que gerou o vício em alucinógenos. Outro casamento veio, com a lady Rowena Trevanion, cuja beleza de olhos azuis e cabelos loiros se opunha à de Ligeia, que teve olhos escuros e cabelos negríssimos. Rowena Trevanion chegava a causar repulsa ao personagem-narrador, pois este só ocupava o coração das lembranças de Ligeia e quando a atual esposa o evitava, e isso se frequentava muito, ele via em tal fato um benefício. Rowena passou a adoecer repetidas vezes até que não mais se curou, e permaneceu decaída. Nas últimas cenas do conto, o marido velava a esposa morta quando esta começava a dar sinais de que vivia. Ele tentava incontáveis manobras de restabelecer a vida na esposa que tentava voltar da morte, mas não conseguiu. Ao fim o cadáver se estremece, e mesmo levanta, e dá passos cambaleantes. O narrador reconhece na feição sepulcral o rosto da amada Ligeia.

Nesse conto há muitos trechos descritivos e narrativos. Um desses trechos está a seguir para que seja observado como o operador argumentativo MAS se comporta em um segmento predominantemente narrativo:

(39)

Uma noite, nos fins de Setembro, chamou-me a atenção para aquele caso inquietante com mais insistência do que de costume. Tinha acabado de acordar de um sono agitado e eu estivera a observar, com um sentimento misto de ansiedade e de vago terror, as mutações da sua fisionomia macilenta. Tinha-me sentado à beira do seu leito de ébano, numa das otomanas da Índia. Ela ergueu-se um pouco e falou, num murmurar ansioso e velado, de sons que *estava* a ouvir – **MAS** que eu não ouvia –, de movimentos que *estava* a ver – **MAS** que eu não conseguia perceber. O vento corria por detrás das tapeçarias e eu quis mostrar-lhe (no que, confesso, eu não acreditava completamente) que esses arfares quase inarticulados e que essas variações muito leves das figuras das paredes não eram mais do que os efeitos naturais dessa passagem normal do vento. **MAS** a palidez mortal que se espalhou pela sua face disse-me que as minhas palavras para a acalmar eram vãs. Parecia que ia desmaiar e não havia criados ao alcance.

(Conto n.º 03, Quadro 05, p. 83, itálico segundo o original)

Neste trecho prototipicamente narrativo por características evidentemente simples como a sucessão de ações que compõem um evento, o narrador acompanha sua segunda

esposa, adoecida no leito, e tenta dissuadi-la de suas visões fantasmais acerca da decoração que orna o quarto. No entanto, o próprio narrador-personagem não tem plena convicção de que não houvesse ali algo de assombrado, a começar pela doença misteriosa ou coincidente da segunda esposa. Novamente, é possível afirmar que o valor argumentativo intrínseco ao operador não está meramente a serviço de uma tipologia narrativa, mas de uma argumentação dentro de uma narração.

As considerações de Travaglia (2005, p. 8) evidenciam que os operadores argumentativos têm funcionamentos/efeitos distintos em diferentes tipologias: nos textos descritivos, os operadores de contrajunção atuam “permitindo a oposição de características para o mesmo fim”, enquanto nos textos dissertativos, os operadores do mesmo grupo da contrajunção estão associados às “relações entre idéias constituintes do conhecer”. A análise do *corpus* mostrou diversas ocorrências em que os operadores argumentativos se inseriam em tipos descritivos ou narrativos com o propósito de um conhecer conceitual (TRAVAGLIA, 1991, p. 45), que, além do conhecer, objetivava uma justificação, explicação ou validação de um raciocínio, como acabou de ser comentado a respeito do trecho (39). Desse modo, não se trata sempre de operadores argumentativos inseridos em tipologias descritivas ou narrativas, e sim, muitas vezes, de segmentos argumentativos que se inserem em segmentos descritivos ou narrativos a partir do emprego dos operadores argumentativos MAS e EMBORA.

Além das distinções co(n)textuais entre MAS e EMBORA quanto a fatos linguísticos de seu entorno, como tempos verbais ou a combinação com outros operadores argumentativos; além da percepção de que EMBORA pode ser caracterizado como introdutor de um tendente cancelado, o que o distingue de MAS; e além das relações entre as teorias de Ducrot (1981), Olívia et al. (1979) e Guimarães (1987), o que parece ser as constatações mais significativas deste trabalho na compreensão do comportamento de MAS e EMBORA, a verificação do valor argumentativo permanente nesses operadores é um avanço importante para a Linguística, visto que sua funcionalidade na composição dos textos, já considerada fundamental por indicar a orientação argumentativa, destaca-se ainda mais por apresentar a possibilidade de delimitar segmentos de tipologias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco desta pesquisa conduziu a análise dos operadores argumentativos MAS e EMBORA, considerando o funcionamento interativo da língua. Isso significa que os elementos linguísticos encontram seu significado se o ponto de partida e de chegada for o aspecto social entremeado pela linguagem.

Os trabalhos de Bronckart (2012) e de Travaglia (1991, 1997, 2002, 2004, 2005, 2007, 2009, 2012) orientaram muitos aspectos relacionados às tipologias e à descrição de textos e gêneros. Outros teóricos como Ducrot (1988) e Koch (2003) e ainda Guimarães (1986,1987) e Olívia et al. (1979) foram fundamentais na direção das reflexões sobre argumentação e operadores argumentativos. Os estudos da Gramática Tradicional também colaboraram para ponderação mais detida de alguns conceitos, análise e metodologia.

Os textos do *corpus* foram substanciais para que uma análise reflexiva dos fenômenos que envolvem MAS e EMBORA pudesse ser realizada. O objetivo maior foi verificar se a argumentação, instaurada por aqueles operadores, se processava de modos particulares em textos de ficção e de não ficção. Os resultados que se relacionam a esse objetivo foram constatados em diversos aspectos e podem ser enumerados como:

I- O destaque à maior seleção do operador MAS em comparação numérica com EMBORA. Essa superioridade se justifica por fatores como os inumeráveis valores semânticos de MAS diferentemente do que acontece com EMBORA.

II- Ficou constatado, na análise do *corpus* orientada por Koch (2003), que o operador MAS tem a propriedade de enfatizar a ideia que ele encabeça, direcionando a argumentação, ao passo que EMBORA depende de aspectos de organização dos elementos de seu entorno para que a ênfase seja dada ao enunciado de que esse operador faz parte.

III- Outro fator de destaque para a seleção superior de MAS, em detrimento das ocorrências de EMBORA nos artigos de opinião analisados, é que a objetividade cotextual implicada pelos enunciados com MAS é condizente com o caráter não literário desse gênero.

IV- Diferenças entre os textos ficcional e não ficcional como objetividade X inobjetividade, valorização da forma X valorização do conteúdo, literário X não literário, assinalaram distinções entre o funcionamento dos operadores relacionadas à inserção destes em tipos específicos. Também as diferenças da estrutura composicional e das funções, objetivos e dos aspectos sociocomunicativos dos gêneros, como o caráter argumentativo intrínseco ao artigo de opinião evidenciaram razões de uso de um ou de outro operador.

V- O fato de que MAS apresenta um número de valores semânticos bem maior do que se atribui a ele comumente já é uma discussão de grande importância. Além disso, EMBORA, na maior parte das vezes reduzido ao valor concessivo, teve destaque nas discussões propostas com outros aspectos, como a combinação a outros mecanismos linguísticos que geram a ênfase a um segmento, e aspectos mencionados por autores que contribuíram neste estudo, como fatores etimológicos.

VI- Pontos comuns entre a teoria de Ducrot (1981) e a descrição do MAS de Olívia et al. (1979) principalmente em relação à *conclusão R* e ao *implícito* mostraram formas esclarecedoras de compreender as distinções de funcionamento entre MAS e EMBORA. Os embasamentos teóricos contribuíram fundamentalmente para que as questões de pesquisa fossem pensadas e respondidas, de modo a comentar as hipóteses, validando-as parcial ou completamente, no que se refere à confirmação de que os operadores argumentativos MAS e EMBORA representam mecanismos que, por instaurarem estratégias argumentativas distintas, adequam-se aos propósitos diferentes dos gêneros.

VII- Com o auxílio de outros pesquisadores do mesmo tema, como Botaro (2010) e Olívia et al. (1979), foi verificado um emprego peculiar de MAS no qual esse operador marca uma oposição mais ancorada na situação interativa e menos na tecitura do texto em análise.

VIII- A relação com a oralidade foi uma marca distintiva na descrição do uso de MAS e EMBORA, pois este último operador, geralmente associado ao modo subjuntivo, é constituinte de um registro mais monitorado, portanto serve menos se a finalidade é dialogar, no texto escrito, com traços coloquiais da língua.

IX- Constatou-se que, mesmo que o valor fundamental, tanto de MAS quanto de EMBORA, seja de oposição, e que ainda que a quebra de expectativa seja um dos tipos de oposição comum a ambos os operadores (NEVES, 2000), é de formas bastante distintas que as oposições se realizam. Isso se associa à estratégia argumentativa, antecipação e suspense (GUIMARÃES, 1987), e à natureza do implícito (DUCROT, 1981, 1987) que, ao contrário do que ocorre nos empregos de MAS, nasce inválido em usos de EMBORA. Isso permitiu caracterizar EMBORA como introdutor de um tendente cancelado, diferenciando-o de MAS, que não introduz uma tendência, em função de sua posição fixa na segunda parte de uma sentença.

X- Outra discussão, que se considera importante, além dos feitos mencionados acima, é o valor permanente de operador argumentativo de MAS e EMBORA, ou seja, a constatação de que, independentemente do gênero ou tipo em que ocorram, tais elementos atuam sempre em função da argumentatividade.

Ainda que este trabalho não represente um estudo definitivo acerca de operadores argumentativos de contrajunção e que muito ainda se possa revelar, confirmar e refutar, várias conclusões se fazem relevantes ou, mais que isso, instigantes à pesquisa. E mesmo que tenha havido conclusões satisfatórias, há evidentemente lacunas a serem preenchidas e fatos a serem investigados de modo a aprofundar a discussão.

Não pôde ficar claro, em relação às hipóteses, o fato de que os operadores argumentativos tenham ocorrência restrita aos tipos argumentativos, mas foi apontado o problema de que há uma tendência para que isso aconteça. Mesmo que alguns teóricos recusem essa possibilidade, é na divergência que a ciência avança.

REFERÊNCIAS

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Revisão técnica: Luis Passeggi, João Gomes da Silva Neto. Vários tradutores. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Eléments de linguistique textuelle**. Liège, Mardaga, 1990.

_____. **Textualité et séquentialité**: l'exemple de la description. *Langue Française*, 1987, n.º 74, pp. 51-72.

_____. **Les textes**: types et prototypes. Paris: Larousse, 1992.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. 42ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ANSCOMBRE, Jean Claude.; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Liège: Mardaga, 1983.

BAWARSHI, Anis S., REIFF, Mary Jo. **Gênero**: história, teoria, pesquisa, ensino. Trad. Benedito Gomes Bezerra (et. al.). São Paulo: Parábola, 2013.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais tipificação e Interação**. Ângela Paiva Dionísio, Judith Chamblis Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortez Editora, 2005.

BECHARA, Evanildo. **Gramática Escolar da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

_____. **Ensino da Gramática**: Opressão? Liberdade? 12ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. **Teoria Sintática**. São Paulo: Edusp, 1979.

BORGES, Andréa Lopes, MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. Artigo de opinião ou outro gênero? **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011.

BOTARO, Tatiana Cian. **Uma abordagem do funcionamento discursivo das construções adversativas sob a ótica da gramaticalização**. Dissertação de mestrado, UNESP, São José do Rio Preto, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo**. Trad. Anna Raquel Machado, Péricles Cunha. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2012.

_____. **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio (trad.). Campinas-SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano**. Anna Rachel Machado e Maria de Lourdes Meirelles Matencio (orgs.). Campinas – SP: Mercado de Letras, 2008.

BUENO, Francisco da Silveira. **Gramática de Silveira Bueno**. São Paulo: Global, 2014.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras: dizer e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2011.

CAMPEDELLI, Samira Youssef, SOUZA, Jésus Barbosa. **Gramática do texto, texto da gramática**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARONE, Flávia de Barros. **Subordinação e coordenação**. 3ª ed. São Paulo: Ática: 1993.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 33ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1990.

_____. **Novíssima Gramática da Língua Portuguesa**. 46ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

CEREJA, William Roberto, MAGALHÃES, Thereza Cochar. **Gramática Reflexiva**: Texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 2009.

CITELLI, Adilson. **Linguagem e persuasão**. 16ª ed. São Paulo, Ática: 2007.

CUNHA, Celso, CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

COUTINHO, Afrânio. **Descrever gêneros de texto**: resistências e estratégias. Disponível em SIGET. Publicação em CD-Rom, 2007.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

DUBOIS, Jean et alii. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cultrix, 2001.

DUCROT, Oswald. **Provar e dizer**. Leis lógicas e leis argumentativas. São Paulo: Global, 1981.

_____. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988. (Tradução de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez)

FABRI, Kátia Maria Capucci. **Da diferenciação das conjunções adversativas em diferentes tipos de textos escritos**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, 2001 (148 pp.).

FÁVERO, Leonor Lopes, KOCH, Ingedore G. Villaça. O operador embora: uma hipótese argumentativa. In: GUIMARÃES, Eduardo Roberto Junqueira (1986). **O histórico e o discursivo**. Uberaba: Uniube (Séries Estudos, 12), pp. 58-65.

FUZER, Cristiane, CABRAL, Sara Regina Scotta (orgs). **Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2010.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 25ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Projetos de Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2003.

GOTLIB, Nádia Battella. **Teoria do conto**. 11ª ed. São Paulo Ática, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 1987.

HYMES, Dell. Acerca de la Competência Comunicativa. In: Llobera, M. et al. Competência comunicativa. **Documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras**. Madrid: Edelsa, 1995.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **A coesão textual**. 21ª ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **A inter-ação pela linguagem**. 11ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

LAKATOS, Eva Maria, MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 7ª ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

LISPECTOR, Clarice. **Correio feminino**. Organização de Aparecida Maria Nunes. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2006.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Tradução: Marilda Winkler Averbug Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros Textuais: Definição e Funcionalidade. In.: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). **Gêneros Textuais & Ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, pp. 19-36.

_____. **Produção textual**: análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MESQUITA, Elisete Maria de Carvalho. O uso de conectores em textos de opinião. **Anais do SIELP**. Volume 2, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2012.

MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros**: teorias, métodos, debates. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

NETO, Pasquale Cipro, INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

OHUSCHI, Márcia Cristina Greco, BARBOSA, Francimara de Souza. O gênero artigo de opinião: da teoria à prática em sala de aula. **Acta Scientiarum**. Language and Culture, Maringá, v. 33, n. 2, p. 303-314, 2011.

OLÍVIA, Madre (Cília C. Pereira Leite) et al. **Semântica e Sintaxe**. Petrópolis: Vozes, 1979.

PAIS, Cidmar Teodoro et alii. **Manual de Linguística**. São Paulo: Global, 1986.

PERINI, Mário A. **A Gramática descritiva do português**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1996.

_____. **Sintaxe Portuguesa**: metodologia e funções. São Paulo: Ática, 1989.

PIGLIA, Ricardo. **O laboratório do escritor**. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Iluminuras, 1984.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

REZENDE, Antônio Martinez de, BIANCHET, Sandra Braga. **Dicionário do latim essencial**. Crisálida/Tessitura: Belo Horizonte, 2005.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, Adair; ROTH, Désirée Motta (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. pp. 154 – 183.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, pp: 184-207.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22^a ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Tradição gramatical e gramática tradicional**. 3^a ed. São Paulo: Contexto, 1996.

SILVA, Giseli Novais da. A Argumentação Presente em Diferentes Gêneros Textuais. Revista Anagrama. **Revista interdisciplinar da Graduação USP**. Ano 2. Edição 1. São Paulo. Setembro / Novembro de 2008.

TAVARES, Braulio (org.). **Contos fantásticos no labirinto de Borges**. Tradução: Julio Silveira et al. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005, pp. 10-18.

TERRA, Ernani. **Curso prático de gramática**. São Paulo: Scipione, 2002.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Trad. Maria Clara Correa Castello. 4^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1991.

_____. **Gramática e Interação**. Uma proposta para o ensino de gramática no 1.º e 2.º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual (2002a). **Revista do GELNE.**, v.4, p.32 - 37, 2005.

_____. Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna In: **Língua Portuguesa: uma visão em mosaico**. 1ª ed. São Paulo: EDUC - Editora da PUC/SP, 2002b, pp. 201-214.

_____. Tipelementos e a construção de uma teoria tipológica geral de textos. In FÁVERO, Leonor Lopes; BASTOS, Neusa M. de O. Barbosa e MARQUESI, Sueli Cristina (org.). **Língua Portuguesa pesquisa e ensino – Vol. II**. São Paulo: EDUC/FAPESP, [2003]/2007a, 97- 117.

_____. Tipologia textual, ensino de gramática e o livro didático In: **Língua e cidadania: novas perspectivas para o ensino**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Europa, 2004, pp. 114-138.

_____. Das relações possíveis entre tipos na composição de gêneros. **Anais [do] 4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (4º SIGET)**. Organizadores: Adair Bonini, Débora de Carvalho Figueiredo, Fábio José Rauen. - Tubarão: UNISUL, 2007b, p. 1297-1306.

_____. A caracterização de categorias de texto: tipos, gêneros e espécies. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 51, p. 39-79, 2007c.

_____. Sobre a possível existência de subtipos. **Anais do VI Congresso Internacional da ABRALIN**. Organizador: Dermeval da Hora. João Pessoa, 2009. p. 2632-2641.

_____. Aspectos da pesquisa sobre tipologia textual. **Rev. Est. Ling.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 361-387, jul./dez. 2012.

REFERÊNCIAS DO CORPUS

CASTRO, Claudio de Moura. Disponível em:<<http://veja.abril.com.br>>. Acesso em junho de 2014.

_____. Disponível em:<<http://marcostucano.com.br>>. Acesso em junho de 2014.

_____. Disponível em:<<http://www.todospelaeducacao.org.br>>. Acesso em junho de 2014.

_____. Disponível em:<<http://linguagem.unisul.br/paginas/>>. Acesso em junho de 2014.

POE, Edgar Allan. **Histórias de mistério e imaginação**. Tradução: Tomé Santos Junior. Coleção Grandes da Literatura Moderna. Editorial Verbo, sd.

POE, Edgar Allan. **Histórias Extraordinárias**. Tradução: Eliane Fittipaldi Pereira, Katia Maria Orberg. Coleção A obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Caret, 2012.